

O DESAFIO IBERO-AMERICANO: *educação, ciência e cultura*



70EI
1 9 4 9 - 2 0 1 9

ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS IBERO-AMERICANOS

A ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS IBERO-AMERICANOS

70 anos trabalhando pela educação, ciência e cultura na Ibero-América



A ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS IBERO-AMERICANOS
70 anos trabalhando pela educação, ciência e cultura na Ibero-América

© Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2019

Revisão, edição e coordenação do livro:

María Ignacia Bensadon y Martín Lorenzo Demilio

Edição:

Editabundo S.L.

Pablo Álvarez

Design e Diagramação:

Editabundo S.L.

Cristina Navarro López - Nine & Three

David Álvarez

Digitalização de imagens:

Alberto Oliver

Ilustração da capa:

Andesany S.L.

Andie Gómez-Acebo

Imagens das capas interiores:

Grupo de Formação Contínua em Educação Cultural e Artística para magistério público no Equador.

(OEI-ARTEDUCARTE-Ministério de Educação de Equador).

Criadores das imagens para Arteducarte-Fundação Tinkuy:

Imagem 1: Bonecas de pano. 5tos EGB. Escola Ángel Isaac Chiriboga. Quito. Ano letivo 2009-2010.

Artista educadora: Ana Alvear

Imagem 2: Guardiães da natureza. 4tos EGB. Escola Gabriel García Márquez. Quito. Ano letivo

2012-2013. Artista educador: Pablo Gamboa

Imagem 3: Jardim nômade. 4tos EGB. Escola Carmen Amelia Hidalgo. Quito. Ano letivo 2013-2014.

Artista educador: Christian Tapia

Imagem 4: Meu autorretrato. 7B EGB. Escola Delia Ibarra de Velasco. Quito. Ano letivo 2009-2010.

Artista Educador: Daniel León

Imagem 5: Marionete de palito. 6tos EGB. Escola Junta Nacional da Vivenda. Quito. Ano letivo

2013-2014. Artista educador: Pablo Gamboa

Imagem 6: Lã mandala, as camadas da terra. 5tos EGB. Escola República da Bolívia. Quito. Ano

letivo 2010-2011. Artista educador: Pablo Gamboa

Imagem 7: Construção do muro, meu lugar, meu espaço, meu lar". 6A EGB. Escola Carmen Amelia

Hidalgo. Quito. Ano letivo 2016-2017. Artista educador: Alex Sampedro

Imagem 8: Janelas da alma. 5tos EGB. Escola Carmen Amelia Hidalgo. Quito. Ano escolar

2015-2016. Artista educadora: Daniela Merino

Tradução ao português brasileiro:

Traducciones Abroads e Simone Nascimento da OEI

Depósito Legal: M-30371-2019

ISBN: 978-84-7666-232-8

Impresso em Madri, Espanha.

Para qualquer informação relacionada a este livro, por favor, contatar:

Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura

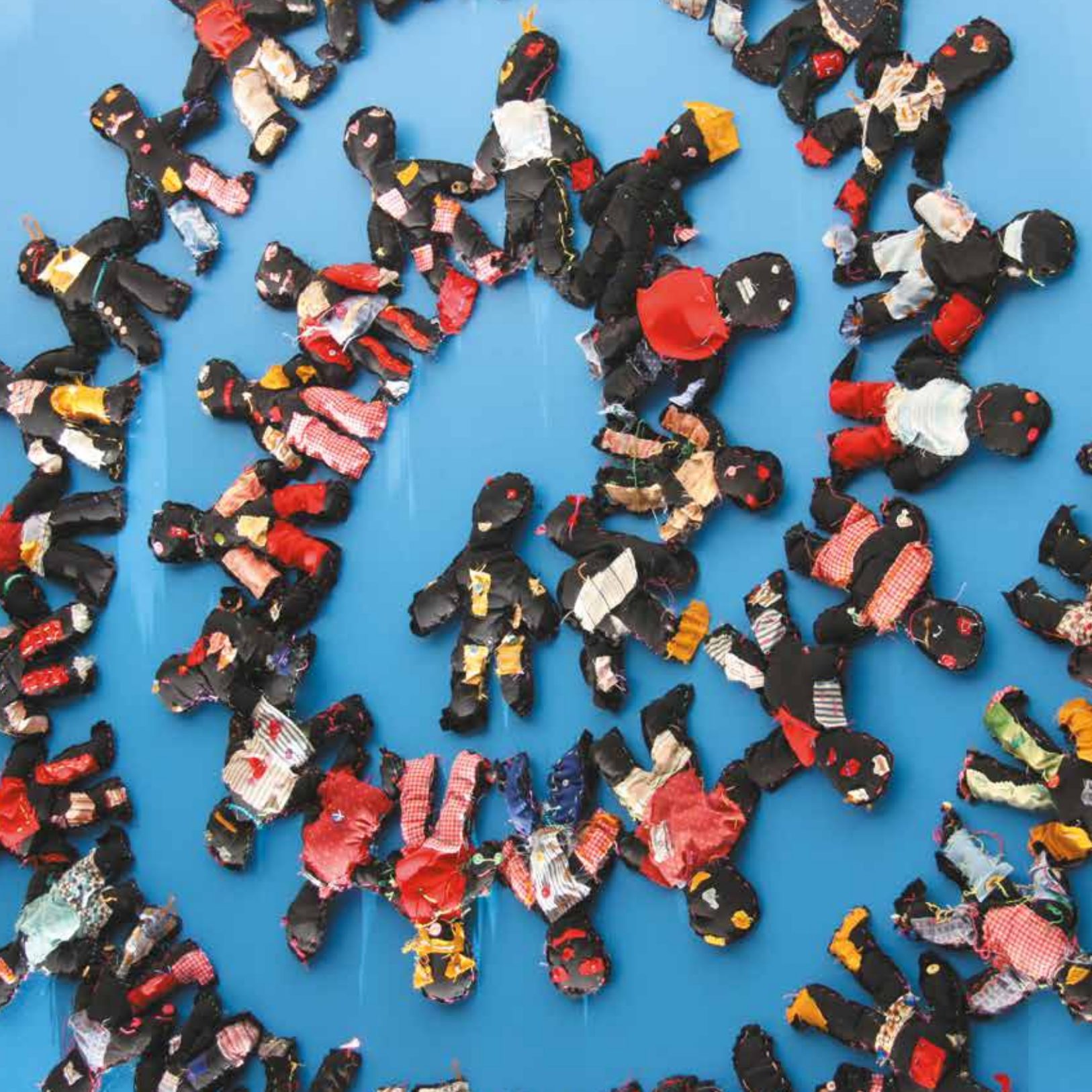
Calle Bravo Murillo, 38

28015 Madri

Espanha

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	9
2. QUANDO NASCEU A OEI E O QUE É HOJE?	17
3. GRANDES MARCOS	33
4. COOPERAÇÃO NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO	61
Rede ibero-americana de cooperação	62
Cooperação técnica para a extensão e melhoria da educação na Ibero-América	74
Cooperação ibero-americana em ciência	126
Cooperação cultural na Ibero-América	152
5. TRABALHAR COM TODOS: ALIANÇAS PARA O PROGRESSO	183
6. OLHANDO PARA O FUTURO	197
7. A OEI EM IMAGENS	229



INTRODUÇÃO

A OEI: (marca de) identidade ibero-americana

Mariano Jabonero, Secretário Geral da OEI

O septuagésimo aniversário da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, a nossa OEI, é uma excelente ocasião para homenagear àqueles que a tornaram possível, aos que nos ajudaram na sua construção e a todos que trabalham ou colaboram com ela dia a dia. É também uma excelente oportunidade para apostar no seu futuro e na nossa querida região.

Naquela distante data fundacional de 1949, um grupo de educadores comprometidos e corajosos, qualidades destacáveis se consideramos o difícil momento político que viviam, *“reconheceram a existência de um modo de pensar e de ser ibero-americano”* que, conforme afirmaram, *“caracteriza-se pelo respeito à dignidade humana, aos valores indígenas (...) e à liberdade dos povos”*. Consequentemente, definiram e comprometeram-se a levar adiante um esforço compartilhado de cooperação através de um Escritório Central de Educação Ibero-americana, precursor da atual OEI, entidade que durante

décadas passou por diversas situações, frequentemente desvinculados dos sentimentos de concórdia, amizade e colaboração que motivaram a sua criação e que promovem e defendem causas nobres.

Décadas de mudanças em uma Ibero-América onde se viveram conflitos bélicos resolvidos por processos de recuperação da convivência e da paz, situações de privação de direitos e liberdades com posteriores retornos à democracia, ciclos de expansão econômica seguidos de recessões que, algumas vezes, obedecem pautas temporárias perfeitamente previsíveis, revoluções e involuções, momentos de intensa afirmação cultural com outros de exaltação desnecessária do que vem de fora. Enfim, uma história ibero-americana dinâmica, viva, vibrante, às vezes contraditória, que progressivamente foi encaminhando-se para a consolidação da democracia, a universalização da cultura de paz, a redução da pobreza e a busca do bem-estar comum, bem como para a coesão e a integração regional através de instâncias políticas.

Uma história em que a educação, a cultura e a ciência alcançaram progressivamente maior protagonismo, tanto em anseios e esperanças do conjunto da cidadania, como nas prioridades políticas dos governos e, obviamente, em todos aqueles interessados em conseguir maiores níveis de coesão e competitividade, como o conjunto de atores sociais e econômicos: diante das dificuldades das instituições políticas regionais para avançar na necessária integração regional, a coo-

peração educacional e cultural não deixou de trabalhar a favor desse objetivo. Processo similar ao seguinte no domínio da apropriação pela sociedade ibero-americana de valores democráticos, do sentimento de pertencimento a uma comunidade e a cidadania ibero-americana. Quanto à cultura, a promoção e a defesa da Carta Cultural Ibero-americana, máximo instrumento político e jurídico para a defesa de direitos nesta área, são os melhores exemplos que podemos expor.



Mariano Jabonero, Secretário Geral da OEI

Durante setenta anos, a OEI não deixou de responder ao mandato dos seus fundadores, de respeitar soluções democráticas e liberdades, e de apostar na criação de conhecimento comum, compartilhado e útil para todos. Em alguns momentos mais centrada no intercâmbio de informações e trabalhos comparativos, em outros, como exposto neste texto, alinhada às políticas de cooperação, que podemos delimitar em dois grandes momentos históricos: os que

aconteceram antes da primeira Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, e os que ocorreram a partir desse momento, instâncias das quais sempre foi a entidade cooperadora líder nas áreas de educação, ciência e cultura, papel de referência que continuou mantendo em um novo modelo de cooperação relacionado a renovadas agendas, como foram no passado as Metas 2021 e, agora, a Agenda 2030.



XIII Assembleia Geral da OEI. México, 26 de abril de 2018

Atualmente a OEI é a organização de cooperação decana do sistema ibero-americano e a que conta com maior presença territorial com 18 escritórios nacionais e sede central na Espanha, com um grande número de funcionários e maior orçamento e atividade. Não muito distante dessa situação, há apenas vinte anos, está a etapa em que a OEI dependia quase completamente das doações que recebia, praticamente toda da generosa cooperação espanhola, para chegar a ser agora a organização de cooperação ibero-americana que tornou realidade o objetivo da cooperação Sul-Sul, já que quase a totalidade do seu orçamento e atividade programática procede dos países americanos aos que dedica esse esforço conjunto e compartilhado. A OEI demonstrou que é possível passar de um relato e aspiração política a uma realidade. A região reconheceu o seu valor, concedeu-lhe o seu reconhecimento e apreço e apropriou-se dela, o que consideramos um sucesso que augura um futuro longo, sustentável e proveitoso.

Um aniversário é uma ocasião propícia para recordar e para fazer um balanço, e mais ainda para olhar para o futuro, ver



Crianças da uma escola do Paraguai

o caminho a seguir e a nos orientar em direção aos novos objetivos em um contexto em constante transformação. A Ibero-América abandonou o século XX com assuntos pendentes a serem resolvidos, especialmente quanto ao desenvolvimento social, equidade e inclusão, para entrar em um século XXI, onde a globalização e a sociedade digital marcam diferenças abismais diante das etapas anteriores, que se traduzem em crises institucionais, políticas e econômicas e, principalmente, incertezas, das quais nenhuma nação do mundo ocidental escapa. Situações em que se contar com instituições multilaterais sólidas, reconhecidas e validadas pelo conjunto dos países da região, como a OEA, que dia a dia, nação a nação, povo a povo comprovaram a sua utilidade como espaço de diálogo, de compromisso e de cooperação, considera-se como um grande valor: que é e sempre será parte da solução e nunca do problema.



**A OEI tornou-se uma
marca de identidade
ibero-americana.**



**QUANDO
NASCEU A
OEI E O QUE
É HOJE?**

A OEI, A HISTÓRIA DE UM COMPROMISSO

Como qualquer acontecimento importante, os 70 anos da OEI nos fazem refletir e olhar para trás, tendo mais consciência da nossa história, dos nossos objetivos principais e da nossa aposta de futuro. Conhecer como e por que fomos criados nos permitirá reafirmar

as nossas intenções a favor da cooperação e do desenvolvimento do século XXI.

A OEI é um organismo internacional, de caráter governamental, para a cooperação no campo da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura no contexto do desenvolvi-



I Congreso Internacional Ibero-americano de Educación. Madri, 1949

mento integral, da democracia e da integração regional dos países ibero-americanos.

Foi criada em 1949, durante o “I Congreso Interiberoamericano de Educación”, realizado em Madri, de 16 a 25 de outubro, do qual participaram 15 países ibero-americanos, Estados Unidos, Filipinas, França e Itália. Neste congresso foi criado, com caráter de agência internacional, o Escritório Central de Educação Ibero-americana, com as siglas OEI, dentro do então denominado Instituto de Cultura Hispano-americana.

Em 1951, com a aprovação dos estatutos formais, a OEI foi constituída como um organização internacional não governamental, o que lhe permitia uma ação independente de qualquer um dos governos ou dos países membros, para estabelecer relações próprias com outras organizações, para servir e representar, sem subordinação a nenhuma pessoa política ou jurídica, as necessidades e interesses regionais da educação



Rodolfo Barón Castro, segundo Secretário Geral da OEI



EL MINISTRO DE EDUCACION Y CIENCIA DE ESPAÑA, D. CRUZ MARTINEZ ESTERUELAS, DURANTE EL DISCURSO DE CLAUSURA DE LA II CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE MINISTROS DE EDUCACION. ACOMPAÑAN AL MINISTRO, DE IZQUIERDA A DERECHA: S.A.R. DON ALFONSO DE BORBON Y DAMPIERRE, PRESIDENTE DEL INSTITUTO DE CULTURA HISPANICA; EL CARDENAL PRIMADO DE ESPAÑA Y ARZOBISPO DE TOLEDO, MONSEÑOR MARCELO GONZALEZ MARTIN; D. RODOLFO BARON CASTRO, SECRETARIO GENERAL DE LA OEI Y D. ISNARD DE FREITAS, JEFE DE LA DIVISION DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE DE LA UNESCO Y REPRESENTANTE DE ESE ORGANISMO ANTE LA CONFERENCIA.

II Conferência Ibero-americana de Educação. Toledo, 1975

ibero-americana. Nos estatutos, foram indicadas as finalidades da OEI, resumidas em três conceitos: informar, documentar e coordenar; foram eleitos um secretário e um vice-secretário para implantar o Escritório;

e foi determinada a criação de um Conselho Assessor, constituído finalmente em abril de 1952.

Somente em outubro de 1954, no II Congresso Ibero-americano de Educação realizado em Quito, foi proposto transformar o Escritório em um organismo intergovernamental, adotando uma estrutura orgânica permanente. Assim, o II Congresso dotou a OEI de um Conselho Diretivo, órgão de governo e administração, integrado pelos ministros de Educação dos países membros. Também estabeleceu as bases estatutárias do Escritório Ibero-americano de Educação criou a Secretaria Geral e a figura do Secretário Geral, a ser eleito pelos ministros em cada Congresso com mandato trienal.

O primeiro secretário geral da OEI foi o uruguaio Carlos Lacalle, que esteve na direção do organismo durante 13 anos. Foi ele que coordenou com o Ministério de

Assuntos Exteriores da Espanha a ata de constituição do Conselho Diretivo da OEI, assinada em março de 1955, pela qual se aceitava formalmente o texto estatutário do Escritório Ibero-americano de Educação e o reconhecia como *“organismo internacional de caráter governamental”*.

Em outubro de 1957, durante o III Congresso Ibero-americano de Educação, foi aprovado o texto dos Estatutos da OEI, que estiveram vigentes até 1985. O texto estabelecia a natureza e os fins específicos da OEI, entre os quais estavam: *“organizar serviços de informação e documentação sobre o desenvolvimento da educação”, “fomentar o intercâmbio cultural e educacional de pessoas, e divulgar em todos os países ibero-americanos as experiências obtidas”, “convocar e organizar congressos, assembleias, conferências, seminários e outras reuniões sobre temas educacionais”,* e outros tipos de ações de cooperação e coordenação técnica com os países membros.



II Conferência Ibero-americana de Educação. Toledo, 1975

1985 foi um ano de inflexão na história da OEI, devido às mudanças ocasionadas pela I Reunião de ex-presidentes constitucionais da Ibero-América, convocada em abril, na cidade de Guadalupe, Espanha.

Foi a primeira reunião deste tipo realizada na história da Ibero-América, e foi convocada pela OEI, Junta de Extremadura e Comissão do V Centenário. Compareceram ao evento 18 ex-presidentes, entre eles: Leopoldo Calvo-Sotelo (Espanha), Carlos Arosemena (Equador), Arturo Frondizi (Argentina), Lydia Gueiler Tejada (Bolívia), M^a Lourdes Pintasilgo (Portugal), Luis Herrera (Venezuela), Arístides Royo (Panamá), Julio César Turbay (Colômbia) e Adolfo Suárez (Espanha).

Tal como anunciou Sua Majestade, o rei Juan Carlos I, em Guadalupe, esta reunião foi a semente da I Conferência Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Guadalajara em 1991, a antecessora direta das Cúpulas Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo, que no próximo ano comemora a XXVI edição em Andorra.

Desta reunião sai fortalecido o Escritório de Educação Ibero-americana, que tinha sido até então, nas palavras dos ex-mandatários, *“a representação legítima da comunidade ibero-americana de nações nos campos da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura”*. Neste sentido, os ex-presidentes expressaram *“a sua simpatia e apoio às propostas de ampliação das competências e modernização das estruturas orgânicas do Escritório de Educação Ibero-americana para que este fosse formalizado como a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura e fossem facilitadas assim a relação e a coordenação de atividades dessa natureza com a UNESCO, a OEA, o Convênio Andrés Bello, o Conselho Europeu e outras organizações semelhantes”*.

Graças ao sucesso do encontro de ex-mandatários, nesse mesmo ano de 1985, convocou-se a I Reunião Extraordinária do

Congresso Ibero-americano de Educação, em que se decidiu mudar a denominação do Escritório Ibero-americano de Educação, mantendo as suas siglas (OEI) mas ampliando as suas áreas de ação como tinham expressado os ex-presidentes na Reunião de Guadalupe. Esta modificação, afetou também o nome da suprema autoridade da OEI, integrada por representações ou delegações oficiais de máximo nível dos Estados Membros, do Congresso Ibero-americano de Educação, que passou a ser chamado de Assembleia Geral.

Ainda nesse ano, em dezembro de 1985 e durante a 61ª Reunião do Conselho Diretivo da OEI na cidade do Panamá, foram assinados os novos estatutos da OEI apresentados pelo então Secretário Geral Miguel Ángel Escotet. Também, foi aprovado o Regulamento Organizacional da OEI, que regula o desenvolvimento dos estatutos. Ambos os textos continuam vigentes até o momento e indicam o sentimento



Primeira Reunião Extraordinária do Congresso Ibero-americano de Educação. Colômbia, 1985

dessa época ampliando o campo de ação da OEI à área da cultura, da ciência e da tecnologia, e enfatizando a contribuição da organização para fortalecer a compreensão mútua, a integração e a paz entre as nações ibero-americanas. Desta forma, foram ampliados os objetivos gerais com a finalidade de promover uma cooperação horizontal entre os Estados Membros e destes com os Estados e instituições de outras regiões, fomentar a educação para a construção da paz, o exercício responsável da liberdade, a defesa dos direitos humanos, procurar uma distribuição

equitativa nos planos de desenvolvimento, estimular a integração educacional, cultural, científica e tecnológica dos povos ibero-americanos, e respeitar a identidade comum e a pluralidade cultural da Comunidade Ibero-americana, de grande variedade e riqueza.

Na trajetória vital da OEI distingue-se uma profunda vocação ibero-americana, não só pelo seu próprio nome, que utilizou um termo que, nessa época, era pouco usual para definir politicamente um conjunto de países unidos pela língua e uma



Reunião de ex-presidentes constitucionais de Ibero-América. Guadalupe, 1985

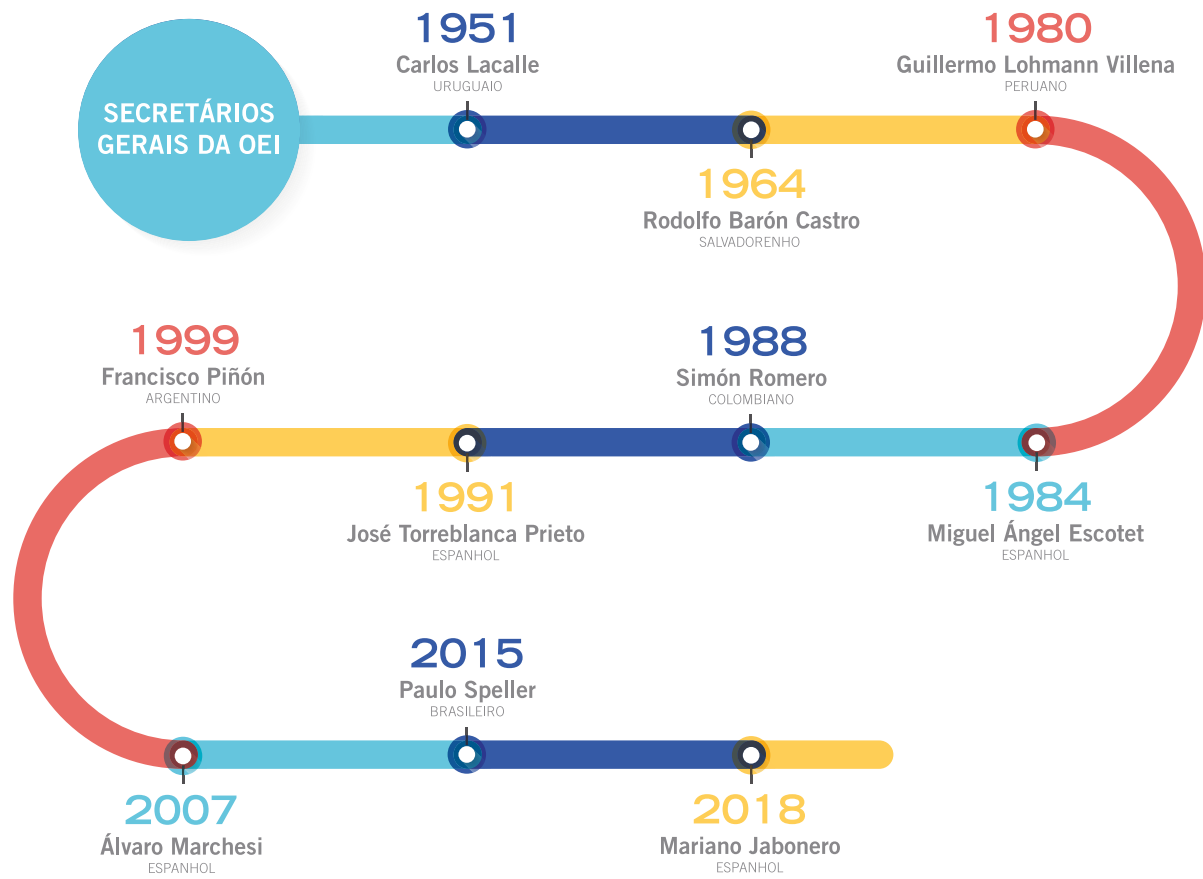
identidade histórico-cultural comum mas também por ter sido a semente e o modelo de uma longa trajetória de cooperação na região, sendo o primeiro dos organismos internacionais ibero-americanos.

Embora o Brasil tenha se incorporado como Estado Membro da OEI em 1999 e Portugal em 2002, desde o I Congresso Ibero-americano de Educação, realizado em 1949, considerou-se a comunidade ibero-americana como *“uma comunidade espiritual, cultural, com projeções técnicas e econômicas, que é bilíngue e cujos membros, aceitando toda variedade circunstancial de costumes e sistemas institucionais ou políticas, devem nutrir-se do que têm em comum”*. Foram os estatutos de 1985 que estabeleceram o espanhol e o português como idiomas oficiais da OEI.

Atualmente, a OEI tem uma enorme capacidade técnica e operacional pela sua rede de escritórios nacionais distri-

buídos em 83% do território ibero-americano: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana e Uruguai, além da sede da secretaria geral na Espanha. Esta malha de escritórios constitui a força de comunicação e trabalho em terreno único, o que torna a OEI em um aliado de primeiro nível quando se pensa na cooperação ibero-americana.

Desde os seus primórdios, a Organização de Estados Ibero-americanos tentou estabelecer-se como referência de intercâmbio de informações e boas práticas em matéria de educação, cultura, ciência e tecnologia para fortalecer o conhecimento, compreensão mútua, integração, solidariedade e paz entre os povos ibero-americanos. Percorrer a história da OEI é percorrer a história da cooperação ibero-americana.





Primeira Reunião Extraordinária do Congresso Ibero-americano de Educação. Colômbia, 1985

“A cultura, a ciência e a educação foram tratadas como projeções do espírito que tendem a desenvolver e promover a criatividade, a estimular o conhecimento e a transmiti-lo, a preservar os valores mais característicos e fundamentais da espécie. Porque, embora se estabeleçam limites entre estes domínios do espírito, com fins de administração e de política, todos se fundamentam na expressão do especificamente humano, do que fez da espécie a mais amplamente estendida e a

mais solidamente assentada sobre o planeta. De fato, a educação é o veículo da ciência e da cultura, é a forma de manter a sociabilidade, de fundamentar os costumes, de preservar os ideais e de estimular o progresso.”

*Belisario Betancur,
presidente da Colômbia,
durante o seu discurso inaugural da
I Reunião Extraordinária do Congresso
Ibero-americano de Educação,
Bogotá, Colômbia, 1985*

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

DA OEI

Desde os seus primórdios em 1949, como Escritório Ibero-americano de Educação, os princípios da OEI foram “informar, documentar e coordenar”. Desde então, temos nos posicionado como uma fonte de comunicação confiável e atualizada nas áreas temáticas de educação, ciência e cultura.

NOTÍCIAS DE EDUCAÇÃO IBERO-AMERICANA

Publicação mensal em formato de jornal, editada de 1951 a 1955, que divulgava as atividades realizadas pela OEI no período correspondente e incluía artigos de fundo ou de opinião.

PLANA

Publicação bimestral em formato de revista, editada no final de 1955 a 1983, que, além de divulgar as atividades da OEI, contava com artigos de fundo sobre a situação da educação na América Latina.



Capas Revista Plana

EDUCAÇÃO: NOTÍCIAS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Publicação bimestral em formato de jornal, editada de 1984 a 1986, que incluía as atividades realizadas pela OEI.

REVISTA IBERO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO

Revista de educação criada em 1983 e que ainda hoje se publica com uma periodicidade quadrimestral. É composta de artigos originais em espanhol ou português, sobre temas de política ou pesquisa educacional, inovação e experiências de sucesso e outros temas de interesse educacional na região ibero-americana. Cada número é dedicado a um tema monográfico. Realiza-se previamente uma chamada pública para receber os artigos, que são submetidos a uma rigorosa avaliação científica de acordo com os padrões internacionais.



**Capa Revista Plana:
Sede OEI Cidade Universitária, 1980**

REVISTA CTS

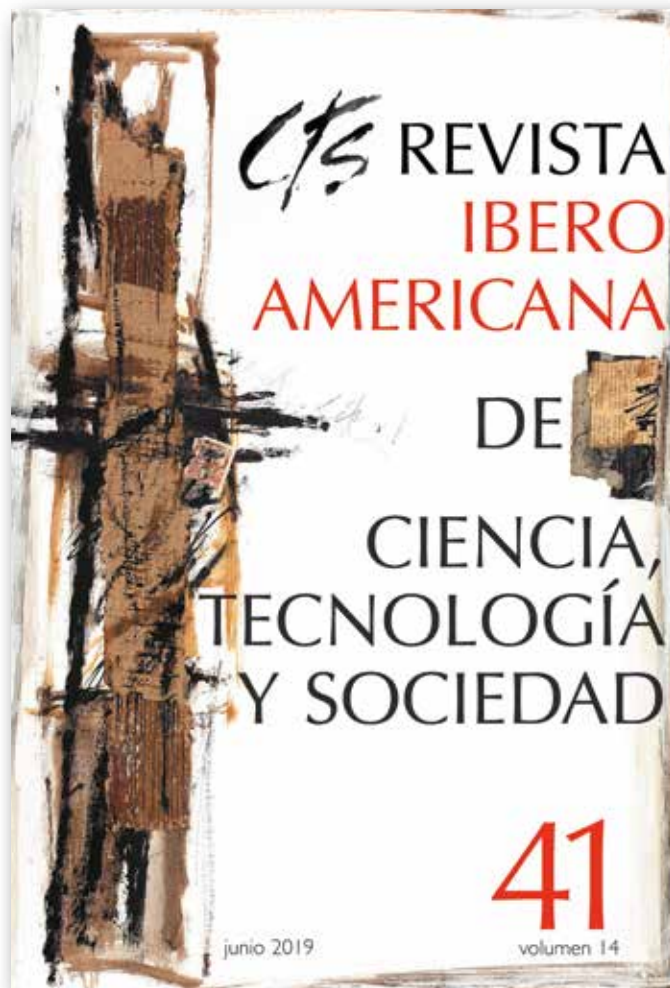
A “Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad” - CTS foi criada em 2003 e visa atingir uma melhor articulação entre a ciência e a sociedade nos países da América Latina e na Península Ibérica, bem como promover o diálogo e iniciar as discussões sobre os importantes temas relacionados com o seu âmbito. A periodicidade da revista é quadrimestral. Edita-se um volume por ano e três números por volume, com datas de publicação em fevereiro, junho e outubro. A CTS é uma iniciativa conjunta da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e o Centro de Estudos sobre Ciência, Desenvolvimento e Educação Superior – REDES (Argentina), com apoio do Instituto Universitário de Estudos da Ciência e Tecnologia da Universidade de Salamanca. Os artigos acadêmicos publicados na CTS são originais e inéditos de autores, na sua grande maioria sem vínculo com as

entidades editoras da revista. Os trabalhos são aprovados por meio de um sistema de revisão por pares duplo-cego.

REVISTA
IBERO
AMERICANA
DE CIENCIA,
TECNOLOGÍA Y
SOCIEDAD

1 *CTS*
volumen 1

septiembre 2003





**GRANDES
MARCOS**

A ORIGEM DA OEI E DA COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA

1949 foi um ano de inflexão na política internacional. As feridas da Segunda Guerra Mundial ainda não estavam curadas e os países diretamente envolvidos no conflito recente começavam a seguir o caminho da recuperação, quando o mundo se defrontou com uma nova escalada de tensão: eram os preâmbulos da Guerra Fria.

A crescente rivalidade entre as duas superpotências emergidas após 1945 perturbou completamente o tabuleiro internacional e obrigou a recolocar as peças em função desse novo contexto político.

No caso da Espanha, durante a guerra civil se enfrentaram duas concepções mui-



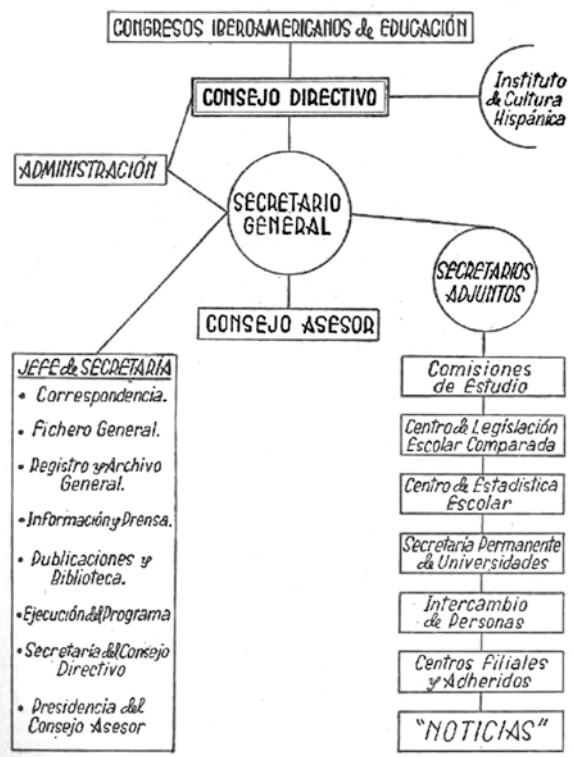
Segunda Reunião do Conselho Diretivo. Março de 1955

to diferentes sobre a comunidade ibero-americana. A vitória do grupo nacional propiciou a implementação de uma política hispano-americana de viés conservador. Além disso, buscou-se nos países irmãos do outro lado do Atlântico uma oportunidade para uma política externa marcada por uma retórica ultrapassada.

Uma aposta muito arriscada, pois as relações com os países latino-americanos tinham sido muito afetadas pela Guerra Civil. Uma das duas Espanhas congelou o coração não só dos espanhóis, mas também dos seus irmãos americanos, que acolheram generosamente aqueles que fugiram da outra Espanha. Especialmente o México, onde se exilou o governo espanhol republicano, país que liderou a ofensiva democrática contra a Espanha franquista. Ambos países não voltaram a restabelecer relações diplomáticas até a transição democrática espanhola, quase quarenta anos depois. Mas a nova Espa-



I Conferência Ibero-americana de Ministros de Educação, Barcelona, Espanha, 1970



Organograma OEI. 1954

na também contou com muitos simpaticizantes e aliados entre os setores católicos e mais conservadores das sociedades latino-americanas, bem como em certos ambientes intelectuais.

As mudanças produzidas com o final da Grande Guerra propiciaram a formulação de um novo projeto político para a região, a Comunidade Hispânica de Nações, que surgiu no final da década e dentro do qual se deve entender a criação da Escritório Ibero-americano de Educação

O impulsor desta iniciativa foi Alberto Martín Artajo, designado ministro de Assuntos Exteriores em julho de 1945, apenas dois meses depois de finalizadas as hostilidades em solo europeu. Uns dias antes da sua designação, em junho de 1945, reunia-se a Conferência de São Francisco das Nações Unidas, que adotou a proposta do México, uma resolução em que eram estabelecidas as condições de admissão ao organismo internacional que estava destinado a substituir a Sociedade de Nações.

A região ibero-americana revelou-se como um espaço relevante no novo cenário internacional, foi então quando se conce-

beu a ideia de uma nova Comunidade Hispânica de Nações, baseada em conceitos como a fraternidade e a cooperação, deixando para trás os devaneios imperialistas do passado. Como sinal de novos tempos, o Conselho da Hispanidade foi substituído pelo Instituto de Cultura Hispânica, cuja própria nomenclatura já anunciava que a sua principal atividade seria o fomento das relações culturais.

Os países hispano-americanos começaram a aproximar posições e, em 1959, contribuíram nas Nações Unidas para pôr fim ao bloqueio diplomático que a Espanha estava submetida. Apenas Cuba, Guatemala, México e Uruguai mantiveram-se firmes no seu repúdio ao regime franquista.

O trabalho desenvolvido pelo Instituto de Cultura Hispânica nesses anos foi fundamental para entender a nova dinâmica nas relações com os países ibero-americanos. O seu primeiro diretor, Joaquín Ruiz-Giménez,



Conselho Diretivo. 1981

era um destacado membro do movimento católico. Figuras como essas, que tinham uma ampla rede de relações em muitos países graças à sua militância em associações internacionais de estudantes, serviram para ir ganhando apoios.

A educação foi um eixo de trabalho muito importante do Instituto. Impulsionou-se um programa de bolsas de estudo e se propuseram mudanças nos programas curriculares universitários para que adotassem uma abordagem mais ibero-americana. Tratava-se também de uma área que podia oferecer muita projeção à proposta de criação de uma Comunidade Hispânica de Nações. Por esse motivo, um dos vários congressos realizados durante 1949 com o objetivo de dar conteúdos concretos a esse projeto foi dedicado à educação.

O I Congresso Ibero-americano de Educação foi realizado em Madri, em outubro de 1949, como resposta a *“uma exigência profundamente sentida e reiteradamente manifestada pelos educadores ibero-americanos nos diversos graus de ensino”*. Representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, Guatemala, México, Panamá, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela participaram do mesmo, além de alguns procedentes das Filipinas, Estados Unidos e Itália. Chama a atenção o fato de que no Congresso também houvesse participantes daqueles países da re-



Conselho Diretivo. Madri, 1966

gião com os quais a Espanha tinha relações mais tensas, incluindo o México. O que demonstra a capacidade que a educação e a cultura têm de aproximar posições e propiciar relações de colaboração, inclusive em contextos adversos.

No total, mais de 200 participantes no Congresso e outros tantos que não puderam comparecer, mas aderiram ao mesmo e às suas resoluções, debateram durante 10 dias sobre o próprio conceito da educação e os seus valores, apresentaram os seus respectivos sistemas educacionais, intercambiaram propostas e boas práticas e, principalmente, concordaram em dar continuidade à experiência.

Um dos acordos emanados do Congresso foi a criação de um Escritório Central de Educação Ibero-americana (OEI) cujos fins específicos eram os seguintes:

a) Manter um serviço informativo sobre o desenvolvimento da educação em



Secretário Geral da OEI, Barón Castro, com outras personalidades, na obra do edifício. Cidade Universitária, Madri, 1974

cada um dos países da comunidade ibero-americana;

a) Orientar, assessorar e, servir às pessoas e organizações interessadas nas questões culturais e educacionais;

b) Difundir os princípios proclamados pelo Congresso e promover a sua realização legal e efetiva;

c) Fomentar o intercâmbio cultural de alunos, professores etc. e assessorar sobre a sua contratação e a concessão de bolsas de estudo, sobre a validação de diplomas, difundindo na comunidade ibero-americana as experiências obtidas em cada país;

d) Participar ativamente dos Congressos organizados periodicamente e cujo tema seria



IV Conselho Diretivo. Outubro de 1955

- estabelecido de acordo com os Escritórios Nacionais de Educação Ibero-americana;
- e) Premiar, revisar e publicar textos escolares, pedagógicos e culturais que construíssem uma comunidade de pensamento;
 - f) Colaborar na difusão e na publicação da revista criada como órgão comum de documentação e intercâmbio e nas emissões radiofônicas.

A criação efetiva deste Escritório ocorreu em junho de 1951. Formalmente, tratava-se de uma entidade aderida ao Instituto de Cultura Hispânica, mas, tal como apontavam os seus estatutos, “*sem prejuízo do seu caráter de organismo internacional*”. Com a finalidade de acentuar esse aspecto, o segundo Congresso Ibero-americano de Educação, realizado em Quito em 1954, re-



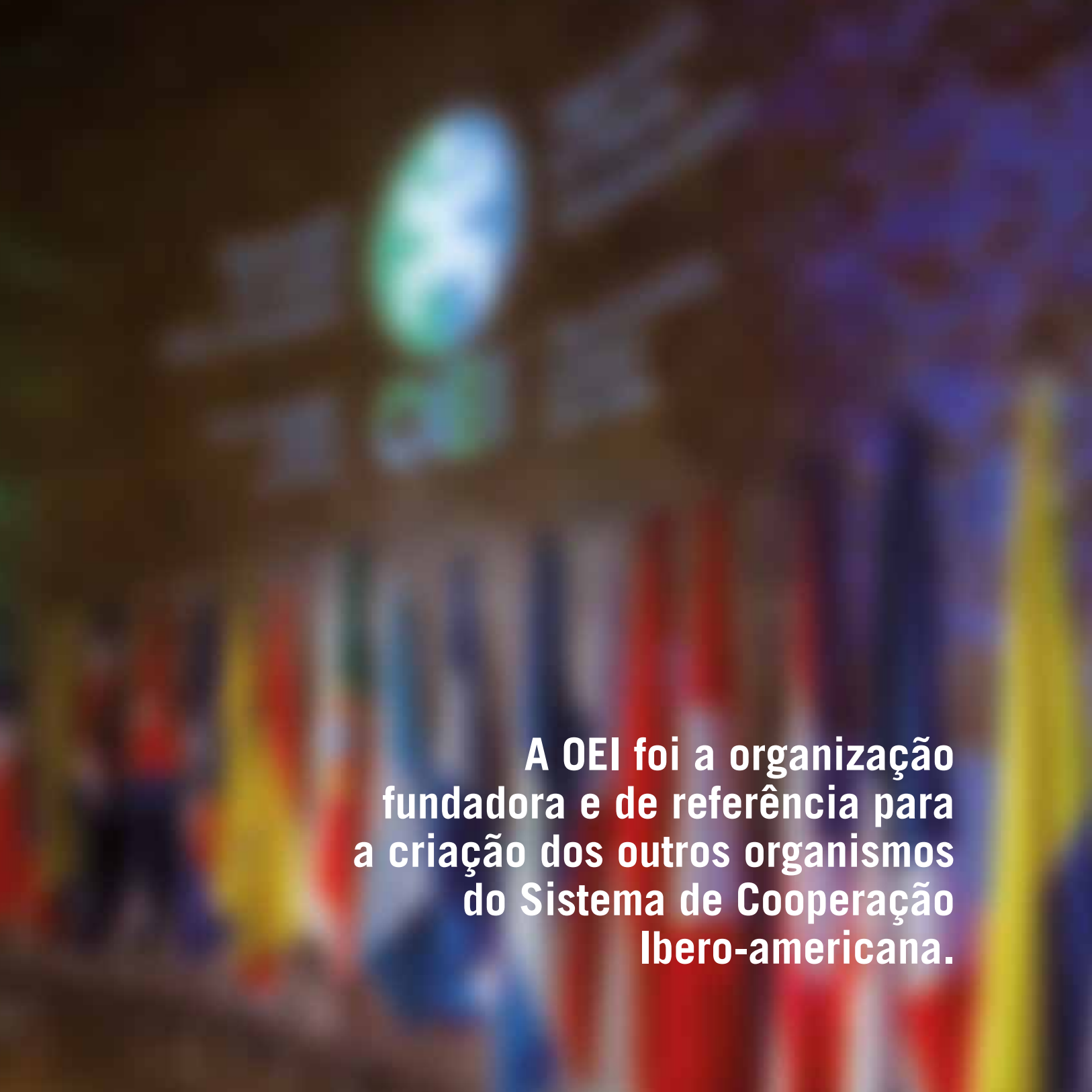
Conferência de Ministros Ibero-americanos de Educação. 1970

solveu revestir a OEI de carácter intergovernamental e estabelecer a sede central da sua Secretaria Geral em Madri.

Em cumprimento também das resoluções deste segundo Congresso, em 15 de março de 1955, foi constituído o Conselho Diretivo do Escritório de Educação Ibero-americana, “órgão de governo e administração” da OEI. Participaram deste ato, representando os seus respectivos ministros de Educação, os embaixadores da Colômbia, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Nicarágua, Paraguai, Peru e Venezuela, além dos ministros de Educação e Assuntos Exteriores da Espanha.

A criação da OEI representou um marco muito importante na cooperação ibero-americana, que transcendeu o carácter instrumental que o trabalho do Instituto de Cultura Hispânica teve no princípio. A relação privilegiada entre os países ibero-americanos seguiu sendo fundamental, tanto que

não só seguiu apoiando os trabalhos da OEI, mas também repetiu este modelo em outros âmbitos em que a cooperação ibero-americana se estendeu. Assim, por exemplo, foi criada a Organização Ibero-americana de Seguridade Social, precedida também da realização de um Congresso Ibero-americano de Seguridade Social em 1954.

The background of the image is a blurred collage of various national flags, including the Spanish flag (red, white, and yellow), the Portuguese flag (green and red), and the Brazilian flag (green, yellow, and blue). The text is overlaid on this background.

A OEI foi a organização fundadora e de referência para a criação dos outros organismos do Sistema de Cooperação Ibero-americana.

A OEI como promotora da cooperação Sul-Sul

Enrique V. Iglesias, Primeiro Secretário Geral Ibero-americano

A criação da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, constitui um acontecimento transcendente e histórico que merece reconhecimento nestes 70 anos da sua fundação.

Começando como um Escritório de Educação Ibero-americana, criado na primeira reunião de Ministros de Educação da Ibero-América em 1949, passou por sucessivas etapas de ampliação das suas competências e mandatos, para ser hoje a primeira instituição ibero-americana de cooperação em áreas fundamentais do desenvolvimento social e econômico. Como bem lembram as suas atas fundacionais: “deve servir em primeiro lugar a um objetivo humanista, desenvolvendo a formação ética integral e harmônica das novas gerações de democratização, garantindo a igualdade de oportunidades educacionais e a equidade social; do desenvolvimento produtivo, preparando para a vida do trabalho e favorecendo a inserção laboral”. Aquele modesto escritório transformou-se na instituição decana da cooperação ibero-americana que é hoje.

A história da cooperação ibero-americana iniciou-se com a criação da OEI e abriu espaços para outras como a OISS (Organização Ibero-americana para a Seguridade Social), orientada para a cooperação nos temas de seguridade social, iniciativa pioneira ao apontar para um dos problemas cada vez mais cruciais e desafiadores da humanidade. Continuou com a cooperação em matéria de justiça, com a criação da COMJIB, e finalmente abriu um espaço para a colaboração entre as gerações jovens da Ibero-América com a criação da OIJ (Organização Internacional da Juventude).

Faltava dar um salto para os níveis da cooperação política, tarefa que não era fácil pelos desencontros políticos desafiadores na Ibero-América, durante as décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. A consolidação da democracia abriu as portas para a cooperação política, que culminaram em 1990, quando o último país sul-americano, Chile, fechou o ciclo, recuperando instituições democráticas sul-americanas.



Enrique V. Iglesias, Primeiro Secretário Geral Ibero-americano. Salamanca, 2012

Naquele momento, líderes políticos visionários responderam à velha aspiração ibero-americana de criar uma instituição de colaboração política. Em 1991, com a liderança do rei Juan Carlos, Chefes de Estado da Espanha, México, Portugal e do Brasil inauguraram as Cúpulas Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo, que durante 25 anos se reuniram anualmente e, por fim, bianualmente, em um exercício singular e único no mundo pela sua frequência e clima de diálogo e entendimento. Foram necessárias muitas décadas de vida independente para poder materializar a velha aspiração de organizar um diálogo aberto entre os Chefes de Estado da Ibero-América que, para além

das diferenças de cada país, foram capazes de compartilhar encontros dirigidos ao debate informal e ao aprofundamento da cooperação ibero-americana nas áreas sociais e políticas.

A OEI foi, na Ibero-América, o ponto de partida desta nova realidade que atualmente vincula e une os países ibero-americanos. Superando os desencontros do processo colonial, estes países demonstraram ser capazes de dialogar, discordar, sempre se enriquecendo em encontros apoiados nas tradições, línguas, culturas e interesses que não ignoram as diferenças, mas apostam nos pontos de interesse comuns.



10 anos Carta Cultural Ibero-americana. Teatro Solís. Montevideú, 2016

Muitas foram as contribuições da OEI para a cooperação nas suas áreas de trabalho. Com escritórios em cada um dos países e mais de 500 funcionários, os mandatos sucessivos dos seus Governos lhe permitiram incidir em iniciativas práticas que serão analisadas neste livro comemorativo da sua fecunda história de promoção e defesa da educação. Cabe ressaltar as práticas que promovem a universalidade do direito à educação, com melhorias da sua qualidade ao longo de toda a vida. Para isso, destacam-se os seus planos e produtos de caráter formativo, a capacitação e intercâmbio de experiências que alimentam uma comunidade de instituições de educação rica, e útil para as políticas das instituições de educação da região. Certamente o desenvolvimento social da região é nutrido de uma cooperação ativa neste campo da educação. Também foram notáveis os programas de integração entre a educação, a ciência e a cultura. A OEI incide na formação, na capacitação e no intercâmbio de experiências entre instituições e educadores da região. Tudo isso será abordado nesta interessante publicação comemorativa.

Gostaria de destacar especialmente dois marcos que vivenciei quando estive na Secretaria Geral da SEGIB.



**77ª Reunião do Conselho Diretivo da OEI.
Guatemala, 2018**

O primeiro foi a aprovação da Carta Cultural Ibero-americana, um dos instrumentos mais importantes e ambiciosos da história das relações culturais na Ibero-América. Atualmente é um ponto de apoio para a visão da cultura e das suas políticas no desenvolvimento dos nossos países, para a maior identidade e criatividade da Ibero-América. A Carta é um produto do trabalho paciente e dedicado da OEI e dos Governos. Um exemplo notável do papel e da riqueza das suas culturas a serviço do desenvolvimento dos seus cidadãos e das suas sociedades. A Carta Cultural Ibero-americana foi aprovada formalmente pelos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula Ibero-americana de 2006. Os posteriores Congressos de Cultura da Ibero-América, apoiados pela OEI e pela SEGIB, foram e deverão continuar sendo contribuições valiosas para convocar os representantes do desenvolvimento cultural da Ibero-América, para fortalecer a cultura, instrumento mais criativo da comunidade ibero-americana, que nos projeta no mundo com uma identidade própria.

O segundo marco foi a aprovação das Metas Educacionais 2021: *“a educação que queremos para a geração dos bicentenários”*. Este projeto ambicioso que gerou a uma mobilização criativa de pensamento e

discussão, levou vários meses para se consolidar no início dos movimentos comemorativos do bicentenário da independência na maioria dos países latino-americanos. O objetivo central, como indicam os seus fundamentos, foi fomentar uma melhor qualidade educacional para conseguir uma maior coesão, justiça social e integração da comunidade ibero-americana. Foi implementado especialmente com a vontade de responder, às demandas exigentes da sociedade da informação e do conhecimento. Esta iniciativa foi aprovada pelos Chefes de Estado e de Governo em dezembro de 2010, em Mar del Plata, Argentina.

Não gostaria de esquecer uma vertente muito especial da cooperação da OEI como promotora da cooperação Sul-Sul em matéria educacional e científica.

A cooperação Sul-Sul aparece muito cedo no cenário da cooperação para o desenvolvimento nas relações internacionais. A necessidade de abrir novos espaços para uma cooperação, especialmente dos países em desenvolvimento, foi uma iniciativa valiosa e criativa, alimentada na Ibero-América. De certa forma, boa parte das instituições de cooperação ibero-americana

apoia-se neste instrumento. Ativa-se a mobilização de recursos dos próprios países para ampliar as suas experiências a outros países que compartilham problemas similares e buscam objetivos iguais. E amplia-se quando bancos como o BID vinculam o seu apoio financeiro às potencialidades de cooperação entre os países da região.

O campo da cooperação entre os Ministérios de Educação foi explorado desde o início pela OEI. O intercâmbio de experiências dos Ministros de Educação foi por várias décadas uma primeira aproximação ao que hoje entendemos como cooperação Sul-Sul. Os programas de mobilidade acadêmica em educação superior, como o Pablo Neruda de 2008, ou o Paulo Freire, aprovado pela Cúpula Ibero-americana de Veracruz em 2014, são outros instrumentos com um componente Sul-Sul significativo. Do mesmo modo, orientam-se as colaborações culturais como a mobilidade de artistas e gestores culturais, ou os intercâmbios de boas práticas em políticas culturais. Estas experiências contêm elementos de cooperação onde as contribuições Sul-Sul são dominantes. Os campos são ampliados com o desenvolvimento que a SEGIB tem proporcionado a todo o



SAR O Príncipe de Astúrias no Congresso Ibero-americano das línguas na educação e na cultura. Salamanca, 2012

âmbito da cooperação Sul-Sul, mobilizando recursos dos próprios Governos e procurando vincular adicionalmente o apoio dos países desenvolvidos como Espanha e Portugal, que têm um papel crescente nesse objetivo.

A área educacional e cultural deveria continuar mobilizando-se em objetivos que atualmente são mais importantes do que nunca, respondendo ao papel crescente do tema educacional no desenvolvimento do mundo. O relatório da cooperação Sul-Sul na Ibero-América, publicado pela SEGIB, demonstra a vitalidade de uma cooperação onde os próprios países alimentam com as suas experiências o apoio aos países irmãos da região. Os momentos em que a escala de cooperação internacional dos países com níveis médios de receita per capita avança, convidam a aprofundar esta área de cooperação entre os países ibero-americanos. Por último, gostaria de concluir mencionando como esse papel da OEI se engrandece dian-

te das novas demandas que o atual mundo em transformação nos apresenta perante os grandes desafios introduzidos pelas novas tecnologias da informação e comunicação.

Ao comemorar os seus 70 anos de trabalho em prol da educação, da ciência e da cultura na Ibero-América, a OEI deve potencializar mais uma vez os princípios que alimentaram a sua fundação, previstos pelos seus fundadores na sua Carta Fundamental, além de oferecer um apoio renovado ao papel da educação e da ciência no mundo moderno.

A educação não é mais um serviço, é um bem social, é um direito do cidadão,



Café da manhã informativo do Secretário Geral da OEI, 2018

é a ferramenta fundamental da política de um Estado, que sustenta as bases do edifício social. A educação é essencial também para a integração social, a busca da igualdade e a consolidação da democracia. No meu país, Uruguai, já no século XIX, em uma etapa de intermináveis conflitos, um grande educador, José Pedro Varela, nos lembrava que para ter uma boa República era necessário formar bons republicanos.

Esses são os princípios que a OEI deve continuar servindo com maior vigor nos próximos anos.

Trabalhar pela educação implica pensar e ter bem claro a sociedade que desejamos construir. Qualquer debate sobre o papel da educação contém implícita ou explicitamente uma visão do modelo de sociedade.

Atualmente, esse pensamento é mais necessário do que nunca, quando nos convoca para um futuro de uma sociedade mais tecnológica com o motor do crescimento que contém tendências fortes a uma desigualdade ainda maior.

Nos próximos anos, a OEI deve nos fazer pensar nestes grandes desafios e nos

apoiar em aprender a enfrentá-los juntos em sociedades onde temos tantos vínculos e tantas experiências comuns.

Grandes desafios para a OEI. Mas a história dos seus primeiros 70 anos tão frutíferos nos animam a ser otimistas e continuar melhorando a nossa Instituição.

A cooperação do século XXI

Rebeca Grynspan, Secretária Geral Ibero-americana

A celebração dos setenta anos da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) coincide felizmente com outro acontecimento: a comemoração dos quarenta anos do Plano de Ação de Buenos Aires para a cooperação entre países em desenvolvimento, gênese da cooperação Sul-Sul no mundo. Esta coincidência de comemorações nos convida a uma importante reflexão.

A cooperação como modelo de intercâmbio e a Comunidade Ibero-americana como espaço de diálogo político compartilham uma história entrelaçada e similar, onde fomos nos retroalimentando continuamente. Para começar, tanto a Comunidade Ibero-americana quanto a cooperação Sul-Sul são reflexo de uma mesma necessidade: a de construir um mundo mais interdependente, mais globalizado, mais multipolar, mais multinível e mais horizontal.

Uma construção feita paulatinamente, reflexo de uma realidade em transformação, marcada pelo auge econômico do mundo em desenvolvimento, uma realidade que exigiu passar de um modelo de intercâmbio

baseado na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento a outro baseado na cooperação.

Esta transformação faz parte da nossa história. As bases estruturais do que posteriormente conheceríamos como o Sistema Ibero-americano nasceram de iniciativas regionais de cooperação, tanto em matéria de Seguridade Social (Organização Ibero-americana de Seguridade Social), de justiça (Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-americanos), de juventude (Organização Ibero-americana de Juventude) quanto de educação, no caso da OEI. A partir da cooperação, fomos somando espaços em um processo de institucionalização do qual saímos sumamente fortalecidos.

Assim, cresceram a um mesmo ritmo, a cooperação como estímulo dentro do Sistema Ibero-americano, e a Ibero-América como atriz protagonista da cooperação no mundo. Uma convergência que se consuma em 2003 na XIII Cúpula Ibero-americana, realizada em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia. Cúpula na qual os Chefes de Estado e de Governo dos nossos países fizeram



Rebeca Grynspan na XXVI Conferência Ibero-americana de Ministros de Educação

uma petição formal de elevar ao centro da agenda política da nossa região o que naquele momento se conhecia como a Secretaria de Cooperação Ibero-americana e que agora conhecemos como a Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB), órgão no qual recaiu, a partir dos mandatos da XXIV Cúpula Ibero-americana de 2014 em Veracruz, a responsabilidade de articular as diferentes instituições do Sistema Ibero-americano que mencionei anteriormente.

A lição da história é clara: o que fortaleceu a cooperação, fortaleceu a Ibero-América e vice-versa. Uma reflexão que nos convida a pensar a longo prazo, a meditar sobre como continuar fortalecendo a Ibero-América nas

décadas vindouras, entendendo bem as lições do passado.

UMA COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA PARA O SÉCULO XXI

Se a longevidade do espaço ibero-americano, evidente nesses bem-aventurados setenta anos da OEI, dependeu em boa medida da sua capacidade de ser reflexo da natureza da sua época, então voltemos a fazer o mesmo agora. Portanto, para saber como deve ser a Cooperação Ibero-americana deste século, devemos primeiramente nos perguntar sobre o que fizemos bem e devemos continuar e o que devemos fazer diferente no contexto dos novos desafios que estes novos tempos nos apresentam.



XXVI Conferência Ibero-americana de Ministros de Educação. La Antigua. Guatemala, 2018

Sobre o primeiro, é evidente que há coisas que não devemos mudar mas sim intensificar esforços. Principalmente na nossa capacidade de ser fiel aos valores da cooperação, que não devem mudar nunca. Valores como a horizontalidade, a aprendizagem mútua, a busca incessante de consensos, a ideia de que não há país tão rico que não possa aprender, nem tão pobre que não possa ensinar. Aqueles valores que fizeram da Cooperação Ibero-americana uma instituição e um exemplo para o mundo.

Por outro lado, é importante que continuemos construindo as nossas instituições de cooperação tal como temos feito. Ou seja, de baixo para cima, a partir de um

ecossistema baseado na confiança. Um ecossistema onde cada país trabalha voluntária, solidária e proativamente naqueles projetos de cooperação nos quais pode contribuir mais e que mais lhe interessa. Um ecossistema que a SEGIB potencializa, mas não coopta, e cuja vitalidade provém dos próprios países. Um ecossistema que se nutre da multiplicidade dos seus atores, do fato de os nossos países poderem aliar-se com mais facilidade e dinamismo, e beber de uma oferta cada vez mais ampla de experiências de cooperação.

Esta realidade nos mostra o caminho que temos em frente. É fundamental que continuemos a partir dessa institucionalidade base-



XIX Conferência Ibero-americana de Ministros de Cultura. La Antigua, Guatemala, 2018



Concerto na Conferência Ibero-americana de Educação. Panamá, 2013

ada na pluralidade, e que façamos com que a Cooperação Ibero-americana seja ainda mais multinível e *multiatores*, somando espaços às nossas iniciativas de cooperação Sul-Sul e triangular. Assim, será mais forte a cooperação e nós mesmos também seremos mais fortes.

Olhando para o futuro, contudo, nos perguntamos: O que deve mudar na Coopera-

ção Ibero-americana para refletir melhor os tempos atuais?

Primeiro, a Cooperação Ibero-americana deve dar um salto qualitativo para se enquadrar no grande projeto de desenvolvimento global deste século: a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Dessa forma, o nosso esforço nunca será solitário, e saberemos aproveitar muito melhor as sinergias desta Agenda que depende também do trabalho transversal, multinível e *multiatores* para cumprir os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Esta é uma tarefa que já começamos e em que somos, novamente, um exemplo para o mundo. A Ibero-América não só é a única região do mundo com um relatório de cooperação Sul-Sul e triangular no âmbito regional, mas também a primeira a vincular e classificar os seus projetos de cooperação por Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Uma iniciativa que faz parte do compromisso da Ibero-América com a Agenda 2030, um compromisso que ficou em evidência na nossa recente XXVI Cúpula Ibero-americana, realizada no ano passado em La Antigua, Guatemala, onde cada um dos nossos países “renovou os

seus votos” com esta agenda global de desenvolvimento sustentável.

Segundo, a Cooperação Ibero-americana deve aprender a inovar no marco dos desenvolvimentos tecnológicos que já temos ao nosso redor. Embora aqui também tenhamos avançado muito – já contamos com uma plataforma online onde os nossos países compartilham os seus dados de cooperação, um primeiro passo obviamente importante – devemos fazer muito mais, incorporando estudos de Big Data, utilizando melhor as redes sociais e articulando as diferentes redes ibero-americanas surgidas espontaneamente.

Por último, a Cooperação Ibero-americana neste novo século deve chegar àquelas comunidades que continuam estando sensivelmente sub-representadas nos nossos projetos de cooperação, particularmente, às nossas comunidades indígenas, as nossas populações afrodescendentes, aos jovens e às mulheres.

Pois se algo está claro para nós ao refletirmos sobre a nossa história em comum é que, para além dos dados e dos números, há um rosto humano por trás de cada pro-



Congresso Ibero-americano das línguas na educação e cultura. Salamanca, 2012

jeto de cooperação. Desde sistemas integrados de doação de órgãos e transplantes até projetos de fortalecimento institucional e articulação de políticas públicas, a Cooperação Ibero-americana deixa marcas na nossa cidadania diária. É fundamental que ampliemos essas marcas para beneficiar um grupo mais amplo e mais inclusivo de pessoas e que façamos isso incorporando

projetos que trabalhem também sobre as suas realidades, desde o desmatamento até a discriminação salarial, desde a falta de acesso às novas tecnologias até a insegurança urbana.

UM MESMO CAMINHO

2019 é, portanto, e por mais de um motivo, um bom ano para olhar para trás. Para ver a paisagem de caminhos que nos trouxe até aqui, caminhos que, apesar de terem origens diferentes, foram se entrelaçando,

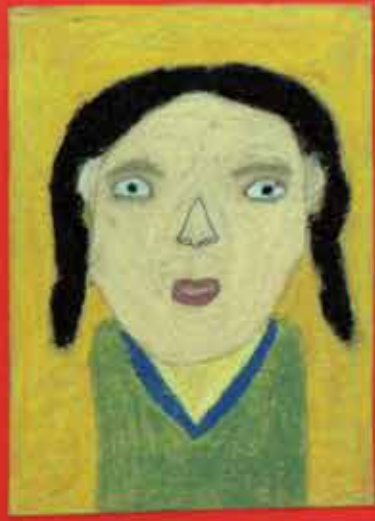
foram se unindo pelo simples fato de compartilhar um mesmo destino.

Na SEGIB, acreditamos que a história da Cooperação Ibero-americana é também a nossa história. A história da construção de uma cultura de convivência e solidariedade internacional. Por isso, continuaremos avançando na direção dos valores que unem a nossa comunidade: o diálogo, a diplomacia, a cooperação, a união na diversidade.



Estudantes latino-americanos

**Os valores que inspiraram
a criação da Organização
de Estados Ibero-americanos para
a Educação, a Ciência e a Cultura,
há 70 anos, são os mesmos que
neste momento comemorativo
renovam as nossas forças e nos
indicam o caminho que devemos
seguir para as próximas décadas.**



**COOPERAÇÃO
NO ESPAÇO
IBERO-AMERICANO**

REDE IBERO-AMERICANA DE COOPERAÇÃO

18 Escritórios Nacionais

ARGENTINA

A Argentina incorporou-se como Estado membro do Escritório de Educação Ibero-americana (OEI) em 1966 e esteve até 1978, ano em que a ditadura militar revogou a adesão do país. Só voltaria a fazer parte da Organização de Estados Ibero-americanos em 1985, durante a

I Reunião Extraordinária do Congresso Ibero-americano de Educação. Áreas como a educação na primeira infância, programas como *Iberlectura* ou publicações como a *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad* foram algumas das prioridades de trabalho do escritório.



Inauguração do Escritório Nacional do Uruguai, 2011

BOLÍVIA

O escritório da OEI na Bolívia foi inaugurado em 2009. Ao longo da sua história, desenvolveu 50 projetos, dos quais mais de 18.500 pessoas foram beneficiadas. No âmbito das alianças, a OEI Bolívia também firmou 41 convênios com o setor público-privado e mais de 100 especialistas colaboraram com o escritório. *Luces para aprender*, formação de docentes, teatro educativo ou a implementação de uma rádio educativa bilíngue em espanhol e aimará são alguns dos seus projetos mais relevantes.

BRASIL

O escritório da OEI situa-se em Brasília e foi inaugurado em 2005. A OEI Brasil executou projetos nas áreas de educação, ciência e cultura, tais como alfabetização de crianças, jovens e adultos, apoio à criação de microempresas, iniciativas relacionadas aos direitos humanos ou indústrias criativas, seminários sobre educação, mo-



Escritório da OEI na Argentina



Sede do Escritório Nacional do Chile

bilidades acadêmicas ou prêmios para os professores, entre outros. Além disso, mais de 10.400 colaboradores ou 105 convênios evidenciam as alianças que a OEI Brasil estabeleceu no país. O apoio do escritório brasileiro da OEI foi decisivo para a definição

do Programa Ibero-americano de Difusão da Língua Portuguesa para promover o espanhol e o português em escolas de fronteira, entre outras iniciativas.

CHILE

A OEI Chile inaugurou o seu escritório em 2003. Ao longo da sua história, desenvolveu 160 projetos e atividades e estabeleceu uma centena de sinergias com o setor público ou privado. O seu trabalho beneficiou um total de 4.500 pessoas. Em 2017, a OEI Chile lançou o Instituto Ibero-americano de Primeira Infância (IIPi), um organismo especializado que pretende ser referência nessa etapa da vida. A inauguração contou com a presidente da República, Michelle Bachelet.

COLÔMBIA

A representação da OEI na Colômbia foi criada na década de 70 e é a primeira sede regional da Organização de Estados Ibero-americanos. Em mais de quatro décadas de trabalho no país, o escritório da OEI em Bo-

gotá assinou contratos de prestação de serviços com mais de 18 mil especialistas com quem desenvolveu e implementou mais de mil convênios de cooperação, projetos de educação, ciência e cultura. Aproximadamente, mais de 5 milhões de pessoas foram beneficiadas por esses projetos. Vale a pena destacar que o escritório foi um ator relevante para a assinatura do Acordo Final de Paz, firmado pelo Estado colombiano e a guerrilha das FARC-EP em 2016, e hoje faz parte do Conselho Nacional de Reincorporação, apoiando projetos de formação para os ex-combatentes.

COSTA RICA

O escritório nacional da OEI na Costa Rica começou a sua atividade em 2013. Nos primeiros anos, realizou 32 projetos e, na atualidade, tem seis projetos em execução e oito em formulação. Um dos eixos de trabalho mais relevantes do escritório foi o fomento das alianças público-privadas e o trabalho em territórios comunitários. Nesse sentido, foram



Sede do Escritório Nacional da Colômbia

assinados 33 convênios com os setores público e privado. Mais de 478 mil estudantes, quase 700 professores, 300 membros de Conselhos de Educação e 290 associações de desenvolvimento comunitário, entre outros, foram beneficiados pela ação do escritório nacional no país centro-americano.



Sede do Escritório Nacional de El Salvador

EQUADOR

O escritório nacional da OEI no Equador foi criado em 2009. Ao longo dos seus dez anos de existência, foram desenvolvidos 152 projetos, alguns através de sinergias com instituições públicas ou com

o setor privado através de 205 convênios, além do apoio de cerca de 600 especialistas em educação, ciência e cultura. Mais de 3,7 milhões de estudantes e mais de 213 mil professores foram beneficiados por este trabalho. É marcante a sua atividade no âmbito da educação universitária, em parceria com instituições reitoras para avaliar, certificar e garantir a qualidade, como o Conselho de Educação Superior, ou centros como a Universidade Nacional de Educação, a Universidade das Artes ou universidades locais, com as quais se cofinanciaram bolsas de mobilidade Paulo Freire.

EL SALVADOR

Com a aprovação do Programa de Alfabetização e Educação Básica de Adultos – PAEBA – na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Ibero-América, realizada em Madri em 1992, a OEI instalou um Escritório de Gerência em São Salvador, em abril de 1994 e, ao mesmo tempo, assumiu



Inauguração do Escritório Nacional de Portugal, 2018

a sua administração e gerência. Este serviu para reconstruir localmente a confiança das comunidades analfabetas. A partir dessa iniciativa – foi inaugurado o Escritório Regional da OEI em 2000. A população beneficiária das iniciativas promovidas pela OEI El Salvador atinge mais de 1,1 milhão de crianças, jovens, adultos, professores e membros de comunidades educacionais através de 216 projetos e atividades.

GUATEMALA

O escritório nacional da OEI na Guatemala foi inaugurada em 2008, e o Acordo de Sede com o Governo da Guatemala foi assinado em 2012. Quase 18.500 pessoas foram beneficiadas pelos projetos educacionais e culturais promovidos por esse escritório em âmbitos como a inserção laboral, formação em educação intercultural em contextos bilíngues ou a profissio-



Sede do Escritório Nacional do Paraguai

nalização do ensino em escolas de dança. O escritório nacional também assinou 21 convênios com o setor público e privado.

HONDURAS

O escritório de Honduras foi aberto em 1996 e o Acordo de Sede foi assinado em 2002. Ao longo dos anos, as principais linhas de trabalho têm sido a educação de adultos, atenção à primeira infância, educação técnica profissional e empreendedorismo, luzes para aprender, promoção da cultura, da qualidade educacional intercultural e da diversidade. Recentemente as alianças tradicionais com a Secretaria de Educação e com setores empresariais foram complementadas por relações com diversas universidades, com a Direção de Cultura e Conselho Nacional de Educação.

MÉXICO

O escritório mexicano da OEI foi criado em 1999. Em 20 anos de existência, a OEI realizou 386 projetos, que beneficiaram a

mais de 334 mil pessoas. Além disso, firmou 307 convênios com outras entidades, empresas ou organizações. 1.433 especialistas deram a sua experiência ao escritório da OEI. Desde 2001, a OEI México e o Conselho Nacional para a Cultura e para as Artes (CONACULTA) – atual Secretaria de Cultura – trabalham juntos nas áreas de arte e cultura para a criação de espaços de diálogos e retroalimentação com acadêmicos, promotores culturais, especialistas e altos funcionários da região.

NICARÁGUA

A Nicarágua é membro ativo da OEI desde 1957. O trabalho da OEI no país foi iniciado em 1996, com o Programa de Alfabetização e Educação Básica (PAEBANIC), instalando-se na sede do Ministério de Educação onde está até hoje. Em 2000, a UNESCO concedeu duas distinções a este programa pelo seu trabalho na luta contra o analfabetismo. A formação de mais de 3.300 professores em educação pré-escolar inclusiva e o

fomento da educação empreendedora entre os alunos do ensino médio, que deu origem ao programa educacional nacional “Aprender, Empreender, Prosperar”, em parceria com o Ministério da Educação, são trabalhos de relevância deste escritório.

PANAMÁ

Em 2006, foi realizada a inauguração do escritório da OEI no Panamá. Além dos inúmeros convênios de colaboração que o escritório assinou, desenvolveu ou participou de programas e projetos, entre os quais se destacam Panamá Bilíngue, Transformação de Ambientes Escolares em contextos de vulnerabilidade, o programa Escola e Ambientes Seguros ou o desenvolvimento e modernização da educação técnico-profissional.

PARAGUAI

O escritório técnico da OEI em Assunção foi estabelecido em 2001. Em setembro de 2011, foi inaugurada a sede própria, na XXI Conferência Ibero-americana de Ministros

de Educação. Nesse período, a OEI Paraguai implementou 329 projetos (mais de 100 nos últimos 12 anos), realizou 234 publicações e estabeleceu 108 alianças público-privadas, entre elas, com a Agência Espanhola de Cooperação (AECID), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a União Europeia, o UNICEF e a Junta de Andaluzia. A OEI Paraguai é atualmente uma referência na região na geração de conhecimento em educação, ciência e cultura.

PERU

A assinatura do Acordo de Sede entre a OEI e o governo peruano ocorreu em 1978. César Pacheco Vélez foi o primeiro representante permanente da OEI em Lima. No início, o escritório funcionou dentro das instalações da Universidade do Pacífico. A OEI Peru assinou nesse período mais de 200 convênios de cooperação com as administrações públicas peruanas, empresas e universidades públicas e privadas. Entre 2011 e 2017, a OEI Peru abrigou o Instituto

de Educação Superior Tecnológico, Ibero-tec, que formou mais de 1.700 jovens peruanos em telecomunicações. Atualmente, o escritório da OEI no Peru tem programas e projetos ativos em áreas diferentes, como a capacitação digital de professores.

PORTUGAL

O escritório da OEI em Lisboa foi o último a ser aberto, no dia 5 de janeiro de 2018.

Até agora realizou 15 projetos e atividades nas áreas de educação, cultura, educação superior e difusão das línguas portuguesa e espanhola. Também promoveu a participação da organização na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na qualidade de observadora associada, sendo a primeira organização internacional a obter esse status.



Sede do Escritório Nacional do Panamá

REPÚBLICA DOMINICANA

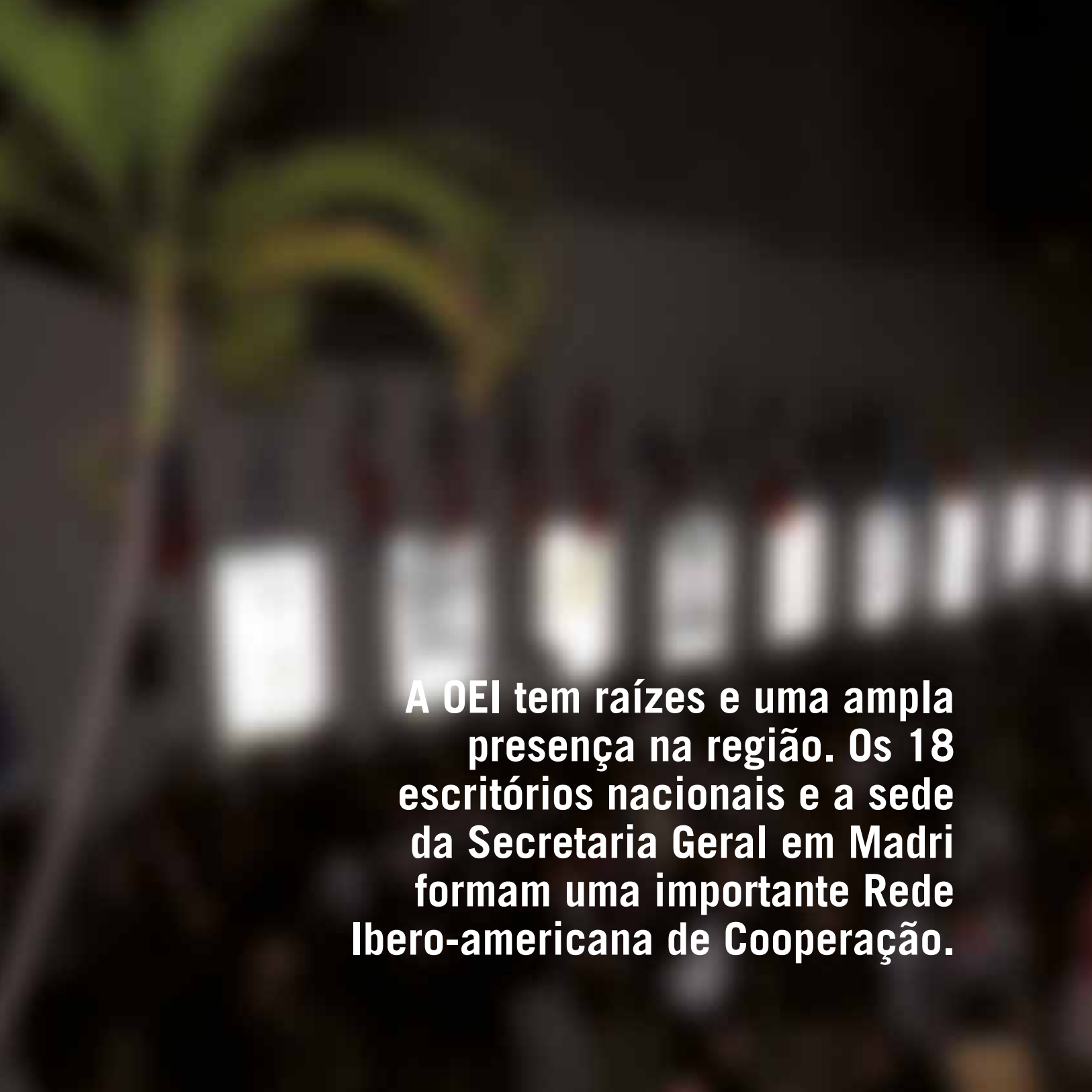
O escritório nacional da OEI na República Dominicana foi criado em 2008. Desde então, realizou uma série de ações, planos, programas e projetos que resultaram em uma melhoria da qualidade e equidade educacionais, e no desenvolvimento cultural do país. Um dos primeiros foi o Projeto de Alfabetização e Habilitação Profissional para Jovens e Adultos na região de Enriquillo, junto com o Ministério de Educação e o INFOTEP, que anti-giu a mais de três mil pessoas jovens e adultas analfabetas da região sul do país. Também merece destaque a implementação da Consulta Nacional das Metas Educacionais 2021.

URUGUAI

O escritório da OEI no Uruguai foi inaugurado em 2011. Nestes anos, realizou 172 projetos ou atividades nos âmbitos de direitos humanos, da educação para a cidadania, da formação de professores,

educação inclusiva, da educação artística ou mobilidade acadêmica dentro do programa ibero-americano Paulo Freire.

Este trabalho, que transformou a vida de mais de 42 mil pessoas, também foi possível graças à colaboração de 60 especialistas e 45 alianças ou convênios.



A OEI tem raízes e uma ampla presença na região. Os 18 escritórios nacionais e a sede da Secretaria Geral em Madri formam uma importante Rede Ibero-americana de Cooperação.

COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA A EXTENSÃO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO NA IBERO-AMÉRICA

Fortalecimento de políticas educacionais:
projeto regional Metas 2021

“Este ambicioso projeto que ocasionou uma criativa mobilização de pensamento e discussão, levou vários meses

para se tornar um projeto no início dos movimentos comemorativos do bicentenário da independência na maioria dos países latino-americanos. O objetivo central, como indicam os seus fundamentos, foi fomentar uma melhor qualidade educacional para conseguir uma



Rede Ibero-americana para o acompanhamento dos avanços na educação. 2019



Relatório “Miradas sobre la Educación en Iberoamérica”

junto de onze metas gerais, cada uma delas abrangendo uma área ampla de atuação e permite indicar uma direção de progresso. Posteriormente, foram estabelecidas várias metas específicas e selecionados indicadores que permitissem realizar o seu acompanhamento. A XX Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo de 2010 aprovou o projeto assumindo o compromisso de atingir as onze metas até 2021.

O projeto incluiu, um plano para a sua avaliação e acompanhamento baseado na elaboração de relatórios de progresso, “*Miradas sobre la Educación en Iberoamérica*”, realizados periodicamente pelo Instituto de Avaliação (IESME) da OEI. Esses relatórios devem ser debatidos e aprovados pelos Ministros de Educação antes de serem publicados e divulgados. Essa informação deve visar uma contribuição de primeira ordem para a tomada de decisões dos responsáveis pela educação nos países ibero-americanos.

Além dos relatórios de progresso, foi aprovada a elaboração de outros relatórios complementares de caráter específico, cujas temáticas tivessem um interesse especial para os países da região. Ao longo desses anos, foram abordadas temáticas tão importantes como a *situação dos professores* Miradas, 2013; *a educação dos povos indígenas e afrodescendentes* Miradas, 2015 e *o desenvolvimento e liderança dos diretores escolares na Ibero-América* Miradas, 2017.

Desde a sua constituição em 2010, o IESME foi o órgão responsável pela elaboração desses relatórios, tendo, ainda outro conjunto de funções, entre as quais se destacam:

- Realizar a avaliação e o acompanhamento do grau de cumprimento das metas gerais e específicas estabelecidas, colaborando com os países ibero-americanos e com outras organizações que desenvolvem a sua atividade na região.

- Conhecer e analisar a opinião pública da população dos países ibero-americanos sobre a educação, especialmente no que se refere à sua percepção, suas expectativas e à sua implicação na educação das gerações mais jovens.
- Apoiar as instituições dedicadas à avaliação da educação nos países da Ibero-América, contribuindo para o desenvolvimento de capacidades e o seu fortalecimento, especialmente nos países que requerem desenvolvimento nessa área.

Durante esses anos, o IESME desenvolveu a sua missão através dos seguintes órgãos fundamentais que integram a sua estrutura:

- *Conselho Reitor*: constituído pelos responsáveis dos Institutos de Avaliação e/ou Estatística dos países. A sua função principal é dar informações para a elaboração dos relatórios “Miradas” e participar ativamente na tomada de de-

cisões através de reuniões periódicas.

- *Conselho Assessor*: integrado por organismos e instituições representantes da sociedade civil. Tem como função principal aproximar o processo de acompanhamento das Metas Educativas 2021 à sociedade, através da análise dos relatórios de “Miradas” e aproximando o debate à cidadania.
- *Comitê Executivo*: é formado pela equipe técnica da OEI e conta com o apoio de especialistas e assessores externos. Coordena as diferentes atividades e relatórios que são desenvolvidos no IESME.

A ação coordenada desses três órgãos de trabalho permitiu a publicação dos diferentes relatórios “Miradas” e desenvolveu uma metodologia de trabalho que constitui um modelo de cooperação horizontal, Sul-Sul, e em rede (ver gráfico). O processo inicia-se atendendo às demandas e prioridades dos Ministérios de Educação ibero-americanos e finaliza com a

elaboração dos relatórios, que devem ser debatidos e aprovados pelos Ministros de Educação antes de serem publicados e divulgados.

Esse sistema de acompanhamento e avaliação tem como objetivo principal obter, processar e proporcionar um relatório rigoroso, fiável e relevante para conhecer o grau de progresso na consecução das metas.



Processo de trabalho das Metas 2021



Metas educacionais 2021

QUAL FOI O IMPACTO OBTIDO?

“*A cooperação multilateral é fundamental e urgente para a região, para a criação de bens públicos globais, para fortalecer a ação e os acordos regionais já existentes. Por isso é fundamental que a OEI continue o trabalho que vem fazendo no acompanhamento e monitoramento dos compromissos que os países ibero-ameri-*

canos fizeram em relação às Metas 2021 de educação.”

Alicia Bárcena
Secretária Executiva da CEPAL

O Projeto Metas Educacionais 2021 implica o **compromisso coletivo** dos países em torno de onze metas educacionais comuns e acordadas em nível regional. Esse fato, sem precedentes na Ibero-América, constatou a **importância central da educação** como ferramenta fundamental para o desenvolvimento e a transformação social, ao mesmo tempo que estabelecia um processo de trabalho colaborativo e horizontal, paradigmático da cooperação horizontal e Sul-Sul.

Da mesma forma, além de estabelecer alguns objetivos educacionais comuns para serem atingidos em 2021 como região, o projeto **reconhecia e respeitava a diversidade e heterogeneidade dos países**, tanto nos seus pontos de partida quanto nos diferentes ritmos de avanço.

Por outro lado, ao longo dos anos, os relatórios – elaborados com dados fornecidos pelos próprios países – constituíram um importante insumo em termos de **geração de conhecimento**, contribuindo para a transparência das atividades e das políticas educacionais, o conhecimento dos avanços em educação, a tomada de decisões fundamentada em dados, bem como o fortalecimento das instituições de avaliação e estatística dos países.

Os relatórios apresentados, até o agora, são os seguintes:

- “*Miradas sobre la educación en Iberoamérica 2011*” teve duas finalidades: oferecer o ponto de partida do projeto e analisar a viabilidade do processo de acompanhamento, à luz da experiência existente no âmbito internacional.
- “*Miradas sobre la educación en Iberoamérica 2012*” apresentou, as opiniões e as expectativas que os cidadãos dos



Professora com alunos. Panamá

- países ibero-americanos têm sobre a educação, segundo o “Latinobarômetro” correspondente a 2011.
- “*Miradas sobre la educación en Iberoamérica 2013*” foi dedicado à análise da situação, formação e da avaliação dos professores na Ibero-América.
 - O relatório “*Miradas sobre la educación 2014*” foi novamente dedicado integral-



Turma da Escola Aldea Sechinacoyu. Guatemala, 2015

mente a atualizar os dados das distintas metas e indicadores até 2012 e, em alguns casos, até 2013.

- “*Miradas sobre la educación 2015*” abordou de forma monográfica a situação educacional dos povos e comunidades indígenas (originários) e afrodescendentes.

- “*Miradas sobre la educación 2016*” centrou-se em informar o nível de avanço dos indicadores das Metas Educativas nos países ibero-americanos.
- “*Miradas sobre la educación 2017*” está orientado à análise do “Desenvolvimento profissional e liderança de diretores escolares na Ibero-América”.
- O relatório “*Miradas sobre la educación 2018*” com características diferentes dos relatórios de acompanhamento anteriores, mostrou uma visão reflexiva sobre alguns indicadores com as contribuições de todos os países ibero-americanos.

A criação da rede de trabalho, o Conselho Reitor, integrada pelos responsáveis de avaliação e/ou estatística dos países ibero-americanos que, desde a sua constituição em 2010, realizou um trabalho contínuo, sério e rigoroso, e teve um funcionamento através de formatos virtuais de trabalho e com encontros presenciais periódicos.

DESDE 2010, FORAM REALIZADAS AS SEGUINTE REUNIÕES DO CONSELHO REITOR DAS METAS 2021:



I) Reunião do Conselho Reitor. São Paulo, Brasil (abril de 2010)



II) Reunião do Conselho Reitor. D.F., México (outubro de 2011)



III) Reunião do Conselho Reitor. Quito, Equador (novembro de 2012)



IV) Reunião do Conselho Reitor. São Paulo, Brasil (abril de 2013)



V) Reunião do Conselho Reitor. Lima, Peru (março de 2014)



VI) Reunião do Conselho Reitor. Panamá (abril de 2015)



VII) Reunião do Conselho Reitor. La Antigua, Guatemala (fevereiro de 2017)



VIII) Reunião do Conselho Reitor. Cochabamba, Bolívia (julho de 2018)



IX) Reunião do Conselho Reitor. Madri, Espanha (abril de 2019)

O trabalho desenvolvido ao longo desse período instituiu as bases para avançar em uma **estratégia internacional de cooperação** em educação que leva em consideração o contexto internacional atual, marcado por um compromisso inevitável e global definido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015 e, mais especificamente, através do seu quarto objetivo (ODS4), orientado a garantir uma educação inclusiva, igualitária e de qualidade que promova oportunidades de aprendizagem durante toda a vida e para todos. Tudo isso sem perder a nossa identidade regional, a nossa realidade em termos de interesses e necessidades, reconhecendo a idiossincrasia da nossa cultura e promovendo uma estratégia de cooperação horizontal, colaborativa e ibero-americana, que constituiu um forte sinal de identidade nos últimos anos.

Alfabetização e educação

de pessoas jovens e adultas:

30 ANOS DE PAEBAS-PIALV

“**A alfabetização é mais, muito mais, que saber ler e escrever. É a habilidade de ler o mundo.**”

*Paulo Freire
Pedagogo e especialista em educação*

A II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, realizada em 1992 em Madri, decidiu declarar o seu “apoio à escolaridade básica na infância e à alfabetização de adultos” e aprovou uma proposta apresentada pelos Ministros de Educação ibero-americanos relativa à implementação de um Programa de Alfabetização e Educação Básica de Adultos (PAEBA), com o objetivo de reduzir em cinco anos a taxa de analfabetismo entre a quinta e a quarta parte da vigente no início do Programa.

Os primeiros PAEBA foram aprovados em 1993 para serem executados em El Salvador e na República Dominicana. A VI Cúpula realizada em Viña del Mar, em 1996, aprovou a sua implantação em Honduras e na Nicarágua, com o financiamento da Junta de Extremadura e da AECI, respectivamente. A AECI assumiu o cofinanciamento do Programa, com as comunidades autônomas de Madri e Aragão. Em 2001 foi iniciado no Paraguai, onde a ação alfabetizadora foi feita em guarani.

Os PAEBA de El Salvador, da Nicarágua e de Honduras implementaram o componente de Educação para o Trabalho para complementar a ação de alfabetização, através de uma oferta de Formação Profissional. O seu objetivo era permitir que a população jovem e adulta de baixa escolaridade tivesse acesso ao mundo de trabalho, ou, alternativamente, implementasse iniciativas de autoemprego.



Workshop de jovens e adultos. Paraguai

Na XVI Cúpula Ibero-americana (Montevideo 2006), surgiu o Plano Ibero-americano de Alfabetização 2007-2015 (PIA) como parte da convicção dos Chefes de Estado e de Governo de declarar a região ibero-americana como território livre de analfabetismo.

Na XXIV Cúpula Ibero-americana de Veracruz foi adotada a Reformulação do PIA, indicando na sua Declaração “Apoiar o novo Plano Ibero-americano de Alfabetização e Aprendizagem ao Longo da Vida 2015-2021, dando continuidade ao plano anterior, com uma abordagem na aprendizagem

permanente, em resposta às necessidades de desenvolvimento pessoal e inserção laboral na sociedade do conhecimento de jovens e adultos e incorporando a perspectiva de gênero e a atenção às necessidades das minorias em risco de exclusão social” (Declaração de Veracruz, ponto 7).

A partir dessa Cúpula, foi implementado o Plano Ibero-americano de Alfabetização e Aprendizagem ao Longo da Vida (PIALV) 2015-2021, com o objetivo de oferecer à população jovem e adulta da região oportunidades de aprendizagem ao longo da vida,



Plano Ibero-americano de Alfabetização e Aprendizagem ao Longo da Vida

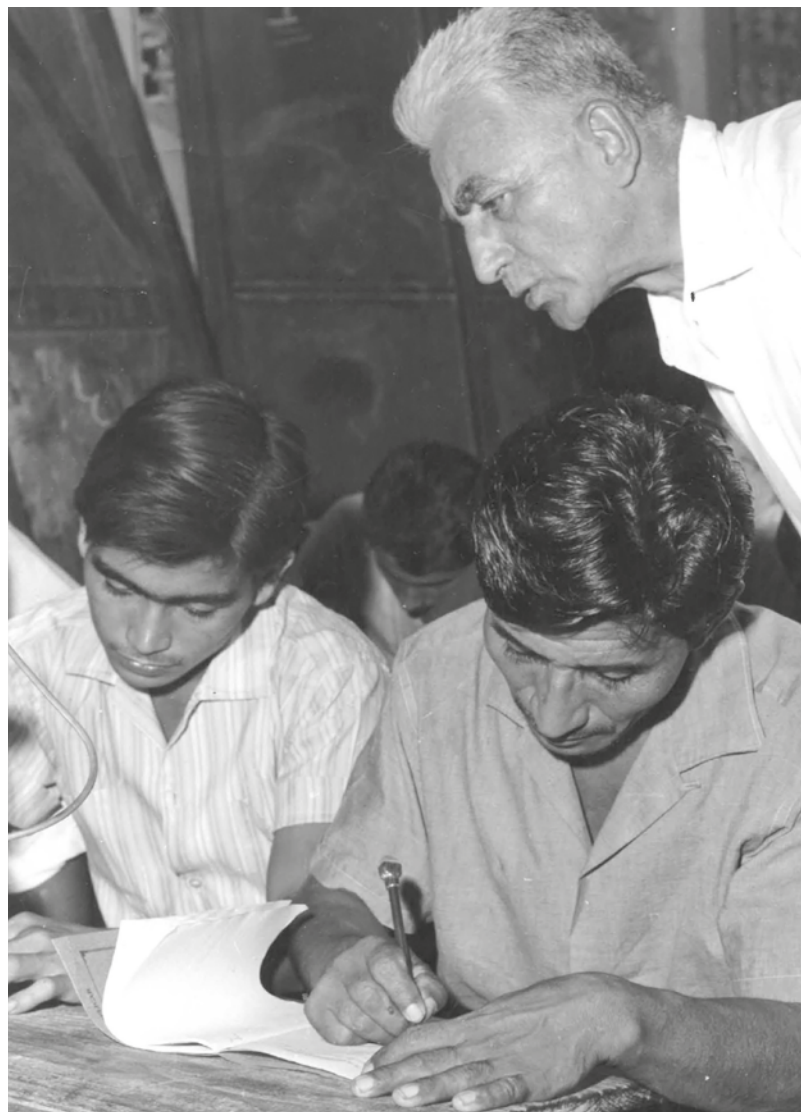
que permitam dar continuidade às ações de alfabetização, através de uma oferta educativa de qualidade que facilite trajetórias educacionais e de formação profissional.

COMO SE TRABALHOU?

“A alfabetização não pode ser considerada como uma ação educacional mais ou menos genérica ou difusa, já que em si própria constitui uma medida da aquisição de capacidades para conseguir que as pessoas desenvolvam competências, que lhes possibilitem a permanecer ou a sair da pobreza e a alcançar uma integração e bem-estar social satisfatório.”

*Pablo Villatoro
“Rumo à ampliação
do segundo objetivo do milênio”
Santiago do Chile. CEPAL (2007)*

Com o objetivo de fortalecer as políticas educacionais dirigidas a jovens e adultos de cada país e oferecer-lhes oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, foram



Primeiras Campanhas de Alfabetização



Reunião PIALV. Madri, 2019

desenvolvidas diversas estratégias que promovem a cooperação e a solidariedade entre os países ibero-americanos:

- *Formação de redes de intercâmbio e experiências*, tendo como ponto de

partida o reconhecimento de que a educação de jovens e adultos – a partir de uma abordagem de direito – exige um conjunto de ações que o Estado deve assumir para garantir o acesso e a qualidade da mesma.

- *Desenvolvimento de seminários ibero-americanos* com o objetivo de gerar espaços de diálogo e acordos regionais de onde poder articular sinergias para atender o grande desafio que a educação de jovens e adultos representa.
- *Assistências técnicas aos países*, em uma lógica de fortalecimento de capacidades e de cooperação Sul-Sul.
- *Pesquisas, sistematizações, estudos* que promovem a geração do conhecimento e a elaboração de estratégias para a compilação de informações e experiências bem sucedidas.
- *Desenvolvimento de propostas vinculadas à comunicação e divulgação* dos avanços e desafios.

QUAL FOI O IMPACTO OBTIDO?

“A alfabetização e a educação básica de jovens e adultos devem ser percebidas e valorizadas como um investimento social e econômico, imprescindível para realizar processos de integração regionais equilibrados, para lutar contra a pobreza, a doença, a mortalidade infantil, a insegurança e a violência, bem como um requisito essencial para promover o desenvolvimento econômico e social da nossa região.”

*Mariano Jabonero,
Secretário-Geral da OEI*

O PIA contribuiu para realizar os índices de analfabetismo na região e a implementação de políticas educacionais nos países. Em 2007, o analfabetismo absoluto atingia 9% da população ibero-americana maior de quinze anos. Enquanto, em 2009, a porcentagem de analfabetismo absoluto atingia 7% e, em 2010, 6,3%, segundo dados informados pelos países para os relatórios de acompanhamento. Em 2013, a atualização



Primeiras Campanhas de Alfabetização

dos dados permitiu ver que alguns países continuavam reduzindo os índices de analfabetismo, comprovando os efeitos positivos das diferentes ações que estavam sendo desenvolvidas em cada um deles.

Os últimos dados disponíveis nos mostram que a taxa de alfabetizados na Ibero-América aumentou para 94% em 2017 (em média) (Relatório “*Miradas sobre la educación Iberoamericana 2019*”).

Ao longo dos anos, constatou-se que a educação e a aprendizagem não terminam nos anos escolares, mas que as pessoas devem continuar aprendendo durante a vida inteira, como requisito imprescindível para garantir o desenvolvimento do indivíduo e da comunidade.

Entende-se por aprendizagem ao longo da vida toda a atividade de aprendizagem empreendida ao longo da vida, com a finalidade de melhorar conhecimentos, habilidades e competências, em perspectivas pessoais, cívicas, sociais e relacionadas ou não com o trabalho. A importância e a necessidade de continuar aprendendo, independentemente da idade da pessoa, é um meio fundamental para responder aos desafios da atual sociedade do conhecimento.

Fortalecimento de capacidades

e a geração de conhecimento:



CENTRO DE ALTOS
ESTUDIOS UNIVERSITARIOS
CENTRO DE ALTOS
ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

O CENTRO DE ALTOS ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS (CAEU) E A REVISTA IBERO-AMERICANA DE EDUCAÇÃO (RIE)

O CAEU é um projeto institucional da OEI orientado para a formação especializada de pessoas, a mobilidade acadêmica, a difusão de pensamento em matéria educativa e a cooperação no âmbito da educação superior. Em 2008, os Ministros de Educação aprovaram a sua constituição como ferramenta de cooperação técnica a serviço dos países. Um dos seus objetivos é servir de espaço integrador para atividades de formação realizadas pela OEI, entre as quais têm uma relevância especial o uso da metodologia de educação a distância, que permitiu a participação de um número crescente de profissionais.

COMO SE TRABALHOU?

No âmbito da formação de alto nível, o CAEU desenvolveu a sua missão através de uma dupla estratégia que foi se definindo ao longo dos anos. Por um lado, implementando uma linha de formação de cursos de edital aberto ibero-americana, e por outro lado, mediante cursos massivos de formação sob demanda. Este último modelo responde às necessidades específicas das diferentes administrações educacionais a partir dos seus planos de atualização e formação de professores, e em concordância com as suas prioridades de política educacional.

O CAEU contou também com uma sub-sede na Argentina, onde promoveu durante o ano acordos de cooperação com universidades, instituições, fundações e organizações internacionais no âmbito das Cátedras, cursos e atividades do Centro.

Em relação aos cursos de chamada aberta ibero-americana, o CAEU conse-



Sala de aula do CAEU. Sede Argentina

guiu uma participação de aproximadamente mil alunos por ano e um potencial de chamada de 50 cursos. Além disso, as propostas de formação contaram com a colaboração de universidades latino-americanas como parceiras no processo formativo (UNAE, Equador, FLACSO, Universidade de Brasília etc.), e nas estratégias

de cooperação técnica especializada (La Plata, UNED, Oviedo, Girona, Salamanca, Politécnica de Valência etc.).

Para o seu funcionamento, o CAEU organizou-se em quatro escolas: Educação, Ciência, Cultura e Cooperação. Os principais cursos oferecidos são:

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

- Formação de Diretores de Centros Escolares
- Especialização em TIC e Educação
- Inclusão Educacional
- Especialização em Família e Escola
- Convivência Escolar
- Pedagogia e Didática

- Especialista Universitário em Indicadores e Estatísticas Educacionais
- Culturas Escritas e Alfabetização Inicial
- Especialista em Programas de Educação de Jovens e Adultos
- Formação de Docentes de Ensino Médio em Matemática
- Especialização em Projetos de Leitura e Biblioteca Escolar
- Avaliação Educacional
- Valores na Escola: visões atuais e desafios para a prática docente
- Especialização em Ambientes Virtuais de Aprendizagem

- Formação Docente em Ciências Sociais
- Formação Docente em Ciências Naturais
- Formação Docente de Ensino Fundamental em Matemática
- Especialização em Direção de Instituições de Educação Técnico Profissional
- Cultura Empreendedora



Cursos de Alfabetização. 1973



Professor em uma escola da Colômbia, 2015

ESCOLA DE CIÊNCIA

- Planejamento e Gestão de Projetos de P&D
- Ciência, Tecnologia, Sociedade e Valores

- Formação Docente para o Ensino das Ciências
- Programação, Criatividade e Solução de Problemas com Scratch
- GeoGebra como recurso TIC para o ensino de Matemática no Ensino Fundamental
- GeoGebra TIC e Matemática no Ensino Médio
- Seminário Educação para a participação cidadã – Valorizar e Participar
- Seminário sobre Comunicação da Ciência
- Seminário Os novos modos de produção científica e tecnológica
- Seminário Cultura Científica

- Seminário Sociedade do Conhecimento – Sociedade do Risco

ESCOLA DE CULTURAS

- Gestão Cultural
- Relações Culturais Internacionais
- Especialista em Educação Artística, Cultura e Cidadania
- Teatro Juvenil e Infantil
- Laboratório de Direção de Eventos Culturais



Workshop de Trabalho PIALV Madri, 2019

ESCOLA DE COOPERAÇÃO

- Especialização em Planejamento e Gestão de Intervenções de Cooperação para o Desenvolvimento
- Especialização em Preparação de Licitações Internacionais de Projetos de Cooperação

- Formação de Formadores: Tutores Virtuais
- Seminário sobre Meio Ambiente, Cooperação e Desenvolvimento Sustentável
- Seminário sobre Cooperação Internacional e Direitos Humanos
- Seminário sobre Gênero e Desenvolvimento
- Seminário sobre a Cooperação Sul-Sul
- Seminário sobre a Preparação de Licitações Internacionais de Projetos de Cooperação
- Seminário sobre a Gestão baseada em Resultados

Por outro lado, desde 2016, o CAEU combinou a formação tradicional de cursos

ibero-americanos de matrícula aberta com um novo modelo de “formação massiva sob demanda” de docentes e funcionários públicos. Este modelo responde às demandas específicas das diferentes administrações educacionais a partir dos seus planos de atualização e formação de professores, e em concordância com as suas prioridades de política educacional.

Desse modo, incrementou-se notavelmente o número de alunos que passaram pelos cursos do CAEU, superando a cifra de quinze mil. Essa tendência fez parte central da estratégia de cooperação técnica da OEI, contando com a implicação ativa dos escritórios nacionais da OEI na Ibero-América.

Cabe destacar o trabalho realizado com o Ministério de Educação do Equador (MINEDUC) e com a Secretaria Nacional de Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (SENESCYT), com quem a OEI assinou um convênio de colaboração em

2014, através do qual ambas as instituições se comprometiam a cooperar para oferecer programas de formação docente, permitindo assim aos professores de educação inicial básica e ensino médio atualizarem os seus conhecimentos nas áreas disciplinares afins às suas áreas de desempenho e naquelas outras áreas de formação transversal para a melhoria da qualidade da educação. Em temáticas tão importantes como matemática, convivência, inclusão ou pedagogia.

QUAL FOI O IMPACTO OBTIDO?

Ao longo dos anos, o CAEU acompanhou a formação de mais de 15 mil professores ibero-americanos, combinando formação a distância com ações presenciais, ao mesmo tempo que se consolidou uma modalidade de formação massiva sob demanda, mediante a definição de uma estratégia nacional acordada entre os escritórios nacionais da OEI e as unidades especializadas dos ministérios.



Crianças na escola. República Dominicana, 2015

Conseguiu-se um desenvolvimento tecnológico próprio do CAEU, para o qual, se trabalhou em um processo de internalização, dos serviços de administração e gestão dos cursos, e no desenvolvimento de novos ambientes e campus virtuais especializados, bem como a modernização dos dispositivos de formação a distância.

Nesse sentido, destaca-se a criação de uma plataforma (campus virtual) própria,

que permitiu realizar melhorias contínuas nos processos de ensino-aprendizagem, tanto no desenho e na estrutura quanto na implementação de novos aplicativos e ferramentas tecnológicas.

Criação de redes sociais e de conhecimento: de acordo com os ambientes atuais de colaboração, trabalhou-se na construção de conteúdos alinhados com as linhas estratégicas definidas para aumentar a influência



VIII Reunião do Conselho Reitor do IESME. Cochabamba, 2018

e visibilidade das suas redes sociais (Twitter, Facebook). Tudo isso com o objetivo de aumentar a visibilidade e estar presentes nos novos espaços em que o conhecimento é construído e difundido.

Além disso, formou-se uma rede de docentes na Ibero-América, um espaço virtual onde docentes de toda a Ibero-América pudessem compartilhar o seu interesse de avançar nos seus respectivos âmbitos profissionais, desenvolvendo conhecimento especializado sobre áreas e baseado em experiências práticas. Ao longo dos anos, a rede conseguiu mais de 28.300 participantes e constituiu-se como um espaço para fomentar a inovação, o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade educacional, além de uma fonte de atualização e formação contínua.

Geração de conhecimento: um dos principais produtos foi a publicação da **Revista Iberoamericana de Educación (RIE)**





Beneficiários do Programa Luzes para Aprender

“O que fizemos na OEI foi lançar a “Revista Iberoamericana de Educación”, que tinha a vocação de reunir o melhor do pensamento acadêmico sobre educação, não só da Espanha, obviamente, mas de toda a Comunidade Ibero-americana de Nações e que, principalmente, tratasse de temas não só da escola, mas de política educacional, que é um tema que sempre esteve bastante abandonado no campo da educação. ”

*José Torreblanca,
Secretário-Geral da OEI 1991-1998*

A *RIE* é uma publicação científica, editada pela Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Nela são reunidas as opiniões mais significativas sobre temas educacionais e experiências inovadoras. Há mais de duas décadas é uma referência na comunidade ibero-americana e um testemunho privilegiado da evolução da educação, e um reconhecido meio de difusão dos avanços na pesquisa e na inovação, tanto de uma perspectiva nacional quanto internacional, prestando especial atenção à região ibero-americana.

A revista, de periodicidade quadrimestral e caráter monográfico, trata de um tema central em cada número, com ensaios e pesquisas que abordam a questão a partir de diferentes perspectivas teóricas ou experiências socioculturais. Com caráter extraordinário, na sua finalidade de ampliar a sua divulgação científica, os volumes são complementados com números

especiais onde se abordam outros espaços temáticos, que pela sua inovação e interesse são de especial relevância para a comunidade educacional.

No CAEU, a *RIE* é dirigida por um reconhecido grupo acadêmico que forma o Conselho Editorial, órgão interno responsável pela seleção e edição dos números e especiais. Entre as suas funções, está velar pela qualidade editorial da publicação e a sua indexação em repositórios, banco de dados e índices de impacto, enquanto o Conselho Assessor e o Comitê Científico são os órgãos externos encarregados de orientar a política científica da revista, bem como as linhas de investigação a serem potencializadas.

Todos os anos passam pela redação da *RIE* mais de 600 artigos, com trabalhos vindos de quase todos os países da região ibero-americana, escritos nos dois idiomas oficiais, com uma proporção aproxi-



Luzes para Aprender, crianças na Colômbia

mada do português em relação ao espanhol de 1 para 5, relação que também se procura manter na sua publicação.

Projetos emblemáticos

de cooperação educacional

PROJETO REGIONAL LUZES PARA APRENDER

“A nossa comunidade não sabia o que era a eletricidade. Não sabíamos o que uma criança podia usar na escola. Agora sabem como funciona um computador.”

Líder de uma comunidade rural colombiana de Tunay

Entre 2012 e 2017, foi realizado o projeto Luzes para Aprender (LpA) em 13 países da América Latina e do Caribe: Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua, El Salvador, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai, conseguindo que 556 comunidades rurais fossem equipadas com a instalação de sistemas solares fotovoltaicos nas suas escolas.

Trata-se de um modelo de projeto de cooperação técnica em inclusão educacional, aprovado em 2011 pelos Ministros de Educação dos países ibero-americanos na XIX Conferência Ibero-americana de Educação, realizada em Assunção, Paraguai.



Organización
de Estados
Iberoamericanos

Para la Educación,
la Ciencia
y la Cultura

Com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade educacional das escolas rurais da região, e para o desenvolvimento e bem-estar das comunidades às quais pertencem, o projeto LpA, além da eletricidade, trabalhou outros componentes centrais:

- *Conectividade.* Fornecendo conexão à Internet e computadores aos centros educacionais.

- *Formação docente.* Oferecendo formação ao corpo docente na incorporação das tecnologias da informação e comunicação (TIC) à sala de aula.

- *Energia.* Instalando painéis solares em escolas rurais isoladas e entregando ao menos um computador. Luzes para Aprender utilizou energias renováveis, comprometendo-se com o respeito ao meio ambiente.

- *Fortalecimento comunitário.* Transformando as escolas em um espaço de encontro e crescimento para toda a comunidade graças ao acesso à energia elétrica e à Internet.

- *Sustentabilidade.* Desenvolvendo um plano que permitisse a preser-



Trabalhador instalando painéis de energia solar na escola. Uruguai, 2015

vação das infraestruturas e a capacitação de jovens da comunidade para a manutenção dos painéis solares e do sistema energético.

O desenvolvimento do projeto envolveu o esforço conjunto do setor público e privado nos campos da educação, da energia e das TIC. Como resultado desse projeto, mais de 25 mil estudantes melhoraram a sua motivação, a sua frequência escolar, as habilidades digitais e os resultados acadêmicos. Além disso, as famílias dos alunos afirmaram que *se sentem mais seguras e comprometidas com a educação dos seus filhos.*

Sobre o impacto obtido com esse projeto, 88% dos professores entrevistados afirmaram que o LpA contribuiu para o aumento da motivação dos estudantes, 83% declararam que as crianças vão à escola com mais frequência e 76% disseram que o clima na sala de aula melhorou muito, conseguindo melhorias também em aspectos comunicativos e emocionais. Mais de mil professores beneficiaram-se



Luzes para Aprender, Honduras

do projeto, dando-lhes a oportunidade de implementar metodologias de ensino inovadoras, obtendo um efeito positivo na motivação dos docentes e nas suas habilidades digitais.

“Sinto-me feliz de poder usar a Internet. Quando procuro algo, me sinto conectado com o mundo. Isso mudou completamente as nossas vidas. ”

Ulises, criança de uma comunidade rural em Cabo Polonio, Uruguai

Além da qualidade educacional nas zonas rurais, o projeto também teve um grande impacto em outros aspectos. Observou-se, por exemplo, que, graças ao acesso à eletricidade, os estudantes reduziram os riscos de perda de visão, desfrutaram de outras atividades de lazer e melhoraram a segurança alimentar. Além disso, foram implementadas algumas iniciativas adicionais como a instalação de

motores elétricos para extrair água e o seu uso em jardins escolares, melhorando o bem-estar dos alunos.

As comunidades rurais isoladas, onde estão situados os centros educacionais participantes do LpA, não só receberam informação do exterior, mas também foram agentes criadores e comunicadores, podendo transmitir a sua cultura para o resto do mundo, por exemplo, mediante a criação de blogs, vídeos ou o uso do Skype.

O projeto conseguiu o desenvolvimento de capacidades, o fortalecimento dos vínculos afetivos, a coesão interna e o compromisso da comunidade com a educação. Não só transformou a vida dessas crianças, mas a de suas famílias e a das suas comunidades.

Em 2014, foi gravado *Bienvenidos*, um curta-metragem inspirado no projeto Lu-

zes para Aprender pelo diretor espanhol Javier Fesser e a produtora Películas



Cartaz curta-metragem de Javier Fesser

Péndelton. Os atores que aparecem em *Bienvenidos* são moradores das cidades próximas a Cajamarca. A estreia ocorreu em Madri, em dezembro de 2015.

O filme *Bienvenidos* mostra a chegada da Internet às escolas de comunidades onde não há eletricidade, com a ideia de mostrar a sua realidade e as mudanças que a conectividade trazida por Luzes para Aprender pode gerar.

Luzes para Aprender foi premiado na última edição dos Prêmios de Educação WISE 2017 pelo seu trabalho na promoção da educação de qualidade e do desenvolvimento comunitário em zonas rurais de difícil acesso da Ibero-América. Previamente, Luzes para Aprender já tinha selecionado como um dos projetos finalistas em 2015 e 2016, e recebeu o prêmio da Fundación COTEC no concurso Programa de Inovação Aberta de 2016.

MOBILIDADE ACADÊMICA

A mobilidade acadêmica é um dos eixos centrais de atuação que a OEI desenvolveu ao longo dos anos, como estratégia de cooperação técnica e ferramenta paradigmática para a formação e o fortalecimento de capacidades. A OEI é, provavelmente, uma das instituições com maior “know-how” acumulado nessa matéria na Ibero-América e, sem dúvida, é a referência entre as agências de cooperação que atuam na região. A sua ação de cooperação nesse campo conta com três antecedentes importantes: o Programa Cúpula Pablo Neruda, o Programa Ibero-americano de Mobilidade Acadêmica (PIMA), o Projeto de Mobilidade de Docentes e o Projeto Paulo Freire.

O **Programa Ibero-americano de Mobilidade Acadêmica (PIMA)** é uma das iniciativas mais antigas. Criado em 1999 e desde então administrado pela OEI, contou com o financiamento da Junta de Andaluzia. Par-



Bolsistas mexicanos Projeto Paulo Freire. 2016



ticiparam do PIMA 66 universidades de 19 países da Ibero-América, organizadas em 28 redes temáticas que promovem a mobilidade de estudantes de graduação durante um semestre acadêmico.



O **Programa Pablo Neruda**, aprovado pela Cúpula Ibero-americana em 2007 representou uma ação de mobilidade acadêmica de pós-graduação (estudantes, professores e pesquisadores) de âmbito regional e caráter multilateral. Esteve estruturado em sete redes temáticas que agrupavam 59 universidades. Os países participantes foram Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Espanha, México, Paraguai, Peru, Uruguai e a sub-região da América Central.



O **Projeto Paulo Freire** promove a mobilidade de alunos universitários que cursam estudos de graduação e pós-graduação em cursos dirigidos ao exercício da profissão docente. Os beneficiários são, portanto, os futuros professores de ensino médio e ensino técnico-profissional. A duração da formação é de um quadrimestre acadêmico.



Alunos chilenos do Programa Paulo Freire

“A mobilidade acadêmica foi sumamente importante para ampliar o meu olhar como futura docente, abrindo um leque de possibilidades quanto a metodologias que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem. Essa experiência me permitiu reafirmar e construir novos valores que, unidos às inovadoras ferramentas pedagógicas, fortaleceram a minha formação integral. Aprendi que sempre se devem levar em conta os contextos socioeconômicos e culturais de cada país e que isso condiciona de forma direta os sistemas educacionais.”

*Estudante do México
mobilidade em Cuba*

A metodologia de trabalho desenvolvida para atingir esse objetivo baseia-se em uma estratégia de coordenação que promove o entendimento entre os governos ibero-americanos, instituições de educação superior e sistemas de formação de professores na região, e que trata de definir acordos que facilitem a certificação acadêmica e garantam o reconhecimento das matérias, créditos ou unidades de aprendizagem cursadas pelos alunos, como consequência das bolsas de mobilidade. Por isso, o fortalecimento dos sistemas de credenciamento e o



Prêmio Professores do Brasil. 2019

reconhecimento de períodos de estudo no exterior, entre as instituições participantes dos países membros da comunidade ibero-americana, são condições fundamentais desse projeto.

“ Para um estudante de Educação, ter a possibilidade de realizar uma mobilidade implica poder abrir-se e conhecer um mundo completamente novo, estabelecer diálogo com novas culturas, com novas formas de viver, poder discutir com outros sistemas educacionais, com outras formas de entender e estudar a pedagogia, enfren-



Visita de docentes paraguaios à secretaria geral. Julho, 2019

tar novas realidades, formular novas ideias, confrontar-se com a sua própria realidade, crenças e imaginários, ver pontos de encontro e contraste. Permite-lhe ver que o mundo é muito mais amplo do que pensava e explorar novas possibilidades, encontrar-se com soluções inovadoras, com pensamentos e reflexões que enriquecem profundamente a sua formação. ”

*Estudante do Chile
Mobilidades na Colômbia*

Para o seu funcionamento, constituiu-se um comitê intergovernamental formado pelos representantes dos países através do seu vínculo nacional por eles escolhidos e pela OEI. Posteriormente, foi possível integrar outras instituições que colaboraram no Projeto para a sua ampliação ou que contribuíram com recursos para o seu financiamento. A sua missão fundamental era estabelecer os princípios político-institucionais e as orientações principais sobre as quais foram elaborados os diferentes editais e o seu financiamento.

Além disso, foi criada uma Unidade Técnica Paulo Freire (UTPF) dentro da Secretaria Geral, que contava com os seus 17 escritórios para colaborar na gestão do Projeto. A UTPF tem as funções de desenvolver as bases conceituais do Projeto, a coordenação da gestão das ações previstas e o estabelecimento da forma e conteúdo dos procedimentos para a execução dos projetos de mobilidade acadêmica. A UTPF velava também pela promoção da igualdade de oportunidades e se comprometia a divulgar o Projeto e a editar e distribuir todo o material informativo e administrativo necessário para garantir o melhor funcionamento do mesmo.

Durante o período compreendido entre 2017 e 2018 foi realizada a edição piloto, contando com meio milhão de mobilidades estudiantis de 173 Instituições Ibero-americanas de Educação Superior pertencentes aos seguintes países:

Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Em 2019, essa edição piloto finalizou com aproximadamente 150 mobilidades adicionais, com estudantes de

universidades da Bolívia, do Brasil, Costa Rica, Cuba, Honduras, México, Portugal, Paraguai e da República Dominicana.



Alunos do Programa Paulo Freire. Costa Rica, 2019

Educação em Direitos Humanos,

Cidadania e Valores

A OEI, desde a sua criação em 1949, vem desenvolvendo projetos e programas vinculados à educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania. A OEI tem promovido desenvolvimentos institucionais relevantes que representam bem a reflexão interna da organização no momento de elaborar estratégias para responder aos desafios que a sociedade ibero-americana tem formulado nesses temas.

Entender a educação de qualidade como um processo de formação integral do ser humano, além das realizações acadêmicas, considerando a sua dimensão ética, cultural e social, permitindo às pessoas desenvolverem as suas potencialidades e se inserirem com sucesso na sociedade do conhecimento do século XXI com sólidas bases identitárias e um forte compromisso com o desenvolvimento social e os direitos

humanos, é um dos objetivos principais da OEI, marcados nas Metas Educacionais 2021. Dentro da sua quinta meta geral, relativa à melhoria da qualidade de educação e do currículo escolar, a OEI incluiu um objetivo específico com o fim de potencializar a educação em valores para a cidadania democrática, tanto no currículo quanto na organização e gestão das escolas. Nesse sentido, a OEI incorporou esse tema nos seus programas de ação com a certeza de que é uma das contribuições mais importantes que o sistema educacional pode fazer para o fortalecimento das instituições democráticas, para o desenvolvimento das pessoas, para o exercício de uma cidadania responsável e para o desenvolvimento econômico e social dos países.

Entre as experiências e projetos incentivados e promovidos pela OEI que permitem, formar nos estudantes o corpus axiológico da cultura em valores e construção de cidadania, através de uma aprendizagem viven-

cial, as linhas estratégicas foram focadas principalmente em:

-
- Colaborar com os Ministérios de Educação na promoção da educação em valores e na cidadania responsável.
-
- Situar a cultura da paz, o respeito ao meio ambiente, a igualdade de gênero, o esporte, a arte e a saúde entre os temas preferenciais na educação em valores.
-

• Fortalecer a formação em valores e para a cidadania dos docentes.

• Prestar uma atenção especial em alcançar a igualdade de gênero nas escolas com o objetivo de superar os estereótipos que os alunos têm relativos ao gênero.

• Desenvolver o exercício ativo dos valores por parte dos alunos. Nesse âmbito, a educação artística e o esporte foram considerados instrumentos ideais para a educação



Projeto Regional de Educação em direitos humanos para educadores. El Salvador, 2019

em valores, o conhecimento dos outros, o respeito às diferenças e o trabalho em equipe.

-
- Reconhecer ações, projetos e estratégias bem sucedidas no processo de formação em valores dos indivíduos através do fomento de boas práticas e da sua difusão.
-

Outro exemplo da importante aposta feita pela OEI foi a criação, em 2014, do Instituto de Educação em Direitos Humanos e Democracia (IEDHD), com sede em Bogotá, Colômbia. Surgiu da necessidade de apoiar os esforços realizados pelos governos nacionais, especialmente através dos Ministérios de Educação, para fortalecer o respeito aos direitos humanos, e a cultura democrática e promover os valores cívicos e a cidadania ibero-americana, mediante iniciativas de formação, pesquisa, promoção, reconhecimento e difusão que desen-



Escola Ganhadora do Primeiro Prêmio Óscar Arnulfo Romero. Equador, 2015

volvam estratégias destinadas a elevar o nível da gestão pública.

O Instituto não só contribui para superar atrasos e promover uma visão ampla na inclusão dos direitos humanos na



Jovens do observatório eleitoral estudantil

educação formal, mas também incentiva o seu respeito e a garantia para melhorar os resultados do governo e para conseguir melhorias na convivência pacífica. A proposta é um assunto de primeira linha na qualidade da educação na Ibero-

América. O Instituto colabora com os organismos nacionais e internacionais de Direitos Humanos e da sociedade civil para promover a educação em direitos humanos em escala nacional e internacional. Nesse empenho, são aliados e parceiros estratégicos os governos nacionais, os organismos internacionais, a empresa privada e a sociedade civil. No Instituto, trabalha-se sobre a base do estado de direito, o pluralismo ideológico e a igualdade para fortalecer a promoção e observância dos direitos humanos, o bom governo, a administração pública, os valores cívicos e democráticos, os direitos da primeira infância, a cidadania e convivência pacífica dos cidadãos nos países ibero-americanos e, assim, contribuir para a consolidação da democracia e a eficiência do Estado, mediante apoio técnico e pedagógico, educação, assistência técnica, pesquisa e divulgação, para todos os setores da sociedade civil e do Estado.

O IEDHD conta com quatro escolas:

- Escola de formação em Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário
- Escola de Democracia e Bom Governo.
- Escola de Valores, Cidadania Ibero-americana e Convivência (enfoque na Juventude).
- Escola para a Proteção dos Direitos da Primeira Infância.



Nesse plano de ação, a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura desenvolveu vá-



Apresentação “Cátedra Cartagena em Integração Ibero-americana”. Casa de América, Madri, 2018

rias iniciativas destinadas ao fortalecimento da paz na Colômbia. Como organização intergovernamental, integra o componente internacional que apoia tarefas específicas no processo de implementação do *Acor-*

do Final de Paz a Construção de uma Paz Estável e Duradoura, assinado pelo Estado colombiano e a guerrilha das FARC-EP em 24 de novembro de 2016. Desde 2017, integra o Conselho Nacional de Reincorporação (CNR), com a missão de apoiar e contribuir com programas e projetos destinados a fortalecer o componente de formação e educação para os ex-combatentes das FARC-EP. Por isso, e com o aval obtido pelo CNR em 2018, a OEI e a Escola Latino-americana de Engenheiros, Tecnólogos e Empresários (ELITE), implementaram um programa de bolsas de estudo permitindo a 25 ex-combatentes das FARC-EP e 25 vítimas do conflito o acesso a programas de educação superior presencial e virtual.

Paralelamente, a OEI, o Senado da República da Colômbia e o Centro de Altos Estudos Legislativos (CAEL) assinaram um convênio de cooperação técnica e acadêmica em 26 de julho de 2017, com o objetivo de acompanhar o Senado na tarefa de

monitoramento do processo de implementação do Acordo Final, mediante a entrega de relatórios técnicos elaborados pela OEI com o acompanhamento da academia Colômbia. Assim, e com o apoio de 40 universidades colombianas de diversas regiões do país, a OEI elaborou o primeiro *Relatório Técnico de Acompanhamento da Implementação do Acordo Final* apresentado ao Congresso da República, em 25 de junho de 2018. Desde então, esse relatório foi socializado com diversas entidades públicas, organismos de cooperação internacional e organizações da sociedade civil.

Outro projeto que podemos destacar é o Prêmio Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos Óscar Arnulfo Romero (que a OEI convoca junto com a Fundação SM desde 2015), com a finalidade de fomentar a conscientização em relação à educação em valores e em direitos humanos na Ibero-América. O objetivo é reconhecer o trabalho de instituições educacionais

e ONG's que atuaram de forma exemplar na defesa e promoção dos direitos humanos através da educação.

O projeto “Transformação do ambiente escolar para o desenvolvimento integral e a promoção da paz” é também outro exemplo de iniciativa nesse campo. Em 2017, foi lançado com alcance regional e com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento integral das pessoas para uma convivência em harmonia entre famílias e membros da comunidade, baseada na promoção e no respeito aos direitos humanos, para avançar em ambientes inclusivos e seguros na consolidação da democracia e na obtenção da paz. Na elaboração e implementação do projeto, está subjacente um enfoque de desenvolvimento que se situa em um âmbito mais amplo de garantia do direito à educação, ao desenvolvimento próprio e de defesa global dos Direitos Humanos.



Acampamento #GENeraciónPAZcífica. História de convivência e paz, protagonizadas por professores e estudantes. Chinauta, Colômbia, 2018

Ao longo desses anos de acompanhamento do trabalho e esforço conjunto da educação em direitos humanos, cidadania e valores, a OEI vem realizando integralmente a preparação dos alunos ibero-americanos para o seu exercício como cidadãos, para adquirir as competências e habilidades necessárias para que todo homem ou mulher da nossa região se sinta, igualmente, sujeito político e não objeto da política.

A OEI tem o firme propósito de constituir espaços de formação e diálogo entre

a comunidade educativa, em diferentes níveis e envolvendo diferentes atores. Para isso, é fundamental promover estratégias de ensino-aprendizagem, metodologias e materiais para a educação em direitos humanos e valores que fomentem a participação.

Através de campanhas educacionais, promoção de boas práticas e o desenvolvimento de espaços de difusão e comunicação para gerar consciência dentro e fora do centro escolar, poderemos sensibilizar docentes e estudantes para que adotem



Premiados do II Prêmio Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos. Cartagena, 2017

estilos de vida sustentáveis, que tenham em conta os direitos humanos, a igualdade de gênero, a promoção de uma cultura de paz e não violência e a valorização da diversidade cultural entre os povos, tal como afirma a meta 4.7 do ODS 4.

Uma das iniciativas mais recentes é o “Programa Regional de Formação em Democracia e Cidadania para a Garantia dos Direitos Humanos”, cujo objetivo é apoiar os esforços que os governos nacionais empreendem para promover a educação em democracia e cidadania, a garantia dos direitos humanos, o fortalecimento da cultura democrática e o estímulo dos valores cívicos, mediante o desenvolvimento de projetos regionais e a criação e consolidação de alianças com diversos atores. Entre os aliados desse programa estão governos, através dos seus diferentes ministérios, organizações sociais, procuradorias e entidades afins na região, universidades e centros de pesquisa, organismos de co-

operação ou o setor empresarial. Dispõe de quatro linhas principais de atuação:

-
- Projeto de Educação para a Garantia dos Direitos Humanos.
- » Pesquisas e publicações em projetos de formação em Democracia e Cidadania para a garantia dos Direitos Humanos.
-
- Projeto de Educação em Bom Governo e Transparência.
- » Pesquisas e publicações em projetos de bom governo, gestão pública, transparência e luta contra a corrupção.
-
- Projeto Regional de Educação em Cidadania.
- » Pesquisas e publicações em projetos de educação em cidadania.

-
- Projeto Regional de Primeira Infância.
 - » Pesquisas e publicações em projetos de primeira infância.
-

“Desde o primeiro contato com a OEI, percebemos o grande compromisso da Organização com a educação e a promoção dos direitos humanos no Brasil. Posteriormente, quando o projeto Mulheres Inspiradoras foi ampliado e chegou a outras 15 escolas do Distrito Federal, a OEI foi decisiva ao construir a interlocução necessária para que se estabelecesse o acordo de cooperação técnica entre o Governo do Distrito Federal e os demais sócios envolvidos e a ampliação



Apresentação do Relatório Técnico de Acompanhamento da Implementação do Acordo de Paz em Bogotá. Colômbia, 2018

do projeto a mais escolas fosse concluída. Ao longo de todo esse processo, a OEI esteve junto a nós, acompanhando, apoiando, promovendo e divulgando o nosso trabalho. Sem a ajuda da OEI, o projeto Mulheres Inspiradoras não teria chegado a mais escolas do DF e em outras unidades da federação. Estamos muito agradecidos pelo apoio valioso que a Organização proporcionou à educação, à ciência, à tecnologia e aos direitos humanos no nosso país. ”

*Gina Vieira Ponte de Albuquerque,
professora de educação básica
na Secretaria de Educação
do Distrito Federal, autora
e executora do projeto
Mulheres Inspiradoras*



II Fórum Interamericano de Direitos Humanos: “Todos por igual”. Bogotá, 2018

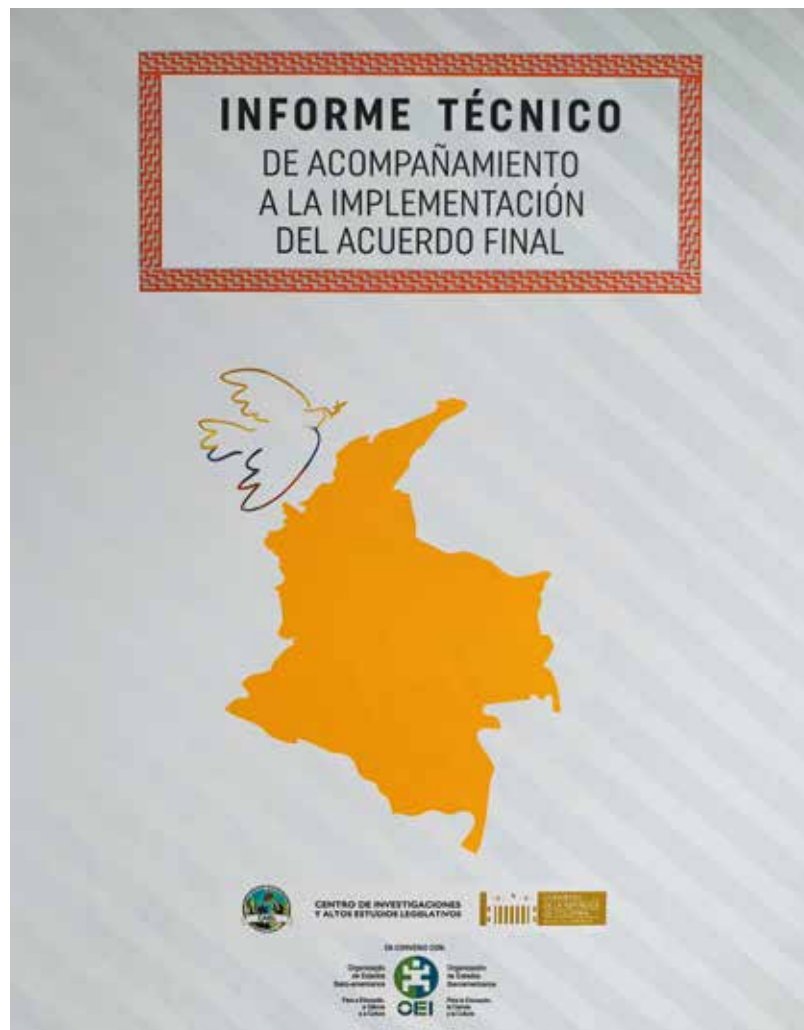


Publicação Experiências Ganhadoras | Edição do Prêmio em Direitos Humanos

“Culpar as famílias, as comunidades e os meios de comunicação pelos índices elevados de violência nas nossas sociedades só leva à passividade e indiferença da escola, e não a soluções efetivas. Os centros educacionais devem desempenhar um papel social ativo na redução das desigualdades e na geração de modelos alternativos de convivência harmônica. “Transformação do ambiente escolar para o desenvolvimento integral e promoção da paz” é um programa piloto da OEI, iniciado em 2017, e no qual se decidiu que dez países iam participar da iniciativa, entre eles, a República Dominicana. Contudo, antes disso, desde os primórdios da OEI, o tema da convivência escolar e dos direitos humanos nas escolas tem sido trabalhado porque se entende que a melhoria da qualidade educacional necessariamente tem que ser acompanhada pela melhoria da convivência escolar, que as aprendizagens só são possíveis se nos sentimos

acolhidos, protegidos na escola, se nos sentimos seguros e alegres. O trabalho da convivência escolar é tão importante quanto o fortalecimento das competências de leitura, por exemplo. Trabalha-se com mães, pais ou tutores, mas isso já é outro assunto. É preciso fortalecer a ideia de que a escola não pode sozinha, a família não pode delegar à escola o que deve fazer ativamente no lar. Trabalha-se principalmente com os pais e tutores o tema da criação e da disciplina positiva. ”

*Berenice Pacheco-Salazar,
especialista em educação
da Organização de Estados
Ibero-americanos para a Educação,
a Ciência e a Cultura na
República Dominicana*



Relatório Técnico de Acompanhamento da Implementação do Acordo de Paz em Bogotá. Colômbia, 2018

COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA EM CIÊNCIA

O Escritório de Educação Ibero-americana criado em 1949, mudou de nome em um congresso extraordinário realizado em Bogotá (Colômbia), em 1985, sendo **Miguel Ángel Escotet** o secretário geral da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Essa mudança de nome implicava

a abertura à ciência e à cultura nos objetivos da OEI.

O que o leitor verá a seguir é uma breve resenha do que a OEI realizou no campo da ciência, onde poderá ver uma articulação constante tanto com a educação quanto com a cultura.



Crianças com computadores no Peru

Olimpíada Ibero-americana de Matemática

Um ano antes, a OEI por incentivo e decisão de **Jorge Cavodeassi**, da OEI, e **María Falk de Losada**, da Colômbia, tinha realizado a sua primeira atuação vinculada ao campo científico com as primeiras **Olimpíadas Ibero-americanas de Matemática**, às quais esteve unida até 2007, quando já tinha força suficiente para continuar o seu caminho de detectar o talento científico. Na primeira edição, realizada na Colômbia, participaram apenas nove países e havia um elevado desnível entre os participantes. Isso significava que apenas esses nove países tinham uma competição nacional que permitia escolher os representantes. A partir desse momento, foi se ampliando cada vez mais o número de países participantes e, em 2008, quando a Olimpíada já era realizada sem a OEI, todos os países ibero-americanos tinham uma competição própria e era comum a presença e a conquista de medalhas de países que não participaram na Olimpíada Internacional (IMO) em 1984.



Capacitação em ciência e tecnologia. Paraguai



Matemática na rua. Madri, 2017

A Olimpíada, que já tem 35 anos de existência, viu passar pelas suas carteiras matemáticos muito notáveis. Nesse sentido, cabe ressaltar que o brasileiro **Artur Ávila** ganhou a medalha de ouro na X Olimpíada Ibero-americana de Matemática, que, em 2014, se tornou o primeiro ibero-americano a ganhar a Medalha Fields (considerado o Nobel da matemática).

Durante a XXX Olimpíada Ibero-americana de Matemática (OIM), realizada em Porto Rico, por sugestão da OEI, o Comitê Organizador convidou os países de língua oficial portuguesa não ibero-americanos. Desde então, eles são convidados em todas as edições, convertendo-se em uma competição em que qualquer país do mundo com língua espanhola ou portuguesa pode participar.

No mesmo âmbito, não se deve esquecer que, desde 2002 até hoje, a OEI vem publicando a “Revista Escolar de la Olimpíada Iberoamericana de Matemática”, que chegou a contar com mais de 20 mil assinantes digitais.

Em 1984, a OEI acolheu muito positivamente a proposta feita pela professora Mary Falk de Losada, de Bogotá, para se tornar a instituição da apoio de Olimpíada Ibero-americana de Matemática, a OIM. Graças a isso, a OIM conseguiu desenvol-

ver-se e chegar a ser uma atividade ibero-americana que reúne anualmente os melhores estudantes de matemática da região e um forte grupo de professores de apoio.

A OIM, graças à OEI, não só se tornou uma atividade anual na região, mas também conseguiu a inclusão de países de língua portuguesa da África. Além disso, permitiu a criação e desenvolvimento de olimpíadas matemáticas nacionais em todos os países da América Latina, com especial ênfase na América Central, por intermédio de outra olimpíada iniciada com o apoio da instituição, a Olimpíada Matemática da América Central e do Caribe.

“Nós, matemáticos e professores que somos apaixonados pela solução de problemas desafiadores e que sabemos da importância das olimpíadas de matemática na descoberta de talento nos jovens para o estudo dessa disciplina, estamos muito agradecidos à OEI pelo seu apoio altruísta e importante para o

desenvolvimento das olimpíadas de matemática na região. ”

*Rafael Sánchez Lamomeda
Professor e especialista em Matemática,
Venezuela*

Os cursos para gestores.

Um IBERMADE em ciência e tecnologia

Em 1997, **José Torreblanca**, que durante o seu mandato conseguiu dar um forte impulso à OEI, considerou que a ciência e a cultura também deveriam ter um crescimento e um espaço próprio na sua programação.

Com o objetivo de não sobrepor atividades com o Programa CYTED, que era a grande referência na cooperação científica ibero-americana e reunia o trabalho de milhares de cientistas em torno das suas redes, considerou-se que era possível trabalhar tanto em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) quanto na Inovação Tecnológica que não era tratada no CYTED e

que, por outro lado, permitia uma articulação muito melhor com a educação e a cultura. Era também o momento em que a UNESCO conseguia uma aproximação da ciência com a sociedade com a “Conferência Mundial sobre a Ciência para o século XXI: um novo compromisso”, em Budapeste, na qual a OEI realizou os primeiros contatos com as autoridades de ciências dos países ibero-americanos.

OS PRIMEIROS CURSOS

Naquele momento, os cursos dirigidos aos gestores da educação (denominados IBERMADE) foram muito importantes e se implementaram ações similares tanto em ciência quanto em cultura. Assim nasceram os cursos de **Administração e gestão da ciência e da tecnologia**, pelos quais passaram altos executivos da ciência dos países ibero-americanos, iniciando um trabalho de formação. Eram seminários de duas semanas, que cada país enviava no máximo dois participantes.

No caso da ciência, também foram iniciados os cursos de **Comunicação e Divulgação Científica** para responder a realidade de muitos países que não contavam com um departamento ou com uma seção de comunicação da ciência. Isso fez com que se incluísse nos cursos de administração um tema sobre a comunicação da ciência.

Foram realizadas várias edições e, em alguns casos, foram feitos ajustes especiais, como na República Dominicana no Equador, onde foram feitos cursos dirigidos a legisladores e jornalistas juntos.

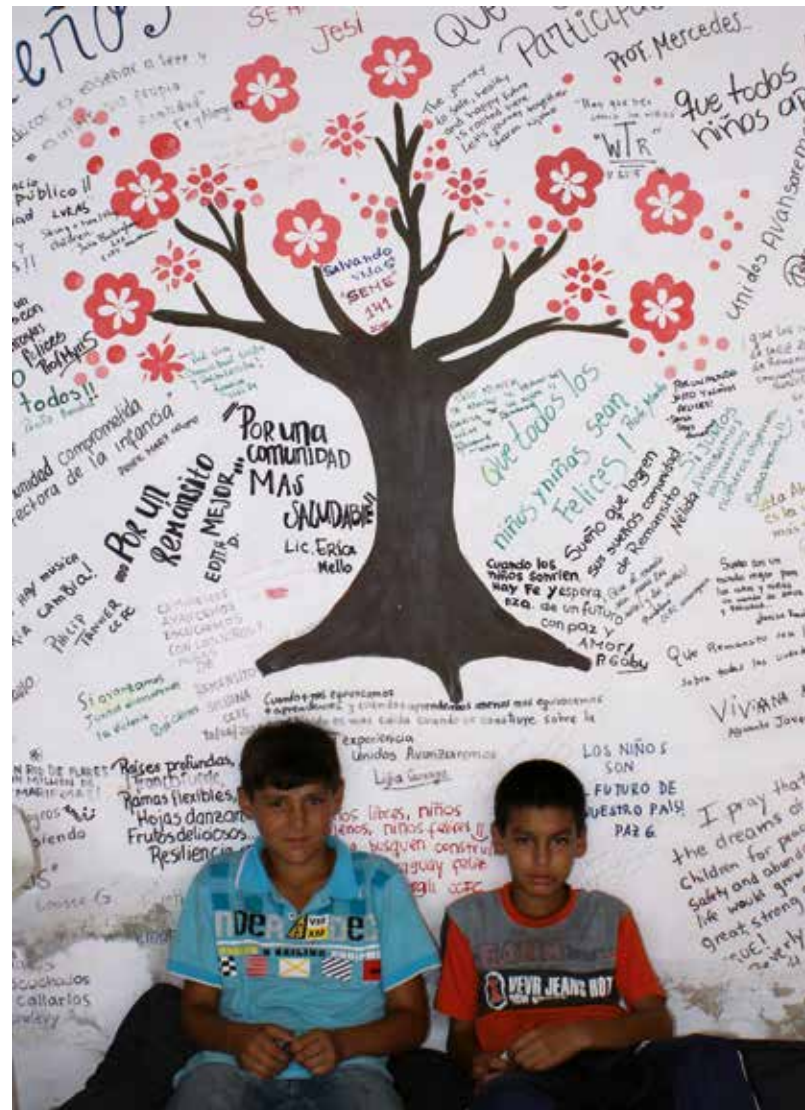
Ainda não se utilizava o formato virtual e todos os cursos iniciais eram realizados de forma presencial. Esse modelo de formação presencial continuou sendo usado em parceria com a Junta de Andaluzia, destacando-se tanto o Mestrado em Gestão de P&D que a UNIA desenvolveu em La Rábida, em 2010, quanto o recente curso de

Planejamento, Gestão e Avaliação de P&D+i em contexto social que foi realizado com o Ministério de Educação Superior de Cuba, dirigido a diretores de universidades e centros de pesquisa.

Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia: CTS

Em 1997, quando a OEI fez a sua primeira atividade relativa a CTS, a Internet era usada por menos de 1% da população, a vida era essencialmente analógica, a população tinha a imprensa, a rádio e a televisão como meios de informação e, com exceção dos documentários de natureza, a presença da ciência era pouco relevante e quase sempre informava os avanços da ciência anglo-saxã.

A partir desse momento, uma das apostas programáticas da OEI era promover os estudos sociais da ciência e da tecnologia com um olhar ibero-americano. Desde então, agiu-se



Alfabetização de jovens e adultos. Paraguai



Alunos na exposição de Anne Frank. Uruguai

principalmente para ampliar o número de pesquisadores que tivessem como objeto dos seus estudos a relação entre a sociedade; para avançar em uma melhor participação pública na ciência e na tecnologia e para aumentar a cultura científica da população.

Além disso, trabalhou-se junto a figuras relevantes, especialmente com dois coletivos: comunicadores e educadores, com uma constante em todas as linhas: o papel da mulher na ciência.

Ciência, tecnologia e gênero foram algumas linhas de trabalho constantes iniciadas em 2004, com o primeiro estudo comparativo (GENTEC) que realizamos com a UNESCO Montevidéu e com um decidido apoio aos Congressos Ibero-americanos de Ciência, Tecnologia e Gênero, que representam o espaço acadêmico de maior tradição e excelência acadêmica na temática.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Embora tenham sido realizadas ações isoladas em 2009, implementou-se o Projeto Ibero-americano de Divulgação Científica. Tratava-se de dar um avanço à visibilidade da ciência e da tecnologia que havia na Ibero-América, que servisse para que a cultura científica da população aumentasse

por meio da presença da ciência nos meios. Começaram a se realizar amplas pesquisas à população para ter um diagnóstico mais confiável das carências e das desinformações que a sociedade ibero-americana tinha. Esse projeto foi possível graças ao apoio da FECYT da Espanha, da Labjor do Brasil, do CONACYT mexicano, do CSIC da Espanha, de muitas universidades, da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e da Junta de Andaluzia.

Na sua etapa final, aproveitaram-se as redes sociais mais usadas para divulgar, principalmente, notícias científicas que ajudassem a ter uma melhor saúde e alimentação, e neutralizar as cada vez mais frequentes informações falsas sobre esses temas. Alfabetizar cientificamente a população é um objetivo no qual a ciência e a educação devem andar de mãos dadas para evitar falsas crenças e superstições que tanto prejudicam a humanidade.

Foram desenvolvidos dois materiais didáticos que tiveram um importante uso na educação: os casos simulados e os “Contenedores de Cultura Científica”.

Os casos simulados foram a proposta para ensinar a valorizar e participar partindo de situações tecnológicas controversas, como as vacinas, os resíduos urbanos e as antenas de telefonia móvel.

Por outro lado, os “Contenedores de Cultura Científica” são propostas didáticas de uso flexível na sala de aula que partem de notícias da imprensa ibero-americana sobre as quais se propõem atividades que vão desde a compreensão de leitura até a iniciação à pesquisa empírica. Os materiais são divididos em sete grupos temáticos: os desafios da saúde e da alimentação, os desafios ambientais, as novas fronteiras da matéria e da energia, a conquista do espaço, o habitat humano, a sociedade digital e outros temas de cultura científica.

O motivo da sua criação e o seu destino foi a Comunidade de Educadores Ibero-americanos para a Cultura Científica. Assim, com maiúsculas. Porque é uma comunidade singular que há anos reúne milhares de docentes ibero-americanos comprometidos com o seu trabalho e a sua função social. Mas os “contenedores” também se abrem a toda a comunidade de docentes ibero-americanos que queiram usá-los para melhorar o seu trabalho.

“Nessa grande Comunidade, são estabelecidas algumas linhas mestras de atuação que se mantêm ao longo do tempo, não variam com as legislações vigentes nos países nem quando passam por alterações nos sucessivos governos (porque todos e todas nós que pertencemos a ela buscamos o bem para a sociedade futura. Independentemente do lugar em que vivamos, aspiramos a melhorar com as gerações, e os aspectos em que prestamos atenção são os mesmos). Desse modo,

o trabalho docente dispõe de alguns recursos que vão sendo melhorados pouco a pouco, com a colaboração de todos e todas (cada um de acordo com os seus próprios recursos e situação) e em dois idiomas (na verdade, três se incluirmos o galego), que nos permitem nos comunicar compreendendo a totalidade da mensagem (sem intermediários, sem traduções, pensando do mesmo modo.”

*M^a Azucena Matilde González.
Redondela, Espanha.
Professora no IES de Mos*

As Cátedras CTS+I

Uma das linhas de trabalho mais destacadas nas ações da OEI são as Cátedras CTS+I. Tudo surgiu em 2000, quando uma universidade salvadorenha solicitou uma Cátedra para a OEI. Não existiam precedentes nas atividades da OEI, mas era e continua sendo um modelo muito utilizado pela UNESCO. Em diálogos com autoridades de El Salvador, elaborou-se a primeira Cátedra como uma rede de departamentos universitários de oito universidades. A elas uniu-se o CONACYT de El Salvador, organização pública que dirigia a política científica do país, e o Ministério de Educação. Definiu-se como um ciclo de oito seminários de uma semana de duração. Era uma forma para que todas as universidades participantes fossem sede de um seminário e permitia abordar muitas temáticas que, junto às entidades participantes, eram consideradas as mais relevantes nesse momento.



Capacitação eletrônica no Paraguai

A partir dessa iniciativa, cerca de cem universidades e instituições ibero-americanas vinculadas à ciência ou à educação participaram da experiência.

105 universidades, centros de pesquisa e organizações científicas participaram da



Convênio com a Universidade de Alcalá Henares. 2019

experiência até o momento, implicando a constituição de 10 redes de professores e pesquisadores e um total aproximado de 1.800 profissionais (docentes e pesquisadores) que receberam apoio formativo.

Além disso, as Cátedras incluem:

- Apoio para a implantação de mestrados e títulos próprios (12).

-
- Promoção e patrocínio de congressos internacionais (18).

-
- Apoio para chamadas nacionais de projetos de pesquisa (2).

-
- Publicação de livros em parceria com editoras comerciais – Biblioteca Nueva, Cambridge University Press, Eudeba, La Catarata (28).

-
- Promoção de estágios (30) e orientação de teses de doutorado (15).

-
- Atividades de assessoria de organizações públicas da região em matéria de educação científica/tecnológica ou temática de inovação (10).

-
- Vinculação de especialistas a atividades das Cátedras para realizar docência ou assessorias (120).
-

Em todas as Cátedras, sempre se contou com incentivadores nacionais que exercem a sua liderança para dinamizá-las.

Embora todas as Cátedras tenham tido um impacto nacional importante, gostaríamos de destacar alguns efeitos relevantes.

No caso de El Salvador, foi a primeira ocasião em que o CONACYT teve uma atividade com as melhores universidades do país. Tornou-se um espaço de reflexão conjunta, além de um espaço formativo.

Na Colômbia, da mesma forma que em El Salvador, onde cada universidade participante foi sede de um seminário, o COLCIENCIAS financiou a presença de 50 pesquisadores em todos eles. É igualmente significativo que o título de um seminário, “Apropriação Social da Ciência”, tenha se tornado o lema COLCIENCIAS.

A Cátedra mexicana teve dois resultados de alto impacto. Com base no seminário sobre educação CTS, realizado na Faculdade de Química da UNAM, foi criado

um grupo de trabalho com representantes da SEP e dos Institutos Tecnológicos, que concluiu com a incorporação da matéria Ciência, Tecnologia, Sociedade e Valores nos 3 anos do ensino médio tecnológico. No primeiro ano, era abordado o desenvolvimento sustentável, no segundo, a relação sociedade-cultura e no terceiro, a história da ciência. Em razão dessa incorporação, a OEI desenvolveu um amplo programa formativo pelo qual passaram 750 docentes que ensinavam a matéria. Era a primeira vez que a OEI, usando meios virtuais, colaborava na formação contínua de docentes com um Ministério de Educação.

“Vários foram os aspectos impactados pelas diferentes Cátedras realizadas na Ibero-América. Em primeiro lugar, a promoção de um campo acadêmico como os estudos em CTS, que buscavam instituir as bases de uma compreensão da ciência e da tecnologia regida pela possibilidade de um novo contrato social com a ciência. A esse respeito, as lições que emanaram do Congresso Mundial da Ciência de Budapeste e do Congresso Ibero-americano de Santo Domingo, ambos antes da década de 2000, apresentavam iniciativas dinâmicas em matéria de entendimento da ciência em contextos, e processos de gestão pública, as quais foram interiorizadas mediante as Cátedras nos países da região. Em segundo lugar, a promoção do tema da inovação e da política pública em ciência e tecnologia, sob enfoques que dava a importância à participação pública na própria gestão da política como na vinculação das comunidades em projetos de pesquisa e inovação. Esse processo tem especial rele-

vância, sempre que os sistemas de ciência, tecnologia e inovação dos países, coordenados pelos seus diferentes organismos competentes, como os ONCYT, encontravam-se em processo de institucionalização das suas políticas e dinâmicas. Em terceiro lugar, vale a pena ressaltar a importância da educação CTS, já a que a sua dinâmica apresentou um crescimento muito destacado, continuado em cursos de educação científica sob o seu enfoque. Por último, convém destacar todo o espaço de cooperação institucional, redes acadêmicas, iniciativas e projetos conjuntos que foram feitos graças às Cátedras, o que permite dizer hoje que tanto o campo dos estudos CTS quanto o da inovação constituem um fato consolidado não só nos países em que as Cátedras CTS+I foram realizadas, mas em todos os países da região.”

Carlos Osorio M.
Universidad del Valle.
Colômbia



II Curso Ibero-americano para Administradores e Gestores de C&T. México, 1999

Observatório Ibero-americano da Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS)

O Observatório Ibero-americano da Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS) foi criado em 2008, com a missão de desenvolver um programa de estudos estratégicos em Ciência, Tecnologia e Sociedade que pesquisasse nas fronteiras da ciência e das demandas sociais dos povos da Ibero-América.

Durante dois anos de debates presenciais e virtuais, o Observatório teve um papel de liderança no desenvolvimento do documento Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento e a coesão social, que constitui um programa ibero-americano para a cooperação em ciência, tecnologia e inovação. O documento foi aprovado no Congresso Ibero-americano de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação, realizado



Participantes Cátedra CTS+I. Lisboa, 2016

em Buenos Aires, de 12 a 14 de novembro de 2014. Posteriormente, em 2015, o OCTS reuniu os conteúdos do livro *“Horizontes y desafíos estratégicos para la ciencia en Iberoamérica”*, com os principais documentos debatidos no Congresso.

A partir de 2009, foi estabelecida uma relação muito estreita com a Rede Ibero-americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT). Desde a sua criação em 1995, inicialmente promovida pelo programa CYTED e apoiada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), a RICYT foi a principal referência na produção de informação científica e indicadores da região. Anualmente publica-se *“El Estado de la ciencia”*, um relatório que é referência para dar continuidade às políticas de ciência e tecnologia.

Os tradicionais manuais metodológicos da RICYT continuaram a ser feitos no Observatório e foram publicados os seguintes:



Seminário Ibero-americano “Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação”. Argentina, 2014



Pré-Congresso de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação. Paraguai, 2014

- Manual de Bogotá (Indicadores de inovação)
- Manual de Lisboa (Indicadores de sociedade da informação)

- Manual de Valência (Indicadores da vinculação da universidade com o contexto socioeconômico)

- Manual de Antigua (Indicadores de percepção pública da ciência)

- Manual de Santiago (Indicadores de internacionalização da ciência)

Em pouco mais de dez anos, as áreas de trabalho do OCTS foram sendo ampliadas a novos temas, um deles foi o dos indicadores de educação superior.

Em 2014, com o incentivo do Observatório, com a parceria da UNESCO e com o apoio da Junta de Andaluzia, foi criada a Rede Ibero-americana de Indicadores de Educação Superior (Rede ÍNDICES). Seguindo a metodologia aplicada em outras áreas, o Manual de Lima foi aprovado conjuntamente pelos diferentes atores acadêmicos e produtores

de informação dos países ibero-americanos. Atualmente a base de dados da rede possui séries estatísticas de mais de cem indicadores correspondentes a quinze países.

Quanto à difusão de informação, o OCTS buscou contribuir para o conhecimento da capacidade científica da nossa região com os relatórios publicados na coleção “Papeles del Observatorio”, que inclui estudos setoriais, entre os quais se destacam os realizados sobre nanotecnologia, biotecnologia, TIC, alimentação, bem como os seus estudos sobre cultura científica e vocações dos jovens para a ciência.

Por outro lado, o OCTS edita conjuntamente com o Centro REDES, a Universidade de Oviedo e a Universidade de Salamanca, a *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad (CTS)*. Trata-se de uma publicação quadrimestral



Abertura do Fórum Ibero-americano de Engenharia e Sociedade Digital. Avilés, 2018

com o sistema de revisão por pares, com uma perspectiva plural e interdisciplinar e um olhar ibero-americano. A revista oferece acesso livre a todos os seus conteúdos através do seu site e permite a participação do público.

Além disso, desde a sua criação, a equipe do Observatório esteve envolvida no desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para o processamento de grandes volumes de dados, gerando informações para estudos qualitativos e quantitativos no âmbito

ibero-americano. Nesse contexto, foi desenvolvida a tecnologia Intelligo que, utilizando técnicas de análise de linguagem natural e data mining, permite explorar grandes coleções de informação textual, gerando automaticamente mapas dos temas de interesse.



**Participantes do Congresso Ibero-americano de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação.
Buenos Aires, 2014**

Nos próximos anos, o Observatório tem o duplo desafio de manter a excelência no seu papel de referência informacional das políticas de CTI e de inovar no seu trabalho de indicadores para que se possa dar seguimento às novas lacunas criadas pela tecnologia,

bem como o grau de relevância da ciência e da tecnologia realizadas com as demandas sociais de conhecimento.



Matemática na rua. Quito, 2017

“O Observatório de Ciência, Tecnologia e Sociedade da OEI é uma iniciativa muito interessante e relevante. Gostaria de destacar três aspectos. O primeiro, mais diretamente ligado ao meu âmbito de desempenho, a utilidade de alguns dos seus produtos, particularmente das séries de indicadores da RICYT e, recentemente, as da Rede ÍNDICES. A provisão de ferramentas complementares e de relatórios sintéticos é uma contribuição convergente. O segundo aspecto é de ordem mais geral e envolve o que poderíamos chamar de programa científico do Observatório, que o transforma no principal âmbito de referência ibero-

americano no campo CTS, principalmente através da revista e de outras publicações e atividades. A terceira dimensão que considero importante enfatizar é a capacidade de interlocução com uma comunidade de interessados muito ampla, utilizando de modo inovador e eficaz as possibilidades abertas pela comunicação virtual. Fóruns, notícias científicas ou sistemas amigáveis de consulta online da informação são exemplos dessa orientação.”

*Lucas Luchilo.
Subsecretário de Avaliação Institucional.
Ministério de Educação, Cultura,
Ciência e Tecnologia da Argentina*



Abertura VIII Congresso Ibero-americano de Educação Matemática. Madri, 2017

A vinculação da universidade

com o contexto socioeconômico

Uma das linhas de trabalho mais seguidas pela OEI é a relação da universidade com a empresa, embora sempre lhe tenha dado um olhar mais amplo, considerando todo o contexto socioeconômico. Sempre junto com o Instituto de Gestão do Conhecimento (INGENIO), uma instituição mista da Universidade Politécnica de Valência e do Conselho Superior de Pesquisas Científicas (CSIC) da Espanha.

No bloco anterior, já citávamos o Manual de Valência dentro das ações do Observatório que podemos considerar o remate final desse trabalho.

Tudo começou com a realização de um curso semipresencial de Boas Práticas de Relação Universidade-Empresa, pelo qual passaram cerca de 400 gestores vinculados a universidades latino-americanas. Quase todos os cursos foram realizados com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e foram de caráter ibero-americano, salvo uma edição que foi coordenada com o CSUCA



XII Congresso Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Gênero. Bilbao, 2018

(Conselho Superior Universitário da América Central), no qual participaram todas as universidades públicas dessa sub-região. Também foram realizados cursos nacionais nos casos da Bolívia, da Colômbia e do Paraguai.

Por sugestão do INGENIO, gerou-se uma rede IBER-RUES entre os egressos para colaborar em projetos e compartilhar experiências. Nesse âmbito, com a participação da OEI, criou um projeto denominado Projeto CESAR: Contribuição da Educação Superior da América Latina para as Relações com o contexto socioeconômico, financiado

pela Comissão Europeia dentro do programa ALFA III. Teve como objetivo contribuir para a modernização das Instituições de Educação Superior da América Latina, mediante a elaboração e implementação de uma metodologia para facilitar a mudança cultural nas universidades, tendendo a transformá-las em agentes dinamizadores do desenvolvimento socioeconômico da América Latina. Nesse contexto, o trabalho da OEI concentrou-se nas 4 edições de cursos (uma versão reduzida do curso de Boas Práticas) e delas participaram uma média de 110 gestores.



Sessão plenária do VII CIBEM. Madri, 2017

Com a mesma equipe acadêmica, implementou-se uma pós-graduação em Formulação de Projetos de P&D+i, que sempre teve uma excelente participação com o respaldo acadêmico do Conselho Superior de Pesquisas Científicas (CSIC). A implantação do curso respondia às diversas pesquisas realizadas ao finalizar o curso de Boas Práticas.

GeoGebra: um software para a matemática e para a ciência.

GeoGebra é um software livre e gratuito, disponível para diferentes plataformas, que representou uma revolução pelas possibilidades que oferece e pela simplicidade do seu uso, que está fazendo com que seja cada vez maior o número de usuários que utilizam o programa.

Desde 2011, a OEI vem promovendo o uso do GeoGebra com o forte apoio da Junta de Andaluzia e da Universidade de Córdoba. Podemos contar com um amplo

grupo de especialistas e foi possível atuar tanto no âmbito ibero-americano quanto em espaços nacionais junto a Universidades e Ministérios de Educação.

A principal ação de âmbito ibero-americano é o Clube Ibero-americano GeoGebra, que conta com mais de 2.000 docentes de todos os países. Foi iniciado em 2004 e tem sido um espaço onde colaboram tanto professores experientes quanto docentes que experimentam pela primeira vez o software. Materiais escritos (sempre atualizados com a última versão), sessões de videoconferências, desafios e relatos de experiências são os elementos mais destacados que os membros do Clube têm acesso. Sempre se tentou oferecer os materiais em espanhol e português.

A OEI também promove desde 2013 a celebração do Dia Ibero-americano GeoGebra. Até agora foi realizado em Montevideu, Uruguai; Buenos Aires, Argentina; São Pau-



Projeto Uno+1. Panamá

lo, Brasil; Coimbra, Portugal; Madri, Espanha; Azogues, Equador; e, em 2019, novamente em Montevideú. Além de promover o uso de Geogebra entre os professores de Matemática, são espaços onde se oferecem conferências e workshops que combinam tanto a iniciação ao uso quanto a apresentação das novidades do programa. Também é utilizado para a comunicação de experiências e pesquisas que são previamente avaliadas pelo Comitê Científico.

O desenvolvimento e extensão do programa teve como espaços dinamizadores os Institutos GeoGebra reconhecidos pela rede do *International GeoGebra Institute* (IGI) e têm como missão a difusão e o ensino do GeoGebra, a certificação do nível de conhecimentos adquiridos pelo usuário, o desenvolvimento de materiais e, em geral, o apoio aos professores para a sua utilização em um contexto educacional.

Além disso, colaborou-se com muitas das jornadas que foram realizadas em distintos países ibero-americanos. Por isso, não é exagero pensar que foram milhares de professores que compareceram às atividades de GeoGebra onde a OEI esteve presente.

As características do GeoGebra não só o tornam recomendável para o ensino e aprendizagem da matemática. Embora seja muito pequena, começa a existir uma comunidade de professores das distintas ciências e de tecnologia, e está sendo evi-

dente a potência que tem para o ensino nesses âmbitos.

Mesmo sendo difícil prever o desenvolvimento das tecnologias nos próximos anos, aumentar o uso do GeoGebra entre os professores STEAM da Ibero-América deve ser um dos grandes desafios que a OEI deve enfrentar, além de continuar as ações de formação e promoção em Matemática, dando um peso especial à difusão de experiências de uso do GeoGebra na sala de aula.

“Vivemos uma época onde a inovação educacional deve sustentar-se no uso efetivo e eficiente de ferramentas tecnológicas. No caso do Equador, graças ao apoio da OEI, constituímos o Instituto Equatoriano de GeoGebra, desenvolvemos cursos e workshops, estamos organizando as Primeiras Jornadas Equatorianas do GeoGebra. Em menos de um ano depois de ativar, evidenciamos como essa ferramenta apoia o desenvolvimento dos nossos professores



Curso UNAE sobre GGeoGebra para formadores. Equador, 2018

***da Amazônia, ao mesmo tempo que desenvolvemos pesquisa a respeito, fatos que constituem marcos, permitindo gerar equidade e conhecimento com fim social.*”**

Marco Vinicio Vázquez Bernal.
UNAE, Equador

A OEI E A COOPERAÇÃO CULTURAL NA IBERO-AMÉRICA: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS DE FUTURO

A cultura é o fio que tece o projeto ibero-americano, um território com culturas milenárias que conta com centenas de línguas. É a confluência de diversas texturas e cores que une as duas margens do Atlântico para formar o Espa-

ço Cultural Ibero-americano (ECI). A nossa identidade regional é composta de múltiplas expressões e identidades locais.

O potencial criador e criativo dos cidadãos da Ibero-América é expresso pela



Alunos Arteducarte Equador

cultura, ao mesmo tempo que marca uma forma de ser distinta, caracterizada pela maneira de nos relacionarmos com as emoções, com o contato físico, com a humanidade própria e do outro. Isso se aprecia melhor quando os ibero-americanos estão em contextos culturais alheios aos seus. Há um forte magnetismo que nos atrai para além das nacionalidades e das línguas. Este ímã que nos une é a cultura e é constituído de um material essencialmente diversificado, por múltiplas expressões que são fundamento da sua potência.

Nesta região de vasta riqueza artística e cultural, inscreve-se a gestão de cooperação da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), através da sua Secretaria Geral e dos seus 18 escritórios nacionais. Durante os seus 70 anos de história, a OEI foi um dos atores mais relevantes para incidir nos debates principais em torno das políticas culturais na Ibero-América.



Estrella Morente. Congresso Ibero-americano das línguas na educação e na cultura. Salamanca, 2012



Festival Ibero-americano de Teatro Infantil e Juvenil. México, 2014

A OEI facilitou a consolidação da institucionalidade cultural e o seu avanço em direção aos sistemas nacionais de governança mais sofisticados e robustos. Além disso, propiciou o avanço dos direitos

culturais e de marcos normativos para o desenvolvimento de uma cidadania cultural. Outrossim, contribuiu em debates sobre a interação entre cultura e economia com instrumentos para a medição, análise e avaliação da cultura na Ibero-América. Com o passar dos anos, foram sendo incorporados novos enfoques que assumiram um olhar transversal da cultura na sua relação com o desenvolvimento, a educação, a ciência e a tecnologia.

Nos seus primórdios, o trabalho da OEI concentrou-se no âmbito educativo avançando para uma posterior perspectiva de integração regional, onde começava a ficar evidente a importância da cultura. O novo contexto de sistemas políticos democráticos que deixaram para trás anos de ditaduras militares permitiu um cenário de expansão para a cultura, graças ao reconhecimento dos direitos culturais e, particularmente, da liberdade de criação artística. Em todo esse período, foram geradas estratégias comuns

que conseguiram o desenvolvimento de várias políticas nacionais e atuações concretas que contribuíram para a integração social e cultural da região.

Durante os anos oitenta, buscou-se apoiar a consolidação de uma identidade ibero-americana comum, fundamentada no respeito à sua diversidade e ao pluralismo cultural e linguístico, bem como na difusão do pensamento ibero-americano e na projeção da região. Assumiram-se, então, as profundas mudanças que foram ocorrendo no contexto internacional, provocadas principalmente pela globalização da economia e pela revolução tecnológica, as quais repercutiram e mudaram os enfoques com relação aos modelos clássicos de cooperação, promovendo novas formas de interlocução institucional.

Os efeitos das novas tecnologias da informação e da comunicação favoreceram o surgimento paulatino de redes de intercâmbio,



Obra Teatro. Bolívia

bio, renovados contextos e cenários participativos para a sociedade civil e de espaços de difusão entre diferentes realidades culturais que também geraram percepções diferentes sobre a importância da diversidade cultural.

Desde o início dos anos 2000, consolidaram-se os esforços em cooperação cultural, destacando-se o papel das Conferências Ibero-americanas de Cultura (CIC) que se constituíram como o melhor espaço para isso, gestando e promovendo a criação dos programas de Cúpula, seguindo o modelo que a OEI já havia adotado quase uma década antes com os programas ibero-americanos de educação.

Desde seus primórdios, a OEI organizou as CIC, anteriores às Cúpulas Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo. As CIC, além de estabelecer compromissos em matéria cultural, em muitos casos incorporados às Declarações das Cúpulas, constituíram um espaço privilegiado de consenso político com relação ao Sistema Ibero-americano. Os Programas Ibero-americanos de Cultura emanados desse âmbito tiveram na conferência um lugar destacado para o seu acompanhamento técnico e validação política e um espaço propício para a

sua adaptação a conteúdos e objetivos programáticos específicos.

A primeira década do século XXI foi, para a maioria dos analistas, muito relevante para o processo de integração regional. Isso foi derivado de uma evidente reestruturação das correlações de poder na denominada “virada à esquerda latino-americana” por autores como Gilhodes (2007) ou Stoessel (2014), entre outros. Este processo teve notáveis efeitos para a cultura. Em primeiro lugar, ampliou-se a visão sobre o desenvolvimento e os direitos culturais. Além disso, foram realizadas iniciativas importantes como a sistematização pela primeira vez da informação cultural em observatórios e centros de pesquisa, a elaboração de diagnósticos setoriais sobre a produção e circulação de cinema, televisão, livros e música, e a multiplicação de pesquisas de públicos e sobre as tendências de consumo cultural (García Canclini, 2018). A OEI foi um ator decisivo nesses processos.

Em meados dos anos 2000, foram considerados novos desafios vinculados a reforçar a institucionalidade cultural, contribuir para democratizar a cultura, apoiar iniciativas de fortalecimento do setor e promover espaços de formação e capacitação. Começaram a ser estabelecidos então alguns instrumentos de trabalho essenciais na atividade da OEI em matéria de cooperação cultural, como a assistência técnica a governos e instituições, por um lado, e o apoio na formação, capacitação e mobilidade cultural, por outro, seguindo as recomendações da Conferência Ibero-americana de Cultura.

O objetivo foi e continua sendo a consolidação de um espaço de cooperação cultural a partir da constatação da importância da cultura, tanto em termos de coesão e transformação social, quanto pela sua contribuição para a economia e pela consideração como elemento indispensável para o desenvolvimento. Dentro das linhas de atuação, foram criados diferentes espaços de produção, di-



Reunião de Alto Nível de Referências Ministeriais e Institucionais de Cultura Ibero-americana. Brasil, 2019

fusão e intercâmbio de conhecimentos através de fóruns, jornadas, estudos e edição de materiais. Foram reunidas contribuições de intelectuais, pesquisadores, gestores, especialistas e personalidades de prestígio, com intenção de contribuir para gerar um espaço de ação de políticas culturais públicas vinculadas ao desenvolvimento.

A História é uma parte essencial no reconhecimento de uma identidade comum.

Nesse sentido, a Cátedra de História da Ibero-América foi disponibilizada aos Ministérios de Educação como um mecanismo para incorporar a temática da história da Ibero-América nos currículos de ensino, desenvolvendo fórmulas inovadoras para a capacitação dos professores e gerando colaboração a partir de redes sub-regionais de apoio nos países andinos, América Central e Península Ibérica.



Projeto Cidades Culturais

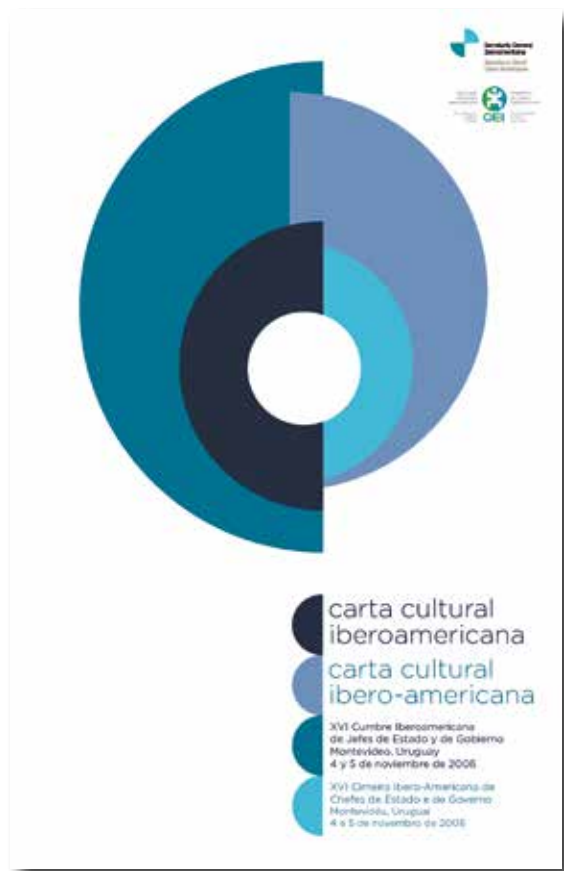
A Carta Cultural Ibero-americana:

um divisor de águas nas relações

culturais internacionais e ibero-americanas

A Carta Cultural Ibero-americana (CCI) é o documento político de maior relevância para situar a cultura no centro das relações entre os países ibero-americanos e para reforçar a presença da Ibero-América no mundo, estreitando laços de solidariedade com outras regiões. Foi promovida pela OEI e aprovada na XVI Cúpula Ibero-americana (Montevideu, 2006), conseguindo instituir as bases para a configuração da região como espaço estruturado de cooperação cultural.

Trata-se de uma ferramenta constitutiva de, ao menos, três consensos políticos imprescindíveis, como a consideração da Ibero-América como uma região cultural, o reconhecimento e a promoção da diversidade cultural na Ibero-América e o valor central da cultura no desenvolvi-



mento multidimensional do ser humano. Além disso, indica a importância de contribuir para o fortalecimento dos direitos culturais, as culturas tradicionais, indígenas, afrodescendentes e populações mi-

grantes, a criação artística, as indústrias culturais e criativas, os direitos autorais, a proteção do patrimônio cultural e a intensificação das sinergias da cultura com a educação, a ciência, a comunicação e a economia.

No contexto iniciado a partir de 2008, o trabalho focou na cooperação cultural para a coesão social frente ao aprofundamento das desigualdades econômicas, no seu valor em termos de convivência, na redefinição do papel da cultura no desenvolvimento, bem como na sua consideração de elemento facilitador da integração de comunidades minoritárias e na igualdade de gênero.

O trabalho começou a gerar e a potencializar o diálogo com outros espaços culturais como contribuição substancial para a resolução de conflitos e a convivência democrática, incentivar o lugar da cultura nas políticas públicas e fomentar a otimização da formulação, gestão e execução de políti-

cas culturais. Acompanhou-se os países na percepção e reconhecimento sobre o papel transcendente da cultura, constatando que as decisões políticas, as iniciativas econômicas e as reformas sociais para atender as aspirações e preocupações da sociedade têm muito mais possibilidades de êxito se for considerada a perspectiva cultural.

Apresentamos a seguir algumas iniciativas relevantes desse período. Em primeiro lugar, destacamos o IBERLECTURA como estratégia regional, inscrita no Programa Metas 2021, que oferece apoio na elaboração e implementação de políticas públicas de leitura, escrita e oralidade. Em segundo lugar, no âmbito da pesquisa cabe mencionar o Observatório Ibero-americano de Cultura (OIBC), que tem como objetivo fomentar espaços de cooperação cultural que contribuam para fortalecer os sistemas de informação cultural, desenvolver a pesquisa cultural e estabelecer estratégias de difusão. Em terceiro lugar, também

no âmbito da pesquisa e da geração de ferramentas que permitam a elaboração das denominadas *evidence-based policies* (EBP) ou políticas públicas baseadas em evidências, destaca-se o Portal Ibero-americano de Direito da Cultura, que contribui para o conhecimento mútuo dos sistemas jurídicos no campo da cultura, buscando a convergência natural das legislações cul-

turais dos países. O portal reúne o maior fundo de legislação cultural da Ibero-América. Em quarto lugar, é necessário destacar o projeto de apoio à criação e ao desenvolvimento das Contas Satélite de Cultura (CSC) que apoia o estabelecimento de sistemas de informação especializados que contemplem a dimensão econômica da cultura.



Festival das Culturas e do Esporte. Guatemala, 2017

Finalmente, é preciso fazer referência ao trabalho da OEI na produção e sistematização de reflexões conjuntas, como o Estudo da Cultura e Desenvolvimento Econômico na Ibero-América (2014), bem como o Estudo comparativo da cultura e desenvolvimento na Ibero-América (2017).

Visão e perspectivas atuais:

Plano estratégico 2019-2020

No período 2019-2020, a OEI tem um roteiro para avançar na cooperação em cinco áreas de atuação, como a economia laranja, os direitos culturais e diversidade cultural, a integração da ação cultural da OEI com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Agenda Digital Ibero-americana e, finalmente, os fios para tecer espaços de promoção da identidade cultural ibero-americana.

Neste acontecimento, apresentamos os principais âmbitos de trabalho nos quais a

OEI concentra os seus esforços e recursos, para responder a partir da cultura aos principais desafios da Ibero-América em termos de desenvolvimento social e econômico.

A AGENDA 2030 NO CONTEXTO IBERO-AMERICANO

A OEI é um organismo de referência em cultura na Ibero-América, sendo também um organismo multilateral pioneiro na cooperação Sul-Sul. Isso a situa em um lugar privilegiado na nova etapa de Cooperação Internacional em que estamos, inaugurada em 2015 pela Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável.

O Espaço Cultural Ibero-americano (ECI), baseado nos fins e âmbitos marcados pela Carta Cultural Ibero-americana (CCI), busca harmonizar-se com a Agenda 2030 visando contribuir para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as suas metas associadas. Isso constitui o quadro de convergência dos esforços dos governos, da



XV Conferência Ibero-americana de Cultura. Salamanca, 2012

cooperação internacional e de outros atores relevantes, com o fim de melhorar a efetividade das políticas de desenvolvimento.

As duas agendas globais do desenvolvimento, de 2000 a 2015, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, desde 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apontaram claramente para a transversalização da cultura como elemento presente em todos os objetivos do desenvolvimento. A OEI continuou dando

ênfase ao reforço da dimensão transversal da cultura em outros âmbitos do desenvolvimento, a partir de uma visão holística ou integral. Nesse sentido, a cooperação internacional entre múltiplos agentes e perspectivas nos últimos tempos faz mais sentido do que nunca.

Na sua dimensão simbólica, a região caracteriza-se por abrigar sociedades diversas onde existe uma grande riqueza de identidades e expressões artísticas. Os processos de



Fórum “Mercado das Indústrias Criativas do Brasil”. 2018

reconhecimento e promoção da diversidade cultural na Ibero-América, que passam pelo político, pelo normativo e pelo social, dão conta de avanços importantes, apesar dos múltiplos desafios que ainda persistem na sua materialização. A sua dimensão econômica, as atividades artísticas e culturais são uma fonte de geração de empregos, renda e bem-estar. Na dimensão política, os valores, atitudes, hábitos e costumes de uma sociedade determinam a qualidade e profundidade dos seus processos de participação no

público, sendo uma condição para o aprofundamento da cidadania e da democracia na Ibero-América.

Em uma região tão diversificada culturalmente como a Ibero-América, a cultura não só representa um fator econômico e social de desenvolvimento, mas uma condição determinante para a efetividade das intervenções feitas em outros setores. A segurança alimentar, a educação, a relação com o meio ambiente, o uso da água e



Atuação durante a XIX Conferência Ibero-americana de Cultura. Guatemala, 2018

da energia, a igualdade de gênero, os hábitos de consumo, entre outros ODS, estão condicionados pelas particularidades culturais das comunidades na Ibero-América. As tradições, preferências, hábitos e atitudes frente a esses temas representam o contexto humano sobre o qual as políticas públicas são implementadas para abordar as metas formuladas pelos ODS correspondentes.

O desafio da transversalidade que a cultura tem na Agenda 2030, implica a necessidade de formular novos esquemas de gestão cultural orientados a uma maior capacidade de dialogar a partir da cultura com as linguagens, lógicas e dinâmicas dos setores que foram abordados pelos ODS de forma direta. Nessa medida, só se pode falar de desenvolvimento com coesão e inclusão social enquanto se incorporar a variável desde o desenho até a avaliação das políticas públicas que abordam as metas associadas aos ODS e à Agenda 2030.

INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS: A ECONOMIA LARANJA

Entendendo que as expressões culturais são portadoras de valores simbólicos de grande sensibilidade para os povos, nos últimos anos a região avançou na incidência das indústrias culturais no desenvolvimento socioeconômico. Os países fizeram apostas que fortalecem alguns dos componentes da equação, mas persiste o desafio de abordá-los simultaneamente dentro de uma estratégia integral de promoção das indústrias culturais.

A compreensão frente ao potencial das indústrias culturais na Ibero-América dinamizou-se nos últimos anos. Após os relatórios do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e desde que a UNESCO e CISAC promoveram o “Primeiro mapa mundial das indústrias culturais e criativas” (CISAC, UNESCO, 2015), realizado pela Ernst & Young, a contribuição das indústrias culturais para a economia já é inquestionável.

Segundo cálculos de 2015 da Ernst & Young, na América Latina e no Caribe, a economia criativa contribuiu com mais de US\$ 124 bilhões para a economia da região, equivalente a 2,2% do PIB; gerou mais de 1,9 milhões de empregos e representou 2% das exportações da região.

É de grande utilidade contar com dados sobre a contribuição da cultura para a economia como o PIB ou o emprego. Contudo, é necessário conhecer como são combinadas a renda dos empreendedores e as suas novas cadeias de valor, denominadas “economia criativa”, com os modos tradicionais, institucionais e empresariais de organizar o desenvolvimento cultural em escala nacional e transnacional (García Canclini, 2018).

O vínculo entre cultura e economia tem diversas formas de aproximação e referência na região. O BID cunhou o termo “economia laranja” para denominar o en-



Concursantes premiados. Congresso Ibero-americano das línguas na educação e na cultura. Salamanca, 2012

cadeamento de atividades baseadas na propriedade intelectual e os mercados de indústrias culturais fortaleceram-se em países como Brasil, Argentina, México, Colômbia e Chile.

A promoção das indústrias culturais tem sido realizada há vários anos a partir de diversas dimensões: a sensibilização da população em geral frente às oportunidades das indústrias culturais como fontes de emprego e renda, a geração e o

fortalecimento das capacidades técnicas e profissionais das indústrias culturais, o empreendimento cultural, a consolidação dos mercados e dos instrumentos de colaboração e circulação, o fortalecimento do consumo cultural, a incidência dos meios digitais na consolidação da economia criativa no contexto ibero-americano e a quantidade e qualidade das interações entre os atores nacionais com atores locais, tanto públicos quanto privados para o seu fomento.



Abertura do Fórum “Mercado das Indústrias Criativas do Brasil”. 2018

Os países ibero-americanos registram progressos diferenciados em cada uma dessas dimensões. Em algumas ocasiões foram abordadas de forma simultânea, em outras, as políticas públicas abordaram somente algumas delas. Nessa medida, apresentam-se importantes assimetrias no alcance da apropriação e desenvolvimento dos instrumentos de política pública para o fomento das indústrias culturais.

A ampliação dos mercados nacionais das indústrias culturais dependerá do desenvolvimento da economia criativa na Ibero-América no seu conjunto. As colaborações para a criação, a produção, a circulação e a geração de consumo cultural, bem como para a formulação e implementação de políticas públicas na matéria, são estratégicas para fortalecer a contribuição da economia criativa na geração de renda e emprego na região. O papel da OEI nesse contexto é facilitar ações conjuntas que contribuam para en-

carar os desafios e fortalecer as indústrias culturais da região.

No Brasil, Colômbia, Argentina, Portugal e em vários países centro-americanos, os governos expressaram o interesse de ter a OEI acompanhando as suas iniciativas nessa matéria e identificamos uma oportunidade de ser uma correia de transmissão que permita compartilhar e circular o conhecimento proveniente dessas apostas, para avançar conjuntamente como região.

É uma aposta complexa que envolve, entre outras dimensões, contar com quadros regulamentares favoráveis e dados confiáveis para a tomada de decisões baseada em evidências, que passa pela existência de contas satélite e de estatísticas de cultura, gerar um consenso conceitual e metodologias de medição comuns, preparar o recurso humano para quantificar a oferta de bens e serviços de base criativa e interagir com outros setores estratégi-

cos, como os responsáveis pelo fomento à indústria, ao comércio, turismo, ciência, tecnologia e à inovação. Envolve também uma compreensão social da contribuição da cultura ao desenvolvimento socioeconômico das nações.

Na linha do que foi indicado na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, UNESCO (2005), e na Carta Cultural Ibero-americana, que destaca a diversidade cultural e linguística da região como uma das suas principais características, é necessário considerar a importância da diversidade cultural da região e, de qualquer forma, que esteja presente no trabalho das próprias indústrias culturais e criativas.

Um dos desafios é abordar esses enfoques a partir do local, promovendo a relação entre os governos nacionais e os municípios, vinculando o desenvolvimento local com a política central, gerando processos e experiências

“de baixo para cima”, apoiando a geração de redes de trabalho, promovendo redes de gestores de conhecimento, observatórios culturais locais, divulgando e promovendo o uso dos instrumentos já existentes.

DIREITOS CULTURAIS E DIVERSIDADE CULTURAL

Os países ibero-americanos avançaram notavelmente no que se refere à legislação cultural e ao reconhecimento formal da diversidade cultural. Isso implicou não só a geração de condições melhores para o acesso aos bens e serviços culturais, mas também se traduziu em processos de transformação e coesão social através da cultura e das artes.

Contudo, persistem desafios associados à continuidade dos avanços em cidadania e direitos culturais a novos territórios na região e na materialização de uma verdadeira cidadania cultural, entendida como a participação efetiva dos cidadãos na construção

de políticas públicas culturais nos âmbitos nacional e local.

Nessa medida, a OEI responde ao que os governos e atores nacionais nos solicitam, facilitando o avanço de temas tais como legislação cultural, programas de acessos às artes e à cultura, processos de governança e participação social na construção de políticas culturais, projetos de arte e cultura como motores de transformação social em comunidades vulneráveis e atividades associadas às redes de gestores e de conhecimento, entre outros.

EDUCAÇÃO, ARTE E CULTURA: CONVERGÊNCIA DA CULTURA COM O ODS 4

Dentro do contexto de gerar diálogos intersetoriais, e dado que um dos âmbitos missionários de maior tradição da OEI é orientado para a contribuição da educação para o desenvolvimento da Ibero-América, é natural para a organização abordar a re-



Programa de Artes Cênicas na Escola. Peru

lação entre cultura e educação como a sua estratégia intersetorial de maior envergadura. Esta constitui uma área de trabalho dentro da OEI onde há anos tem realizado contribuições substanciais na geração de discussões e publicações relevantes. Além disso, as metas do ODS 4 apontam nesse sentido.

Na era digital em que nos encontramos, as artes e a cultura nos sistemas educacionais

representam uma aposta indispensável para avançar em um enfoque humanista para a sociedade do futuro, sendo um mecanismo eficaz para a geração de competências do século XXI. O desenvolvimento integral das crianças implica a necessidade de cultivar as dimensões que as conectam com os aspectos sensíveis e emocionais para facilitar as suas interações. A apreciação artística e a aprendizagem das artes familiarizam as crianças com o prazer das experiências estéticas através da literatura, da música, das artes plásticas, cênicas e audiovisuais, in-

corporando-as à sua maneira de explorar o mundo e descobrir o seu lugar nele.

Na atualidade, a OEI orienta os seus esforços no posicionamento desse assunto nos sistemas educacionais da Ibero-América, a partir da identificação e documentação de experiências significativas nos países da região. A estratégia busca entender as condições que favoreceram o desenvolvimento desses casos para construir evidências sustentadas nas experiências próprias e avançar no fomento do seu escalonamento na região.



V Congresso Ibero-americano de Cultura. Saragoça, 2013

AGENDA DIGITAL IBERO-AMERICANA

As novas tecnologias entraram para transformar a cadeia de valor da cultura, especialmente em algumas áreas como a editorial e a musical, modificando tanto os processos criativos, quanto a forma de comercialização e a chegada a novos públicos. O desafio da tecnologia supõe uma necessidade rápida de adaptação para os artistas e os profissionais da cultura que necessitam ser acompanhados de legislação que promova e proteja a propriedade intelectual nos novos contextos.

A Ibero-América apresenta desafios importantes com os marcos normativos existentes frente à incidência das novas tecnologias nos circuitos de criação, produção, circulação e comercialização das atividades criativas baseadas em propriedade intelectual.

Face aos grandes desafios do século XXI, atualizar as visões e compreensões do que a Ibero-América significa passa por rejeitar os estereótipos, entender o caminho percorrido pelos povos da região e olhar para o futuro a partir de referências comuns, marcadas



Fórum Cívico Ibero-americano. Paraguai, 2011

pela cooperação e o reconhecimento mútuo. Valorizar o que nos une, entender o que nos diferencia e compreender que aí está a fonte da nossa riqueza regional é uma tarefa constante na qual devemos persistir e insistir. Para isso, uma tarefa importante passa por descolonizar parte da subjetividade e da epistemologia, ou seja, do ser e do saber.

Promover as atividades artísticas e culturais no espaço ibero-americano que visibilizem a nossa diversidade cultural é e será uma das prioridades da OEI. Através

dessas iniciativas buscaremos contribuir para o avanço de uma cidadania cultural ibero-americana.

DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICA A MÉDIO E LONGO PRAZO

Como assinala Enrique Bustamante (2018), é imprescindível uma tarefa de pesquisa, mas também política, de interrogação, de reflexão e reexposição das estratégias e programas de cooperação ibero-americana. Esta tarefa é ainda mais necessária devido às mudanças substan-



Reunião de Ministros de Cultura do Mercosul. Buenos Aires, 2019

ciais dos contextos políticos e geoestratégicos da região, e a virada dos governos da região durante a última década, que produziu uma certa “retirada” do Estado em assuntos de cultura, com fortes recortes no Brasil desde 2016 e uma queda de 12,5% da verba para a cultura na Argentina em 2017. Isso ocasionou que parte da responsabilidade da cultura tenha recaído no mercado, na sociedade civil e em organismos multilaterais. Fica evidente a urgência de avançar em direção a um novo marco de relações no qual a cooperação

Sul-Sul elimine a polarização entre doadores e receptores e se encaminhe para um diálogo multilateral entre nações iguais que privilegiam as suas relações não só no econômico, mas também no simbólico-cultural.

Indicamos a seguir alguns desafios mais relevantes da Ibero-América no âmbito cultural, revelados no Estudo de Cultura e Desenvolvimento da OEI de 2017. Relativamente à institucionalidade cultural, é possível destacar os seguintes:



Reunião de Alto Nível de Referências Ministeriais e Institucionais de Cultura Ibero-americana. Brasil, 2019



Primeiro, deve-se pensar e trabalhar as indústrias culturais e criativas a partir de uma perspectiva intercultural, já que as particularidades internas devem ser atendidas na elaboração de políticas setoriais.

Segundo, é preciso ampliar a agenda de pesquisa sobre cultura e diversificar as formas de produção de conhecimento (pesquisas nacionais, observatórios e medições de impacto, entre outros), estreitando os vínculos entre institutos nacionais de estatística e universidades e *think tanks* (*laboratórios de ideias*).

Terceiro, é pertinente intensificar as análises de âmbito setorial-regional para poder realizar melhores diagnósticos focados em (sub)setores específicos que permitam identificar tendências regionais e potencializar ações conjuntas.

Quarto, é conveniente profissionalizar o setor e apostar no capital humano como um dos ativos mais relevantes. Para isso, é preciso avançar em direção às políticas e marcos normativos que garantam os direitos trabalhistas dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, protegendo-os perante as práticas irregulares de determinadas

grandes corporações do setor e reconhecendo a especificidade com questões como o trabalho intermitente.

Quinto, é evidente a necessidade de articular a cooperação em diferentes níveis, de forma que a colaboração entre países e dentro de cada país por meio de redes ou plataformas que coloquem em contato unidades técnicas de diferentes ministérios e/ou outras administrações públicas seja melhorada.

Sexto, seria vantajoso tornar mais compatíveis os quadros metodológicos para melhorar a comparação de dados e tendências do setor entre países. Só é possível um estudo comparado e rigoroso da cultura com alcance regional compartilhando quadros de análises estatísticas, e também teórico-conceituais, como indicamos a seguir.

Finalmente, seria desejável realizar um grande avanço nos quadros epistemológi-



Fórum Identidade Nacional Interculturalidade e Bilinguismo. Paraguai, 2011

cos. Isso implica conceitualizar e nomear o setor cultural de forma homogênea e comum. É importante encontrar um consenso para os termos “indústria cultural”, “indústria criativa”, “economia criativa” ou outras propostas de nomenclatura não necessariamente de tipo mercantilista ou economicista, mas que reúnam o componente simbólico e social da cultura.

Por outro lado, quanto às políticas culturais, são inúmeros os desafios, como indicamos a seguir.

Em primeiro lugar, é imprescindível conceber e integrar a natureza mista da cultura, tanto na sua dimensão econômica quanto na sua dimensão política, social e simbólica. A política cultural deve, prioritariamente, garantir os direitos culturais à cidadania, ou seja, democratizar a cultura. Para isso, é requisito fomentar a participação cidadã na cultura com o objetivo de superar lacunas culturais nos e entre os países da região.

Em segundo lugar, devem identificar-se as principais áreas de atuação. Cabe destacar, como indicávamos anteriormente, a importância das instituições para a cultura, que deve ser sólida e multinível, contar com um nível de decisão e ação adequado para se articular. Nesse sentido, o marco normativo representa um papel fundamental para promover e regular o equilíbrio entre direitos cul-

turais e os direitos de propriedade intelectual. Além disso, cabe destacar a importância da inovação institucional que faça com que as instituições sejam regidas pelos princípios de descentralização e desconcentração.

Por outro lado, a informação e o conhecimento são elementos imprescindíveis para a elaboração e execução de políticas públicas, tanto legitimadas quanto efetivas. Mais e melhor informação facilita a tomada acertada de decisões, tanto no âmbito público quanto no privado. O trabalho da OEI na geração de indicadores nos últimos anos foi fundamental nesse processo.

Também, é crucial levar em consideração as pessoas que tornam possível a cultura. Devem-se estimular os planos e programas destinados a fortalecer capacidades, conhecimentos e competências úteis para os trabalhadores e trabalhadoras do setor. Referimo-nos a habilidades criativas, técnicas e de gestão, essenciais para tornar viável a cultura.

Igualmente, deve-se considerar a infraestrutura tanto física, entendida como os espaços destinados ao desenvolvimento criativo, quanto tecnológica, concebida como os recursos necessários para realizar sistemas de informação e comunicação. O objetivo é gerar ecossistemas amigáveis para o setor.

Chegamos aqui a um dos “pontos críticos” das políticas culturais: o financiamento. Trata-se de um dos maiores consensos no setor, visto que é preciso um maior esforço do investimento público em cultura. As verbas para a cultura na região continuam estando em níveis muito abaixo do que o setor necessita. Cabe mencionar que é pertinente a combinação do investimento público com fontes privadas de financiamento, como os fundos econômicos para o empreendimento cultural. Contudo, essa última não deve ser a via prioritária, já que, se concebemos a cultura como direito, o seu desenvolvimento não deve depender das “decisões do mercado”, mas antes de



CILE 2019: Leitura em Movimento. Córdoba, Argentina

políticas públicas informadas e legitimadas através da participação cidadã.

Além disso, o desenvolvimento de mercados e públicos constitui outra área de grande relevância. Nesse sentido, é fundamental potencializar a educação artística desde a primeira infância, já que é nesse momento da vida em que se gera o gosto pela cultura. A formação de públicos tem uma dimensão de direitos, mas também uma econômica e comercial, ao estimular a demanda de bens e serviços culturais.

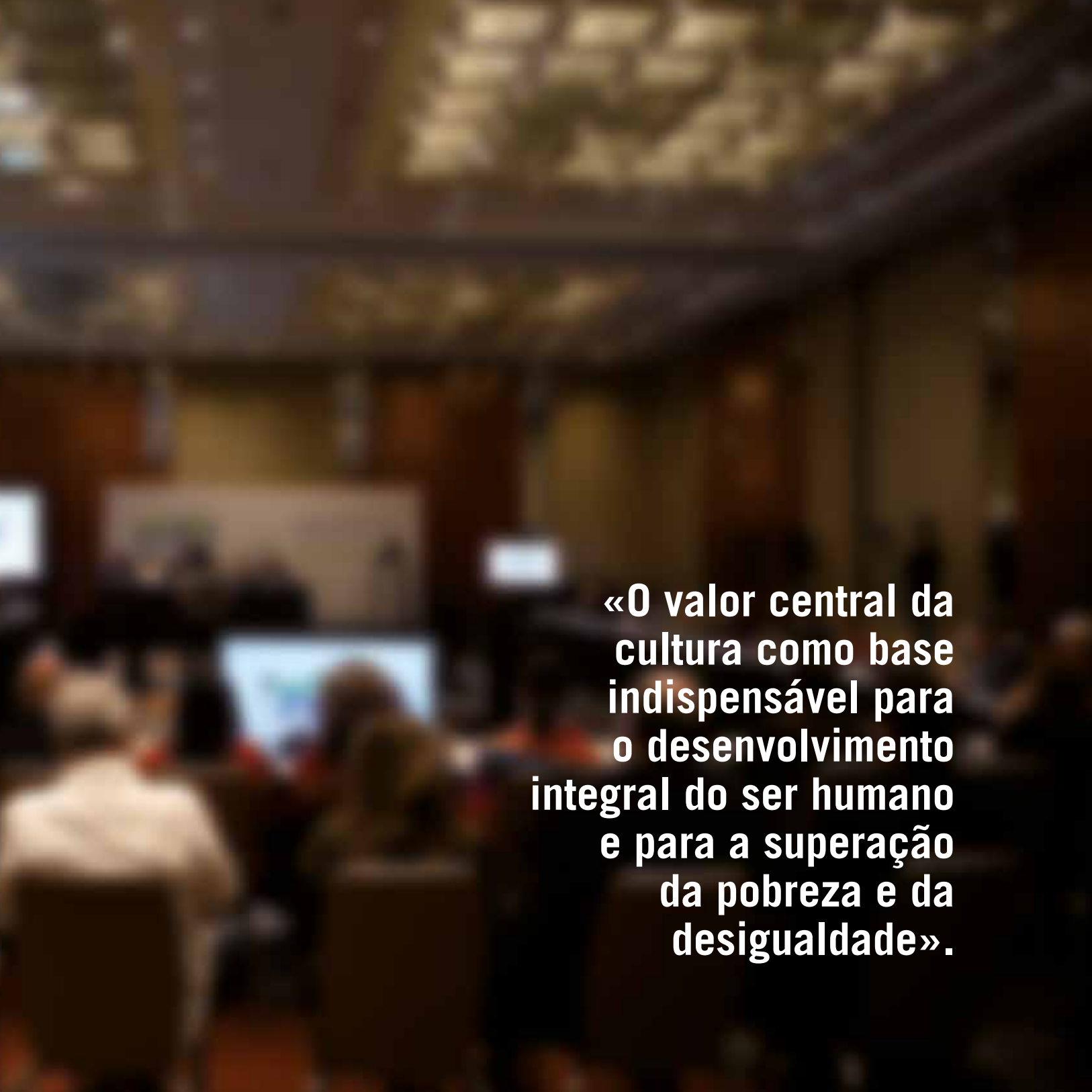
É preciso indicar algumas reflexões sobre a criatividade. Trata-se de um dos núcleos da cultura. A criatividade, da mesma forma que a inovação, não pode ser entendida sem considerar o contexto político e social, já que não depende tanto das capacidades individuais e de que “se acenda a luz”, mas principalmente da existência de um entorno favorável que apoie os processos de criação e inovação. Isso fica claro no espetacular desenvolvimento dos gigantes tecnológicos do Vale do Silício, que não teria sido possível sem o apoio institucional que, além de um significativo investimento público, conseguiu gerar um ecossistema favorável que envolveu administrações, universidades, centros de pesquisa e empresas.

Em terceiro lugar, é crucial definir as prioridades em escala nacional entre as diferentes atuações necessárias para definir a aposta central em relação ao contexto de cada país.

Em quarto lugar, o intercâmbio de experiências em escala regional é fundamental como mecanismo de aprendizagem mútua para os países. Além disso, é conveniente introduzir a perspectiva ibero-americana nos conteúdos das políticas culturais.

Finalmente, é preciso avançar na avaliação das políticas realizadas para corrigir erros e reproduzir êxitos. Para isso, novamente, será essencial a cooperação na região e a disposição de dados e informação sólida e robusta para a análise.

Enfrentar todos esses desafios é a tarefa que a OEI continua assumindo, com o objetivo de contribuir para a transformação social e para a emancipação, cumprindo, desse modo, com o primeiro objetivo da Carta Cultural Ibero-americana:



«O valor central da cultura como base indispensável para o desenvolvimento integral do ser humano e para a superação da pobreza e da desigualdade».



**TRABALHAR
COM TODOS:
ALIANÇAS PARA
O PROGRESSO**

COOPERAÇÃO DA OEI COM OUTROS PARCEIROS INTERNACIONAIS

Desde a sua criação em 1949, a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) procurou fortalecer a sua ação, promovendo colaborações, gerando sinergias e abrindo a sua intervenção a outros setores, com o objetivo de enriquecer o seu trabalho com outros pontos de

vista, sensibilidades ou experiências diferentes nos âmbitos educacional, científico e cultural na Ibero-América.

A OEI é a organização de cooperação política ibero-americana que incorporou o princípio da cooperação Sul-Sul aos seus programas. Atualmente, mais de 90% da



SAR Os Príncipes de Astúrias no Congresso Ibero-americano das línguas na educação e cultura. Salamanca, 2012

sua ação programática e suporte orçamentário procede de e responde aos países americanos. Isto tem valorizado a OEI como uma entidade próxima, útil, como um bem público regional e, conseqüentemente, se apropriaram dela.

Nesse contexto, a OEI comemora os seus 70 anos. Décadas de trabalho a serviço da Ibero-América, em que ficaram evidentes o seu compromisso, continuidade, presença e atividade em cada canto do nosso território. São esses os atributos que a transformaram na entidade de referência em matéria de cooperação educacional, científica e cultural em uma região tão grande quanto diversa.

O novo plano de ação da OEI está adaptado ao atual contexto regional e alinhado com a Agenda 2030. Apresenta como prioridades a educação na primeira infância, as habilidades e competências para o século XXI, a melhoria da governança



Inauguração do IPI por Michelle Bachelet. Chile, 2017



Assinatura do Convênio OEI com a Fundación Alternativas. 2019

educacional, bem como a formação em direitos humanos, valores democráticos e cidadania ibero-americana e a difusão da língua portuguesa em uma comunidade de quase 800 milhões de pessoas que compartilham como línguas oficiais o espanhol e o português.

Por tudo isso, e com o fim de enfrentar os desafios atuais que a Ibero-América enfrenta e o risco de não cumprir as metas reunidas na Agenda 2030 e, especificamente, no ODS 4, a OEI, o organismo decano do espaço ibero-americano, vem promovendo, através da aprendizagem entre países, a implantação da agenda educacional no âmbito regional e a elaboração de planos nacionais e setoriais que usem como referência o estabelecido na Agenda 2030.

De fato, assim aparece expressamente no ODS 17, priorizando a necessidade de “Revitalizar a aliança mundial para o desenvolvimento sustentável” e convidando a todos os atores (governos, setor privado, sociedade civil...) a formar alianças inclusivas em nível global, regional, nacional e local, construídas sobre princípios e valores, uma visão e metas comuns, que coloquem as pessoas e o planeta no centro e em direção a um multilateralismo renovado e inclusivo.

Nesse sentido, a OEI, como demonstração do seu compromisso com a Agenda 2030, vem fortalecendo uma aliança estável com diversas organizações internacionais, como o UNICEF, a UNESCO, a CEPAL e a União Europeia.

Com o objetivo de apoiar os Estados a garantir o direito à educação para todos e todas, eliminar as disparidades e possibilitar o cumprimento da Agenda 2030, o UNICEF e a OEI vêm concentrando os seus esforços e ações conjuntas no fortalecimento das capacidades políticas e técnicas de organismos governamentais e da sociedade civil, na formação de docentes e outros agentes dedicados ao cuidado, à educação e à proteção das crianças e adolescentes e na elaboração e implementação de políticas e intervenções de modelos de educação alternativa e flexível que contribuam para reduzir a evasão e abandono escolar precoce em todos os níveis de ensino.



Assinatura do Convênio OEI com a Agência EFE. 2019

Como mostra do seu compromisso com o OSD 4, desde 2016 e na qualidade de representante regional da América Latina e o Caribe, a OEI integra o Comitê de Direção Global do ODS 4 Educação 2030 da UNESCO, fórum que oferece um espaço privilegiado de influência, diálogo e articu-



Convênio OEI com Servimedia. 2019

lação com o restante dos atores globais em matéria educacional. Mediante a relação com a UNESCO, vem se trabalhando em ações concretas no âmbito da educação de jovens e adultos e da aprendizagem ao longo da vida.

Junto com a CEPAL, são vários os acordos que vêm regulando a relação nos últimos anos. Especificamente, destacam-se

os relativos ao estudo econômico sobre as Metas Educacionais 2021 em cada um dos países e nas suas diferentes metas, a “Contribuição da Carta Cultural para o Desenvolvimento Econômico” e diversas assistências técnicas para a elaboração de “Contas satélites” em vários países.

A OEI vem estreitando os seus laços com a UE durante os últimos anos, tornando-se um dos seus principais parceiros internacionais. Desde 2014, a OEI é uma das poucas organizações que foram credenciadas pela Comissão Europeia para executar projetos de cooperação delegada. Por outro lado, participou-se ativamente em programas regionais, ganhando contratos de serviços e obtendo subvenções financiadas principalmente pela Direção Geral de Cooperação Internacional da Comissão Europeia (DGDEVCO).

A Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)

é também uma parceira fundamental para a OEI na sua ação cooperadora com a Ibero-América. Destacam-se projetos emblemáticos financiados pela AECID, os programas de alfabetização e educação básica de jovens e adultos, bem como programas destinados à melhoria da qualidade, à inclusão e à cobertura educacional em todos os seus níveis, especialmente em educação infantil e ensino fundamental. Igualmente importante foi a ajuda da AECID no setor científico e cultural, através dos programas de mobilidade e divulgação cultural e científica.

Junto com a Fundação Internacional e para Ibero-América de Administração e Políticas Públicas (FIIAPP), foram estabelecidos diversos acordos e colaborações em programas como Eurosocial, com o objetivo de promover a coesão social nas políticas públicas dos países da América Latina.

Além disso, os escritórios nacionais, com o apoio da Secretaria Geral, colaboraram



Assinatura do Convênio com o Unicef. 2019

e colaboram com outros financiadores internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o Banco Mundial (BM). Com este último, desde 2016, se vem desenvolvendo o Programa Regional para o Desenvolvimento da Profissão Docente na América Latina e o Caribe, cujo objetivo principal concentra-se em orientar e apoiar o desenvolvimento de

iniciativas inovadoras no âmbito da formação inicial e continuada de docentes.

Tal como foi apontado, a difusão e o fortalecimento da língua portuguesa no espaço ibero-americano são um eixo de ação fundamental da OEI no seu novo plano de trabalho. Mediante esse programa, a OEI ampliará as possibilidades de cooperação entre os países da região, nos âmbitos educacional e, científico, promovendo ainda o enriquecimento cultural, a diversidade linguística e a multiculturalidade. Desde 2018, a OEI ostenta a categoria de organização observadora da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP). A promoção de experiências de caráter bilíngue nas escolas de fronteira apresenta-se como uma prioridade para a organização. Nesse sentido, foi formalizado um acordo base de colaboração com a Administração Geral da Comunidade de Castela e Leão do Reino de Espanha, através da Secretaria de Educação, para o fomento do bilinguís-

mo e a interculturalidade em centros educacionais de Castela e Leão.

De forma gradual, são vários os novos atores que se integraram e ganharam espaços no debate sobre assuntos internacionais de maior relevância. Embora nem todas as organizações estejam vinculadas à cooperação para o desenvolvimento, é cada vez mais difícil falar de cooperação exclusivamente entre Estados.

As ONGs, o setor privado, as fundações, entre outros, adquiriram um papel mais relevante. Nesse sentido, a OEI veio reforçando a relação com esses atores, em que se destaca o programa firmado com o Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e Caribe (CREFAL), através do qual foram estabelecidas as condições de colaboração em matéria de: coordenação e informação, intervenção territorial e formação de alfabetizadores e educadores. Através da aliança

com a Fundación ONCE, foram desenvolvidas as bases de uma sólida colaboração com o fim de realizar atividades e programas em prol das pessoas com deficiência, nos âmbitos da educação, da ciência, da cultura e o desenvolvimento social, nos países membros das pessoas com deficiência da comunidade ibero-americana.

Durante o presente ano 2019, a OEI fortaleceu a sua cooperação e o seu compromisso com a Agenda 2030, visando en-

frentar os novos desafios atuais mediante respostas multilaterais e multidimensionais. Junto à Rede Latino-americana pela Educação (REDUCA), iniciativa de 13 organizações da sociedade civil na América Latina, serão realizados programas e projetos de cooperação nos âmbitos da educação, da ciência e da cultura, nos países membros da comunidade ibero-americana. O setor privado também é um parceiro fundamental da OEI. Junto com a Fundação Telefónica e com o objetivo de



I Reunião de Coordenação do Congresso Internacional de Língua Portuguesa e Espanhola. Lisboa, 2019

fomentar iniciativas no âmbito da digitalização, vem se implementando programas de desenvolvimento das TIC nas escolas e o fortalecimento das competências para o século XXI.

Por último, deve ser destacada a cooperação entre a OEI e as universidades,

por ser especialmente importante em relação às atividades vinculadas ao Centro de Altos Estudos Universitários da OEI e à certificação de títulos e programas conjuntos. Recentemente, foi criada com a Universidade de Alcalá de Henares a Cátedra Ibero-americana de Educação OEI-UAH, na qual a OEI fornecerá os recursos ne-



Juntos na OEI: CEPAL, SEGIB, OISS, OIJ. Madri, 2019

cessários para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, formação, extensão cultural e desenvolvimento de programas e em coordenação com outras instituições ibero-americanas, tanto na Espanha quanto na Ibero-América. Ao mesmo tempo e com o fim de promover e intensificar os intercâmbios científicos, pedagógicos e técnicos no âmbito da educação, da ciência e da cultura, foram formalizados diversos protocolos de colaboração com universidades ibero-americanas.

São inúmeros os programas nos quais a OEI fortaleceu a cooperação com outras organizações internacionais, fundações, sociedade civil, setor privado e universidades. Cabe destacar o programa Luzes para Aprender, iniciativa de caráter regional, criada em 2011 e premiada em 2017 pelos Prêmios WISE em prol da Educação. Essa iniciativa transformadora, executada em 13 países da região, promove a educação de qualidade e o desenvolvimento comu-

nitário em zonas rurais de difícil acesso da Ibero-América. Luzes para Aprender vem favorecendo a inclusão de populações indígenas, afrodescendentes e populações em situação de vulnerabilidade, bem como a melhoria da qualidade educacional de mais de 55 mil escolas rurais.



Instituto
Iberoamericano
para la Educación
y la Productividad - OEI

Uma das últimas iniciativas da OEI foi a criação e funcionamento do Instituto Ibero-americano para a Educação e a Produtividade (IIEYP). Um instituto que pretende estudar a relação existente entre a educação e a geração do conhecimento e a melhoria da produtividade nos países ibero-americanos, mediante a identificação das melhores práticas em políticas que favoreçam a criação e aplicação do conhecimento e a inovação para estimular o crescimento econômico. Também se encarregará de promover estudos de especialistas e instituições no tema, projetos

específicos de cooperação para a melhorar a produtividade através da educação.

O máximo órgão de direção e administração do IIEyP-OEI será o Conselho Reitor formado pelo Secretário Geral da OEI, Mariano Jabonero, os Copresidentes do CIPYC, Enrique Iglesias e Enrique Garcia,

um Coordenador Geral representado na figura do Dr. Miguel Hakim e a diplomata argentina, Susana Malcorra, a Secretária Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena e a ex-secretária geral da CIPYC, Paulina Beato.



Apresentação do Instituto Ibero-americano para a Educação e para a Produtividade. Madri, 2019

No seu foco de trabalho anual estarão a digitalização, a inovação e o desenvolvimento da tecnologia; a avaliação das políticas públicas orientadas à melhoria da produtividade e da formalização do emprego; bem como a análise do meio e o seu impacto sobre o desenvolvimento do sistema educacional, a segurança e o Estado de Direito.



**OLHANDO PARA
O FUTURO**

Olhando para o futuro, cooperação que a Ibero-América necessita

Alicia Bárcena, Secretária Executiva da CEPAL

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um pacto entre os países no âmbito global que os compromete a enfrentar os grandes obstáculos que temos como seres humanos para alcançar o desenvolvimento. Os temas fundamentais a serem abordados são a pobreza, a fome e as desigualdades. Para conseguir o desenvolvimento sustentável, a agenda propõe trabalhar integralmente as três dimensões do desenvolvimento: social, econômica e ambiental. Isso quer dizer que o social não se restringe ao âmbito do social, mas as outras dimensões também precisam do desenvolvimento social para poder avançar nesse caminho em direção ao desenvolvimento sustentável.

A magnitude dos desafios para abordar essa agenda de desenvolvimento é imensa e a sua consecução exige a elaboração de pactos nos países e de alianças entre países, sob um papel renovado do multilateralismo. A soma de ações nacionais não é suficiente. São necessárias instituições multilaterais para uma maior cooperação global que permita avançar em direção aos objetivos e metas formulados na Agenda 2030. A cooperação multilateral é

essencial e urgente para a região, para a criação de bens públicos globais, para fortalecer a ação e os acordos regionais já existentes. Assim, é fundamental continuar o trabalho que a OEI vem fazendo no acompanhamento e monitoramento dos compromissos que os países ibero-americanos fizeram em relação às Metas Educacionais 2021. A CEPAL apoiou esse processo promovendo a quantificação e consideração de recursos de investimento público necessários para que os países avançassem em direção às metas comprometidas.

Hoje estamos diante de um cenário global de oportunidades, mas também de incertezas. É um momento em que as economias dos países da região requerem transformações profundas e urgentes. Transitar por um caminho de maior igualdade não é só um imperativo ético em uma região com enormes lacunas de desigualdade social que se expressam em diversos âmbitos. É também um requisito indispensável para acelerar o crescimento econômico dos países, a sua produtividade, internalizar e difundir a revolução digital, avançando, ao mesmo tempo, em direção à sustentabilidade ambiental e



A. Bárcena, M. Jabonero. Madri, 2019



Alicia Bárcena. Madri, 2019

fornecer um quadro institucional que permita agir em um mundo em que se unem grandes desequilíbrios com imensas possibilidades. Neste caminho de enfrentar os desafios do mundo globalizado, respondendo também pelas dívidas sociais que a nossa região tem, o trabalho conjunto entre a CEPAL e a OEI se torna novamente importante.

Os diferentes agentes de cooperação avançaram na última década em uma noção de igualdade que não se refere apenas a uma igualdade econômica ou de meios. Refere-se também à igualdade no exercício de direitos e no desenvolvimento de capacidades (entendidas como o conjunto de habilidades, conhecimentos e destrezas que os indivíduos adquirem e que lhes permitem empreender projetos de vida que considerem valiosos), ao reconhecimento recíproco dos atores e à igualdade de gênero, étnica e racial, entre outros aspectos. Nesse sentido, ao considerar a igualdade como horizonte estratégico e objetivo central do desenvolvimento e reconhecer que a desigualdade e a exclusão social enfraquecem o tecido social e a democracia, os países da região devem empreender o caminho em direção a uma mudança estrutural progressiva, em conjunto com políticas e instituições que permitam fortalecer o papel do Estado para redistribuir, regular e fiscalizar. Para isso, é necessário também promover, através do diálogo e a participação cidadã, pactos para a igualdade que permitam construir acordos e consensos em áreas essenciais do desenvolvimento e avançar em direção a uma cultura da igualdade que deixe para trás a cultura do privilégio e da injustiça social.

Nos últimos anos, houve uma estagnação na tendência de redução da pobreza média nos países da região que, somada às dinâmicas emergentes associadas à revolução tecnológica e às mudanças demográficas, bem como à maior ocorrência de desastres, entre outros fatores, elevam os níveis de incertezas e ameaçam os processos de desenvolvimento sustentável para essa região do mundo. É crucial, portanto, promover o desenvolvimento de políticas universais sensíveis às diferenças nos âmbitos sociais e profissionais para, assim, contribuir para a inclusão de todas as pessoas, o bem-estar e o desenvolvimento sustentável, sem deixar ninguém para trás, lema da Agenda 2030 (CEPAL, 2019).

Como indicava anteriormente, a OEI e a CEPAL, e outras organizações de cooperação da região, trabalhamos juntas para cumprir o mandato da cúpula de presidentes que estabeleceriam Metas Educacionais para cumprir até 2021, e devem reforçar o trabalho em conjunto ante o desafio das Metas 2030. Nunca no mundo como um todo se colocou metas tão ambiciosas como os ODS e nunca tinha sido tão clara a necessidade de todas as organizações de cooperação trabalharem coesamente para atingir esses objetivos.

Para avançar seriamente na erradicação da pobreza, devemos propor um modelo de desenvolvimento social inclusivo, que implica enfrentar as expressões não monetárias da pobreza, principalmente, aquelas que condicionam as possibilidades das pessoas para interromper o círculo de reprodução da pobreza e promover a mobilidade social. Nesse sentido, é necessária uma atenção especial ao desenvolvimento das capacidades humanas. Estas são entendidas como o conjunto de habilidades, conhecimentos e destrezas que as pessoas adquirem ao longo das suas vidas e que lhes permitem empreender projetos de vida que consideram valiosos, incluindo o que se refere à educação, à saúde e à nutrição e ao acesso a serviços básicos.

A EDUCAÇÃO COMO PEÇA FUNDAMENTAL PARA O CRESCIMENTO, A IGUALDADE E A PARTICIPAÇÃO.

A educação é uma peça fundamental para conciliar o crescimento, a igualdade e a participação na sociedade. Tal como proposto na Agenda de Desenvolvimento Sustentável, os países precisam avançar na cobertura e no acesso a uma educação de qualidade. Esse é um eixo fundamental para a inclusão social e também uma peça crucial para a inclusão

profissional e o aumento da produtividade em nível individual e coletivo. Os progressos nesse âmbito promoverão, ao mesmo tempo, a redução da pobreza, o progresso em indicadores de saúde, as oportunidades de mobilidade social ascendente e a ampliação da possibilidade de exercício da cidadania. Mais anos de educação melhoram as oportunidades profissionais e empoderam a população para uma participação mais plena em sociedades democráticas. Nesse sentido, a OEI é um parceiro natural. Com mais de 70 anos de presença na nossa região e tendo participado em todos os países com programas educacionais diversos, é um ator imprescindível na cooperação internacional.

A educação adquiriu particular relevância nos últimos anos, em parte como um dos eixos fundamentais do paradigma da igualdade, pela importância que têm a redução das disparidades e a garantia do pleno direito à educação no caminho para o desenvolvimento com igualdade. E de uma perspectiva geral, dado o lugar central que a educação ocupa no processo de mudança estrutural. A reflexão e o debate concentraram-se tanto no âmbito de construção de capacidades transversais como na atenção às novas demandas trazidas com a mudança tecnológica acelerada em nível global. A estreita vinculação en-

tre a educação e as oportunidades presentes e futuras das pessoas para terem acesso e melhorarem as suas condições sociais, econômicas, profissionais e culturais torna essa dimensão um dos principais nós críticos para reduzir as desigualdades e avançar no desenvolvimento social inclusivo.

Em uma sociedade cada vez mais globalizada e desafiada pelas mudanças tecnológicas exponenciais, as competências necessárias para a inclusão social, profissional e produtiva são maiores. Apesar dos progressos importantes na região nos últimos 15 anos em matéria educacional, particularmente, nos níveis de acesso ao ensino fundamental e médio, o panorama educativo reflete em muitos aspectos o modo em que a desigualdade tende a reproduzir-se. Os sistemas educacionais da região foram sendo massificados, mas se estruturam de forma segmentada.

A INEFICIÊNCIA DA DESIGUALDADE: OS CUSTOS DAS DISPARIDADES NA EDUCAÇÃO

A evidência de estudos internacional mostrou que um dos canais mais claros que vinculam de forma negativa a desigualdade com o crescimento dos países é a educação. A existência de disparidades no acesso e na qualidade dos níveis educacionais da

população constituem uma barreira para a difusão de capacidades. A insuficiente acumulação de capacidades entre a população ativa é uma restrição importante porque tem consequências sobre a produtividade. Ao analisar as taxas de retorno por anos de educação nos países da América Latina, é possível ver que os maiores saltos em termos de renda gerado no mercado de trabalho ocorrem, em primeiro lugar, ao concluir o ensino médio e, em maior medida, ao ter acesso a educação de nível superior. Ao realizar um exercício de simulação dos resultados sobre a renda dos lares que seriam gerados por níveis de conclusão universais de ensino médio, é possível ver que, nos países de menor cobertura educacional, a renda poderia aumentar quase 25% (ver Gráfico 1). As análises também demonstram que o retorno dos anos de educação para a população variam de acordo com alguns eixos de desigualdade social: em desvantagem para as mulheres em relação aos homens, dos trabalhadores informais em relação aos formais, dos povos indígenas em relação aos não indígenas e dos afrodescendentes em relação aos não afrodescendentes.

Apesar dos avanços, persistem desafios importantes em matéria de acesso à edu-



Escola da Guatemala. 2015



Novas tecnologias na escola

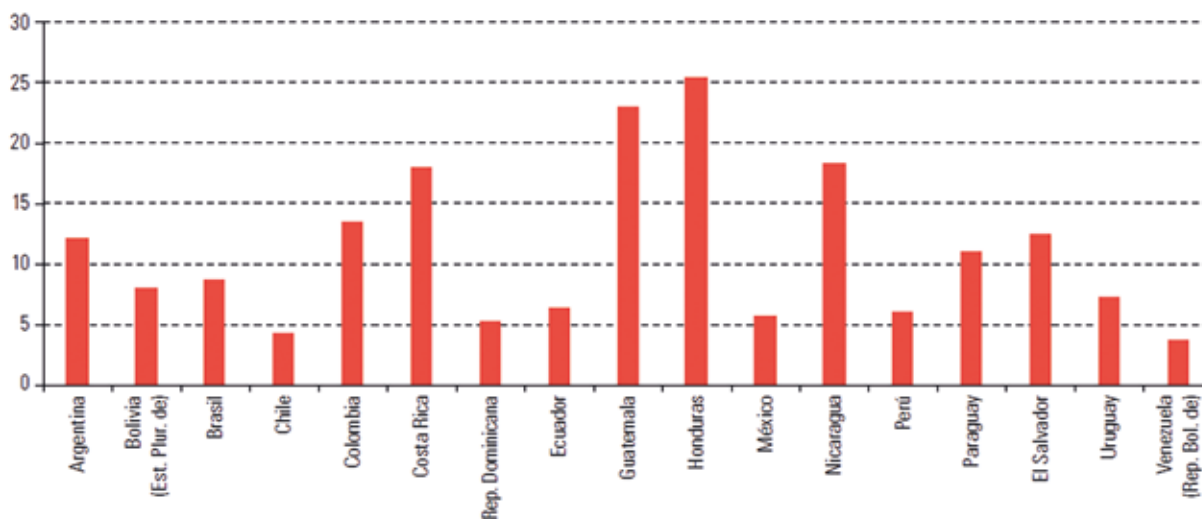
GRÁFICO 1.

AMÉRICA LATINA (17 PAÍSES): AUMENTO DA RENDA

DOS LARES SE A POPULAÇÃO CONCLUÍSSE

O PRIMEIRO CICLO DO ENSINO MÉDIO, 2016

EM PORCENTAGENS



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2018), sobre a base de tabulações das pesquisas de lares dos respectivos países.

cação na região. Cerca de 40% dos jovens de 20 a 24 anos não terminam o ensino médio - com importantes disparidades por nível socioeconômico (ver Gráfico 2) - e a educação superior ainda está reservada para uma elite (aproximadamente 10% dos jovens de 25 a 29 anos concluem este nível de educação) (CEPAL, 2019, CEPAL, 2016b; Truco e Ullmann, 2015). Em muitos países da região, o problema central não se limita à exclusão do sistema educacional ou à baixa cobertura, mas ocorre a partir de uma segmentação socioeducacional em um sistema educacional em que os grupos vulneráveis têm menos oportunidades de permanecer no sistema educacional e de atingirem um nível adequado de aprendizagem e resultados de aprendizagem, e onde existe uma oferta homogênea ante necessidades heterogêneas e específicas não atendidas pelo sistema educacional. Nessa região do mundo, a oferta educacional é heterogênea e ainda há regiões e países em que é necessário duplicar esforços de cobertura e de acesso a níveis de ensino fundamental e médio. De uma perspectiva intergeracional, o investimento nos primeiros anos também é crucial para a redução da desigualdade e cumpre um papel fundamental na prestação de cuidados bási-

cos para as crianças, especialmente em famílias de contextos socioeconômicos vulneráveis. É necessário reduzir a disparidade de acesso e conclusão dos estudos nos países com maior segmentação urbano-rural e étnico-racial, onde a combinação de disparidades aumenta as desigualdades socioeconômicas e de gênero. A conclusão do nível é considerada como o patamar mínimo para garantir um futuro livre de pobreza e está longe de ser universal. As razões de abandono escolar precoce são diferentes em função de cada realidade. Por isso, as estratégias de política pública devem considerar esses matizes.

Além das perdas de produtividade associadas a não ter atingido determinados níveis educacionais que podem ser considerados mínimos, subsistem importantes problemas relacionados à qualidade da educação, aspecto fundamental para o desenvolvimento de capacidades. Não é apenas questão de quantos anos de escolaridade, mas do que e de como se aprende durante o caminho. Apesar dos avanços alcançados nas avaliações internacionais das últimas décadas em exames padronizados, os resultados para a região mostram que a porcentagem de estudantes que estão em

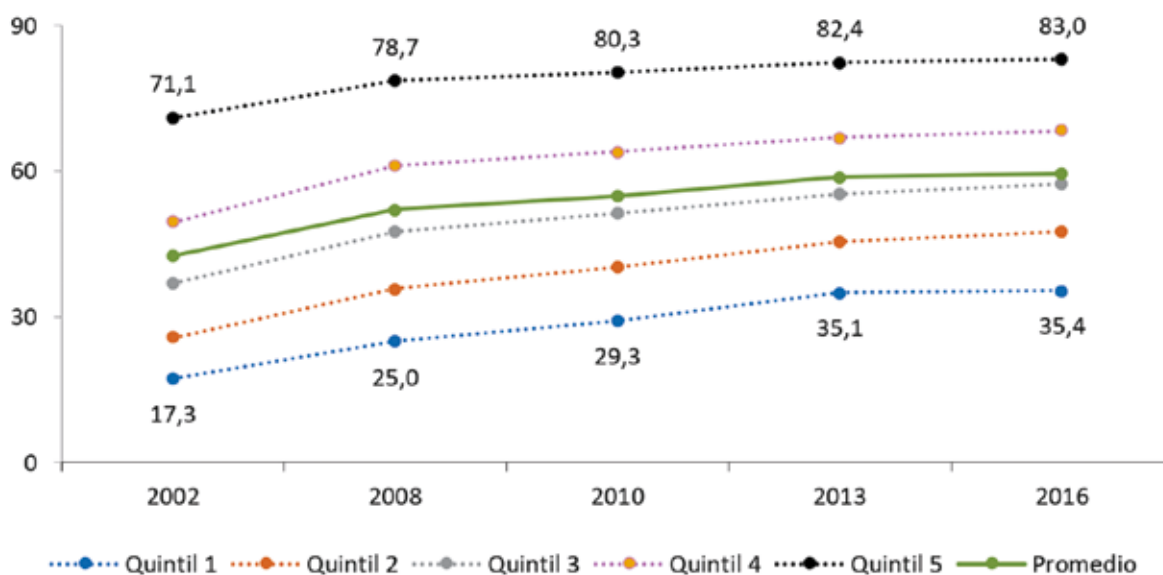
GRÁFICO 2.

AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES a): JOVENS DE 20 A 24 ANOS

QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO,

SEGUNDO QUINTIS DE RENDA, 2002-2016

EM PORCENTAGENS



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), sobre a base do Banco de Dados de Pesquisa de Lares (BADEHOG). Panorama Social de América Latina, 2018 (LC/PUB.2019/3-P), Santiago, 2018. CEPAL.

Média simples.

níveis precários de desempenho em todas as disciplinas avaliadas pelo Programa para a Avaliação Internacional de Alunos (PISA) em 2015 é muito alta. Por exemplo, a porcentagem de jovens de 15 anos abaixo do nível 2 (o mínimo definido como adequado) atinge 62,2% em matemática, quase três vezes superior à média da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE), enquanto em leitura está em 45,4%, e em ciências supera os 50%. As disparidades também se intensificam segundo as diferenças de gênero e etnias (UNESCO, 2016 e 2017) (CEPAL, 2018) (ver Gráfico 3).

ÁREAS A FORTALECER COM A COOPERAÇÃO

O multilateralismo e a cooperação para o fortalecimento das oportunidades educacionais da população da região são essenciais para a transição a sociedades inclusivas e ao desenvolvimento sustentável. Nesse âmbito, combinam-se desafios antigos associados às lacunas de desigualdade no acesso e na cobertura da oferta educacional formal, com desafios novos, dado o contexto de mudanças globais e a revolução tecnológica que enfrenta. As áreas fundamentais para avançar são as seguintes:

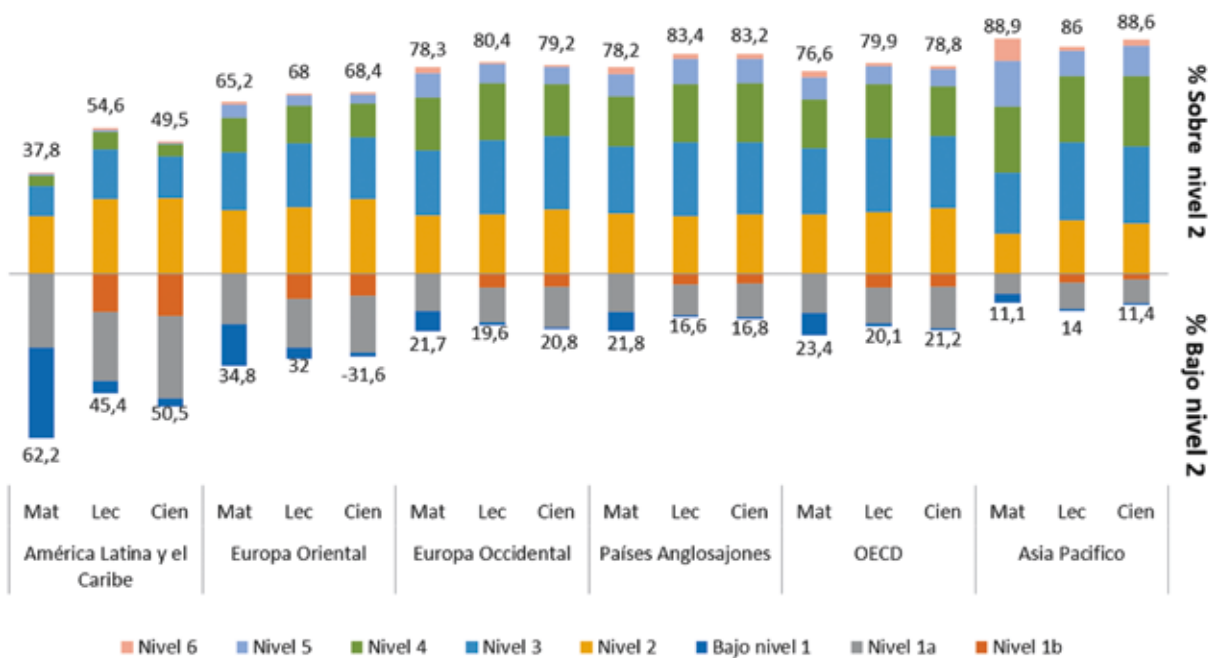


Reunião do Conselho Assessor da OEI. Bogotá, 2019

GRÁFICO 3.

PORCENTAGEM MÉDIA DE ESTUDANTES EM CADA NÍVEL DE DESEMPENHO

NO PISA POR REGIÃO. MATEMÁTICA, LEITURA E CIÊNCIAS, 2015



Fonte: CEPAL sobre a base do exame PISA 2015. A ineficiência da Desigualdade. Trigésimo Sétimo Período de Sessões da CEPAL, 2018.

1. Desenvolvimento da primeira infância e educação: como reduzir a desigualdade desde o início

Do ponto de vista do desenvolvimento humano, a infância, particularmente a primeira infância, é uma etapa de especial relevância, é o período em que são instituídas as bases para o futuro desenvolvimento das pessoas. É uma etapa em que convergem dimensões de risco em áreas tão sensíveis para o desenvolvimento como a saúde e a nutrição, a estimulação precoce e a educação, bem como a possibilidade de crescer e se desenvolver em ambientes familiares e comunitários seguros e de apoio. Por outro lado, a vulneração de direitos nessa etapa pode ter efeitos profundos e duradouros para o bem-estar e para as futuras possibilidades de desenvolvimento das pessoas (CEPAL, 2016). A partir de uma perspectiva de ciclo de vida, investir na formação de capacidades e proteção nos primeiros anos de vida é fundamental para o desenvolvimento e a redução de desigualdades intergeracionais.

O cuidado institucional com financiamento público para crianças menores de seis anos facilita também a integração da mulher no mercado de trabalho, aumentando os recursos do lar e a autonomia da

mulher. Isso, para o grupo juvenil, é uma oportunidade para as mães jovens, que assim podem ter mais tempo disponível para continuar os seus estudos e não interromper o seu ciclo formativo.

2. Garantir ensino fundamental e médio gratuito, equitativo e de qualidade

Sendo o acesso à educação fundamental bastante generalizado, a sua expansão estagnou-se na última década. Por isso, o fomento da incorporação dos grupos mais excluídos (extremamente pobres, habitantes de zonas rurais, povos indígenas e pessoas de origem afrodescendente) exige investimentos significativos que, além de aumentar a oferta educacional, devem ser orientados a garantir as condições que fomentem o acesso efetivo a esses serviços, o que frequentemente requer intervenções multissetoriais.

O acesso e a progressão oportuna para e dentro do nível de ensino médio é bastante menor que no ensino fundamental e a situação entre países é mais heterogênea, com uma importante segmentação social nos resultados educacionais. Quem não conclui essa etapa crucial da educação tende a experimentar múltiplas formas de exclusão.

Complementar os desafios de progressão e conclusão do ensino fundamental é continuar avançando na conclusão do ensino médio, considerado como o patamar mínimo para garantir um futuro fora da condição de pobreza.

O crescimento sustentável requer novas gerações com destrezas básicas que

permitam, ao longo da vida produtiva, continuar trajetórias de aprendizagem continuada e adaptação permanente a um mundo produtivo em constante transformação. Sem destrezas básicas consolidadas, é muito mais difícil poder dar este salto, adquirir essas competências e habilidades mais tarde na vida é mais difícil e mais caro.



Luzes para Aprender: promover a igualdade com a tecnologia nas zonas rurais

Dada a diversidade sociocultural da região da América Latina e do Caribe, é importante avançar na compreensão da qualidade educacional de modo mais amplo, que inclui, mas não se esgota nos resultados acadêmicos em matérias específicas como leitura e matemática. É preciso repensar a qualidade e os resultados, considerando os contextos específicos, incorporando à valorização das aprendizagens a diversidade étnica e sociocultural, e os requisitos de formação cidadã mais gerais.

3. Educação e formação técnico-profissional: facilitando os processos de transição educação/trabalho

Fortalecer esse âmbito do ensino é de vital importância na região, não só porque permite transições bem sucedidas da educação à esfera do trabalho, mas também porque em muitos países compreende uma importante proporção dos estudantes do ensino médio e superior. É uma área que foi muito abandonada nas políticas

educacionais regionais das últimas décadas, mas atualmente está se revitalizando no seu debate público.

Devido ao contexto global atual e as demandas dos mercados de trabalho, esse tipo de formação requer garantir a formação de competências amplas e uma formação sólida nas áreas de linguagem e matemática, bem como no âmbito digital, principalmente no nível médio. Os cursos muito específicos podem estar sujeitos a uma obsolescência muito rápida, pela velocidade atual das inovações tecnológicas. Por isso, a relevância de contar com itinerários formativos para cada perfil profissional, que vincule também a educação técnica formal com os cursos ou capacitação não formal para o trabalho. Dessa forma, é possível consolidar um espaço para atualizações tecnológicas para enfrentar tantas transformações que estão ocorrendo na atualidade e tornar realidade o conceito de educação ao lon-

go da vida (permitindo entradas e saídas ao sistema de forma certificada) (Trucco e Ullmann eds., 2015).

A educação técnica profissional precisa estar cada vez mais articulada com as políticas públicas que apoiam a inovação, a inclusão produtiva e o estímulo ao empreendedorismo e cooperativismo. Em geral, o sistema de oferta educacional na área técnica na região não consegue articular-se de forma efetiva com os setores produtivos. Isso não favorece a formação nos lugares de trabalho dos estudantes nem a participação sistemática de potenciais empregadores no desenvolvimento curricular dos programas formativos dessa educação. Essa falha permanente na região requer uma abordagem que ultrapasse as fronteiras dos Ministérios de Educação dos países e que seja coordenada nas instâncias superiores dos governos, de forma que incentive a participação de outros setores (CEPAL, 2017). Espera-se que a educação técnica profissional contribua para a igualdade de oportunidades em diversos âmbitos, entregando alternativas atraentes e pertinentes de aprendizagem, principalmente para grupos desfavorecidos. Para isso, essa educação precisa ser



Aluna em uma escola rural. Peru, 2015

prevista com padrões de qualidade e sem distorções de gênero que limitem o acesso e a participação das mulheres em esferas ocupacionais específicas.

4. Revolução tecnológica e as competências necessárias para os desafios profissionais

A quarta revolução tecnológica, promovida em parte pelo uso massivo da Internet e das tecnologias de informação, avança também em novas tecnologias como a inteligência artificial, a impressão em 3D, a robótica, a automatização de veículos, entre outras. Essas novas tecnologias estão modificando as relações,

os processos, a forma em que produzimos e consumimos, o que gerará efeitos em distintos âmbitos do desenvolvimento social, incluindo a educação.

Em uma das regiões com maiores níveis de desigualdade no mundo, é necessário abordar o impacto social das novas tecnologias tendo clara consciência dos determinantes sociais e os possíveis impactos positivos, mas também os negativos e as disparidades que possam ser abertas ou acrescentadas. As novas tecnologias implicam o aumento da quantidade e disponibilidade de informação, o que inevitavelmente desafia e modifica



Café da manhã informativo CEPAL, OIJ e OEI. Madri, 2019

as formas de aprender e as habilidades que se deve ir formando: as habilidades cognitivas que permitam processar e compreender a crescente quantidade de informação disponível graças às tecnologias, às habilidades curriculares associadas à escola e ao processo de aprendizagem da tecnologia nesse espaço, e as habilidades digitais relacionadas diretamente com os benefícios que podem ser obtidos do mundo digital. Estas requerem atenção especial atualmente, em que é necessário ampliar as habilidades tradicionais (leitura, escrita e matemática) a esta nova série de habilidades no mundo digital.

Somado ao crescente uso das novas tecnologias na vida cotidiana, a sua introdução no âmbito produtivo gera incertezas e preocupações sobre o que ocorrerá no mercado de trabalho e com as futuras oportunidades de empregabilidade. Para que os jovens e adultos consigam as competências necessárias para ter acesso a empregos, trabalho decente ou gerar empreendimentos próprios, como estabelece a meta 4.4 dos ODS, torna-se necessário um avanço no desenvolvimento das habilidades e competências para o mundo digital na escola.



IX Reunião do Conselho Reitor. Madri, 2019



Apresentação do Programa Educação Superior da
OEI. 2018

UM FUTURO MELHOR PARA TODOS

O objetivo 17 dos ODS convida a todos, sociedade civil, governos, organizações internacionais e setor privado, a convergirem em um trabalho em comum. Os desafios são enormes, especialmente se quisermos que ninguém fique para trás em um mundo que se desenvolva de forma sustentável, ampliando os direitos de todos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal para todos os habitantes.

No passado, já encaramos desafios junto com a OEI, esta é uma nova época, com novos desafios, mas com o mesmo compromisso pelo acesso à educação de qualidade como uma das ferramentas de luta contra a pobreza e a desigualdade.

As organizações multilaterais têm a oportunidade de se unirem para que o seu trabalho possa ser refletido na melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade, sem deixar ninguém para trás.



Alunos universitários. Paraguai

O futuro da cooperação

Emilio Lamo de Espinosa Presidente do Real Instituto Elcano

Nestes últimos anos, temos comemorado os 70 anos de existência de algumas instituições fundamentais na nossa evolução social, como as Nações Unidas (1945), UNESCO (1945), a *Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)*, a *Commonwealth (1949)*, o Conselho da Europa (1949) ou a Convenção de Genebra (1949). Um observador interessado na geopolítica poderia ter a nítida impressão de que, ao mesmo tempo que nascia a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, surgia também uma série de instituições essenciais que deram forma, em geral para bem, ao mundo que vivemos atualmente.

Realmente, nestas três ou quatro últimas décadas, a riqueza do mundo foi multiplicada por sete, mas ocorreu muito mais rápido e mais fortemente nos países mais pobres do que nos mais ricos. Ao mesmo tempo que também crescia exponencialmente a população mundial, reconfiguravam-se os conceitos de centros e periferias (com o desacoplamento da economia mundial dos Estados Unidos e o surgimento de novas

potências) e emergia, por todos os lados, uma poderosa e transformadora classe média urbana.

O mundo da Guerra Fria conduziu às vertiginosas décadas que vivemos e observamos com assombro, quando não perplexidade e incerteza. A nossa época de globalização foi batizada como “fim da história” e “mundo pós-europeu”, orientado cada vez mais para a Ásia e o Pacífico, era de “perplexidade” e de “incertezas”, um mundo *mais multipolar e cada vez menos multilateral*. Um mundo confuso e apaixonante onde, como dizia Ortega, “não sabemos o que acontece conosco e isso é o que acontece”. Mas um mundo também onde se debate sobre questões identitárias, e por isso a tensão cultural se manifesta dia a dia na batalha entre o «*melting pot*» ou a assimilação, a *mestiçagem*, e finalmente o *multiculturalismo*. Tudo isso submetido às onipresentes tecnologias da informação, a fluxos humanos e culturais em constante movimento, e a silenciosas batalhas que se produzem diariamente no campo da cultura, sem grandes manchetes nem programas especiais de televisão.



Emilio Lamo de Espinosa Presidente do Real Instituto Elcano

Assim, o futuro imediato desafia-nos com perguntas de todo o gênero, que requerem respostas ibero-americanas, e não só para o mundo ibero-americano, mas também para o conjunto do planeta que deve contar conosco.

EXCLUSÃO E INCLUSÃO NA SEGUNDA REVOLUÇÃO ECONÔMICA MUNDIAL

O primeiro grande desafio é constituído da velocidade imposta às mudanças sociais e culturais por essa “segunda revolução eco-

nômica mundial” em que estamos imersos. Diferentemente da primeira grande revolução industrial do final do século XVIII, que se restringiu ao mundo norte-atlântico.

Os novos modelos de crescimento econômico favorecem o trânsito rural-urbano a uma velocidade nunca vista antes, enquanto a aceleração do comércio internacional produz efeitos de mudança nas economias locais em ciclos temporários cada vez menores. A isso é preciso acrescentar um fator



Seminário sobre Competências para o século XXI na Ibero-América. Lisboa, 2018

central: as novas (ou não tão novas) tecnologias da informação que aceleram o já imparável processo de mundialização econômica, política ou cultural.

O fundador do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab, colocou a tônica nessas novas tecnologias para falar precisamente de uma *quarta* revolução industrial (após a do carvão, da eletricidade e da eletrônica): a mudança de escala e impacto compreendida nas redes globais, na conectividade univer-

sal, nas grandes massas de dados gerados constantemente e na inteligência artificial, transformando todas as indústrias, em todos os lugares, todo o tempo (K. Schwab, 2015).

A América Latina vem há décadas lutando para não perder a oportunidade da terceira revolução industrial quando, repentinamente, o futuro nos alcança e nos faz presente, de modo que temos um novo desafio. Se, até agora, o desafio consistia essencialmente em lutar contra a “desi-



Congresso Ibero-americano de Educação Permanente e Técnico Profissional. Asunción, 2011



**Congresso Internacional da Língua Espanhola.
Córdoba, Argentina, 2019**

gualdade digital” que separava os conectados dos desconectados, atualmente a necessidade de promover o acesso de todos às redes é uma evidência da *condição contemporânea da inclusão e da exclusão*, dos efeitos de estar ou não estar nas redes como sinônimo, inclusive, de estar ou não estar no mundo, de ser ou não ser.

Fazer a transição às redes de alta velocidade e à *Internet das coisas* é uma condição indispensável para não desconectar

a região das dinâmicas globais, ou seja, para competir e para manter a inclusão de todos os cidadãos nas suas possibilidades de crescimento, mas principalmente para garantir que seja também a imaginação e a criatividade dos ibero-americanos as que deem forma aos serviços que se apresentem sobre elas no futuro. Ao mesmo tempo, a ciência ibero-americana deve poder trabalhar (com as nossas línguas e a partir dos nossos marcos culturais) com as grandes massas de dados (*o big data*) que estão revolucionando o conhecimento, da medicina à economia, das políticas públicas à aprendizagem.

Em uma região onde continuamos nos esforçando para melhorar a qualidade das nossas democracias (apesar das contínuas ameaças que pairam sobre elas), a revolução da conectividade e dos dados também deve poder significar uma melhoria na transparência, na proteção dos direitos dos cidadãos e na eficiência, tanto do setor privado quanto dos Estados, na prestação de serviços à cidadania. Em suma, devemos garantir que o gigantesco salto tecnológico da inteligência artificial não deixe os países ibero-americanos entre os excluídos do novo ecossistema digital.

Muitas das reflexões sobre as dificuldades compreendidas no desafio da inteligência artificial insistem na necessidade da cooperação multilateral para abordá-la. Não parece necessário indicar que o desafio tem exatamente o tamanho daqueles objetivos que devem ser alcançados mediante a cooperação, como tantos outros que a mundialização nos colocou ante as limitações inquestionáveis que os nossos velhos Estados-nação têm para encará-los.

UM LUGAR NO MUNDO PARA A CULTURA IBERO-AMERICANA

A segunda resposta ibero-americana a essas novas perguntas globais é a que melhor nos define como comunidade, a que concretizamos em 2006, através da Carta Cultural Ibero-americana, que consagra o valor central da cultura ibero-americana, a partir da sua deslumbrante diversidade, na promoção dos direitos humanos e no cumprimento das metas da Agenda 2030. Há alguns anos, comemoramos a assinatura do protocolo de colaboração entre a SEGIB e a OEI para a cooperação entre as duas instituições no Espaço Cultural Ibero-americano, e hoje essa mesma transversalidade é o que pedimos à cultura como espaço de cooperação ampliada à Agenda Digital Cultural,



A importância da mobilidade acadêmica internacional. Brasil, 2018

incumbida as duas instituições pela Cúpula de Veracruz de 2014.

Parte desse desafio continua estando na redução das barreiras que fazem com que os conteúdos culturais ibero-americanos sejam, às vezes, mais acessíveis de fora da região que nos nossos próprios países. A coesão cultural da região não pode assentar-se apenas nas raízes (históricas, patrimoniais) da herança comum, mas na que pretendemos deixar às gerações que nos sucederão,

e para isso, a comunidade ibero-americana deve continuar potencializando os instrumentos de cooperação para a produção de conteúdos e serviços culturais, eliminando as barreiras à circulação regional da cultura e cuidando das ações públicas, privadas e mistas que já estão mostrando os caminhos de sucesso nesse campo. O desafio não é só proteger o patrimônio cultural que temos em comum, mas compartilhar a criação cultural contemporânea, que seja algum dia o patrimônio sobre o qual a comunidade ibero-americana se sustente. Como em tantas outras coisas, não se trata de cuidar do passado, isso também, mas de construir o futuro, olhar para frente e não para trás, para resolver os problemas dos nossos filhos e netos, deixando para trás as querelas dos nossos pais e avós.

Os avanços desses anos prometem: a Biblioteca do Patrimônio Ibero-americano (BDPI), o relançamento da televisão ibero-americana (IBE.tv), a potencialização das ferramentas digitais dos programas pré-existentes de cooperação cultural. Mas muitas dessas iniciativas, sendo bem-vindas e necessárias, não são mais do que réplicas de outras abordadas por outros países e outras áreas culturais há anos, quando não déca-

das. Não há tempo para mais atrasos na promoção e consolidação do espaço cultural ibero-americano nas políticas públicas, nas redes interinstitucionais, na colaboração com a rede privada, na formação e nas indústrias criativas e culturais.

A GEOPOLÍTICA DO SUPERMERCADO MUNDIAL DAS LÍNGUAS

O próprio conceito de Espaço Cultural Ibero-americano tem algo de redundante: o espaço ibero-americano (em primeiro lugar e acima de tudo) é um espaço pela cultura, pela identidade, por estar enraizado em um amplo passado comum. Mas os aniversários são momentos para se perguntar pelo futuro e, para a cultura, o futuro é essa “era de incertezas” que as redes e a circulação mundial de conteúdos e serviços trouxeram à tensão clássica entre a assimilação cultural em uma cultura global e a defesa da riqueza e da diversidade das culturas locais.

A nossa tem dois nervos centrais em forma de duas línguas globais (e muitas outras menores, que devem ser preservadas e promovidas), presentes nos cinco continentes e entre as quatro mais faladas do mundo, cuja cooperação está ainda por ser escrita. O mundo é atualmente um imenso supermer-

cado de línguas, mais de 6.900, garantem os linguistas, muitas delas em vias de extinção por falta de falantes. Línguas vivas em todo o sentido da palavra, que crescem ou diminuem, se sobrepõem ou substituem, triunfam ou, pelo contrário, se apagam.

O espanhol está há duas décadas construindo uma nova identidade mais decididamente policêntrica e horizontal, americanizando-se, se me permitem a expressão. O português, por outro lado, já percorreu

um caminho mais profundo, vinculando a história mestiça dos povos que o falam em todo o mundo com um instrumento multilateral de cooperação, a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, que funciona efetivamente como um cenário de cooperação multilateral em todos os níveis.

O surgimento, no plano de ação da OEI para 2019-2020, do novo Programa Ibero-americano de Difusão da Língua Portuguesa parece apontar na direção certa,



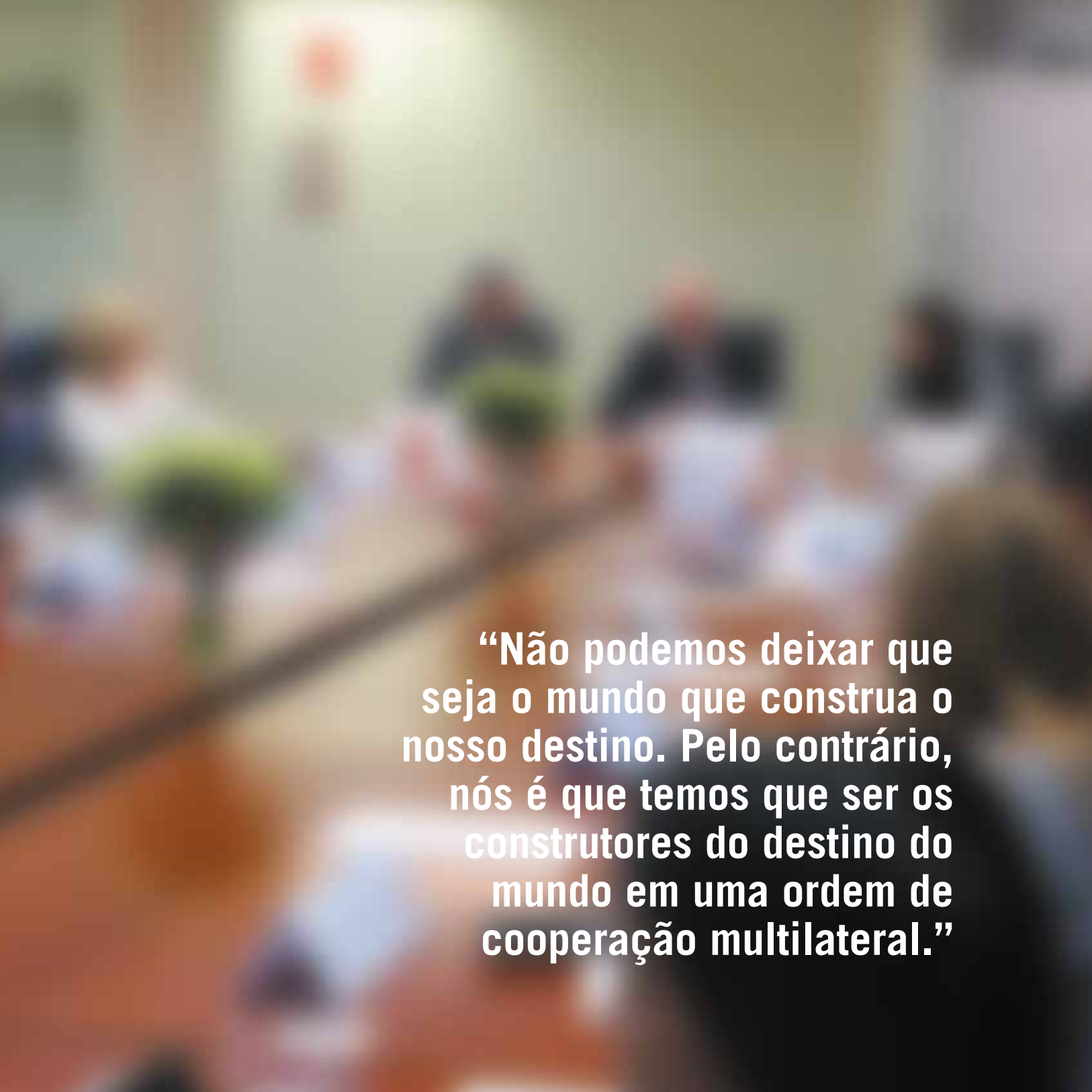
Evento OEI Bolívia

principalmente se servir como iniciativa para potencializar, bidirecionalmente, o português e o espanhol em todos os territórios onde estão presentes e nos quais uma ação combinada reforçaria a sua presença social, o seu uso como línguas de conhecimento e de ciência, a sua oferta educativa e o seu reconhecimento como línguas oficiais em instituições internacionais.

São objetivos alcançáveis a partir da cooperação, acessíveis economicamente não tanto pelos países quanto por redes que compreendam a imediatez dos desafios e a necessidade de colaboração multilateral, porque as transformações deste mundo permanentemente novo, incerto e interconectado ocorrem em todos os campos, em todos os âmbitos, todo o tempo. O multilateralismo nunca foi tão necessário.

Um último comentário. A América Latina tem estado muito ausente na história global. Não participou das duas grandes guerras, foi apenas sujeito passivo da Guerra Fria, e a sua presença internacional é escassa, apesar de representar 7% da população mundial (como a Europa) e outro tanto do PIB global. Se examinarmos o Índice Elcano de Presença Global, veremos que a Améri-

ca Latina é a região com menos presença externa, à frente apenas da África subsaariana. Nem está, nem se espera que esteja. É verdade que o eixo vertebral do mundo durante as últimas décadas foi a aliança norte-atlântica, a aliança Europa-Estados Unidos, na qual estávamos ausentes. A situação está mudando, pois esse eixo se enfraquece dia a dia. E a América Latina é, como tentei demonstrar em outro lugar (*¿Es América Latina parte de Occidente?, Pensamiento Iberoamericano, SEGIB, 01-2018, pp.11-28*), parte essencial da civilização ocidental, cuja evolução deve e pode contribuir. Não podemos deixar que seja o mundo que construa o nosso destino. Pelo contrário, temos que ser nós mesmos os construtores do destino do mundo em uma ordem de cooperação multilateral. Não devemos deixar passar a oportunidade que a atual desordem internacional nos oferece.



“Não podemos deixar que seja o mundo que construa o nosso destino. Pelo contrário, nós é que temos que ser os construtores do destino do mundo em uma ordem de cooperação multilateral.”



A OEI EM IMAGENS



Inauguração do Seminário de Alfabetização. Madri, 1964



Conselho Diretivo, 1966

Conselho Diretivo. 1966. Secretário Geral da OEI: Barón Castro



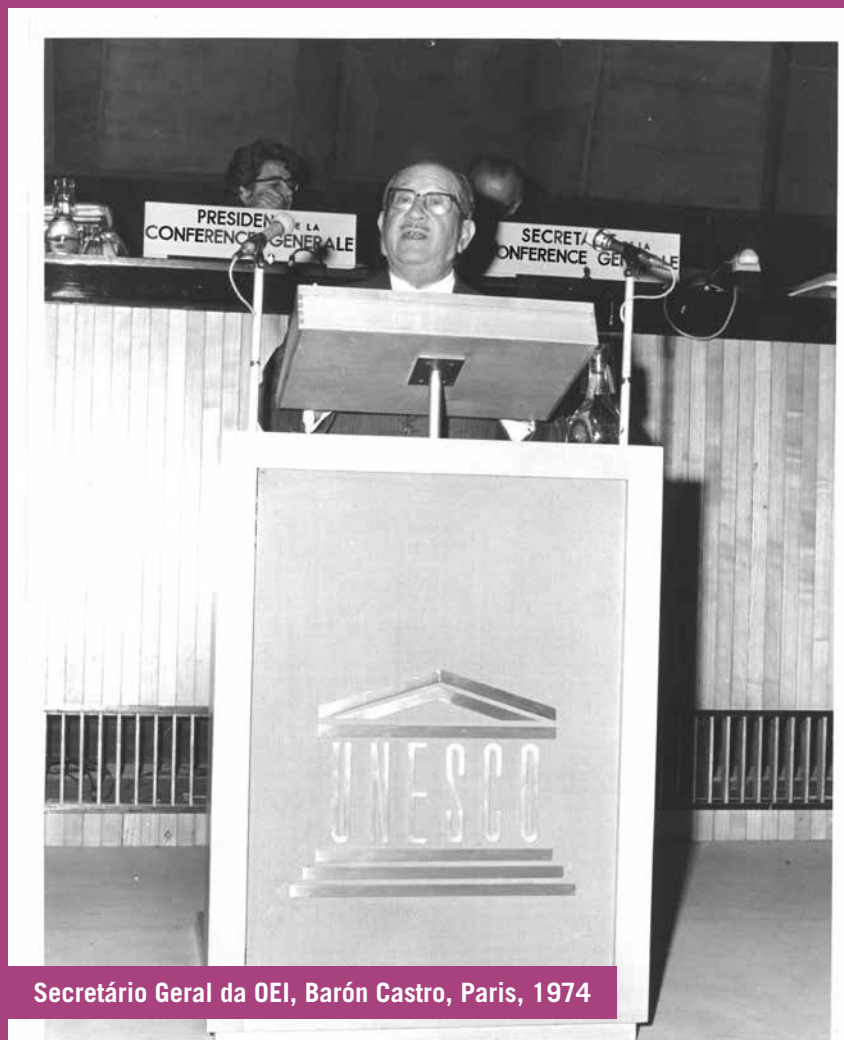
II Seminario Ibero-americano de Ensino Técnico. Buenos Aires, 1967



OFICINA DE EDUCACIÓN IBEROAMERICANA
II SEMINARIO IBEROAMERICANO DE ENSEÑANZAS TÉCNICAS
BUENOS AIRES, 12 - 9-67

Conferência Ibero-americana de Ministros de Educação. Barcelona, 1970





Secretário Geral da OIEA, Barón Castro, Paris, 1974

UNESCO 18^e Conférence Générale PARIS 1974



Conferência de Mario Vargas Llosa na Cátedra de América. Madri, 1981

EN MADRID EL MINISTRO PERUANO BENAVIDES
PARA PRESIDIR LA 57^A REUNION DEL CONSEJO DIRECTIVO DE LA OEI



Lohmann Villena, Secretário Geral da OEI, e Benavides, Ministro de Educação do Peru. 1982

Conselho Diretivo. Lohmann Villena, Secretário Geral da OEI. Madri, 1982



Conselho Diretivo. Madri, 1982



Belisario Betancur apresenta a I Reunião Extraordinária do Congresso. 1985



VI Reunião Ordinária da Assembleia Geral da OEI. Madri, 1990



Torreblanca, Secretário Geral da OEI, e Paulo Freire. Madri, 1991



Conferência com Paulo Freire na sede da OEI. Madri, 1991





Fidel Castro com funcionárias da OEI. La Habana, 2000

Fidel Castro, Cristina Armendano, y María José
García Sipido Pedagogía año 2000



SAR Os Príncipes de Astúrias. Entrega de prêmios no Congresso Ibero-americano das línguas na educação e cultura. Salamanca, 2012

Entrega Prêmio WISE 2017 a: “Luzes para Aprender”. Doha, 2017



A OEI se une como observadora associada à CPLP. 2018





Apresentação de credenciais da OEI à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). 2018



Apresentação Secretário Geral na Casa de América. 2018



Apresentação do Programa de Educação Superior. XII Assembleia Geral. México, 2018





Reunião de Alto Nível de Referências Ministeriais e Institucionais de Cultura Ibero-americana. Brasil, 2019



Diretora Nacional do Paraguai, Secretário Geral, Presidente Abdo Benitez, Ministro de Cultura do Paraguai. Asunción, 2019



Apresentação da Cátedra Ibero-americana de Educação. Alcalá de Henares, 2019



Presidente Duque, Secretário Geral e Diretor Nacional da OEI Colômbia. 2019

© Casa de S.M. El Rey (A equipe diretiva da OEI visita a S.M. El Rey Felipe VI. Janeiro de 2019)



AGRADECIMENTOS


Aos governos dos 23 países-membros da OEI e aos seus educadores, cientistas, artistas e especialistas culturais.

Aos 18 escritórios nacionais da OEI, à sua Secretaria Geral e a todos os seus funcionários e colaboradores.

A Rebeca Grynspan, Enrique Iglesias, Alicia Bárcena e Emilio Lamo de Espinosa, pelas valiosas contribuições.

A Álvaro Ruez, Amparo Fernández, Ana Amor, Ana Capilla, Andrés Delich, Augusto Delkader, Beatriz Sancho, Begoña Pérez, Cristina Ortiz, Edgar Camacho, Eva Mateo, Ignacio Hernández, Ivana de Siqueira, Juan Carlos Toscano, Juanjo Leal, Luz Medina, Manuela Vicente, María Adiego, María Consuelo Tohme, María Ignacia Bensadon, Mariano Jabonero, Martín Lorenzo, Mónica García, Natalia Armijos, Noelia Cantero, Noelia Gordon, Oscar Bonilla, Simone Nascimento e Tamara Díaz.

A todos os nossos parceiros e aliados que com a sua colaboração e apoio tornaram possível a longa trajetória e atividade cooperadora da OEI.



**70 ANOS TRABALHANDO
NA IBERO-AMÉRICA
ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO,
DA CIÊNCIA E DA CULTURA**

70 I E I
1 9 4 9 - 2 0 1 9



70E1
1 9 4 9 - 2 0 1 9

ISBN: 978-84-7666-232-8



9 788476 662328